

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

**A EDUCAÇÃO FÍSICA NO TERCEIRO GRAU:
HISTÓRIA; FUNÇÃO; ANÁLISE DA
PROPOSTA CURRICULAR**

FERNANDO MARINHO MEZZADRI

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Paraná para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Educação, na área de concentração em Currículo.
Orientador: Prof. Dr. Ademir Gebara.

CURITIBA
1992

Agradeço

Ao Professor Dr. Ademir Gebara, pela confiança que depositou nesse trabalho, pelo constante apoio nos momentos difíceis desta caminhada.

Aos meus irmãos, Libero, Octavio, Márcio, Denise, José Henrique e Lyzlane, pelo incentivo permanente nesse processo.

A Liane, por saber compreender as diversas dificuldades existentes no decorrer desta dissertação.

A todo o grupo de História de Educação Física da UNICAMP pelas permanentes contribuições para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos colegas de turma, pelas gratificantes passagens nesses dois anos e meio de convivência.

Aos amigos, que de alguma forma contribuíram para diminuir a solidão e auxiliaram na busca desse objetivo.

Aos Docentes e Funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação..

Em Especial:

Aos meus pais Libero e Maria Octavia, por estarem sempre presente, pelo carinho, pelo amor e pela demonstração de vida que devo seguir, meu muito obrigado.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	01
RESUMO.....	03
SUMMARY.....	05
INTRODUÇÃO.....	07
CAPÍTULO I.....	15
UNIVERSIDADE.....	16
CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE.....	17
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU: COMO VEM SENDO ABORDADA.....	29
CAPÍTULO II.....	46
CRIAÇÃO DAS ESCOLAS.....	47
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU, SUA PADRONIZAÇÃO.....	56
A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA REFORMULAÇÃO CURRICULAR.....	64
CAPÍTULO III.....	81
UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO FÍSICA.....	81
EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU: REPRODUÇÃO OU TRANSFORMAÇÃO.....	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	104
BIBLIOGRAFIA.....	108
ANEXOS.....	114

RESUMO

Esta pesquisa, se desenvolveu a partir da compreensão histórica dos cursos de Educação Física no 3º Grau, tendo como periodização três momentos distintos.

O primeiro, se identifica com a relação entre a formação das escolas de Educação Física a nível superior, com os militares e suas práticas físicas no contexto sócio-político-econômico daquele momento histórico. Se faz necessário, então, para entender essas atividades o estudo da Escola das Forças Públicas de São Paulo e suas influências sobre a constituição da primeira escola civil, Escola de Educação Física do Estado de São Paulo.

No segundo momento, onde se identifica a padronização dos cursos de Educação Física por determinação do Conselho Federal de Educação sob a égide dos efeitos da mudança do regime político, provocado pelo golpe militar 1964 e toda a sua influência na organização escolar brasileira, em particular os cursos de Educação Física. Entre outras consequências, houve um aumento no número desses cursos. Partindo desse acréscimo, foram estudados e analisados os cursos da Universidade Federal do Paraná e o da

Universidade Estadual de Ponta Grossa..

O terceiro e último momento, identificam a mudança de orientação curricular disposta pela Resolução 003/87 do Conselho Federal de Educação, bem como sua aplicação prática. Para entender a reformulação dos currículos, constatou-se a necessidade de verificar as mudanças no âmbito das Universidades Estadual de Ponta Grossa e da Federal do Paraná. Essas propostas, tanto do Conselho Federal de Educação quanto das Universidade, foram analisadas a partir do referencial teórico construído com as concepções de Universidade; e com as possibilidades de abordagem para a Educação Física no 3º Grau de Ensino..

SUMMARY

This rehearsal focuses the historical development, of the Physical Education undergraduation courses in Brazil, and it was ordered in three different topics, showing different times in the evolution of institucionalization of this field of knowledge in superior level

The first part describes the relationship between: the rise of superior schools in the thirties and the Armies physical practices. Understanding the political, social and the economical context, it is important to detect in that period The Public Army school of São Paulo and its influence in the formation of the first civil School of Physical Education in the State of São Paulo.

The second part of this rehearsal shows patterns adopted in all courses of Physical Education by determination of the Federal Council of Education above the politics of 1964. They influenced the brasilian education system, although the Physicaal Education courses. At that time there were an increase in number of courses of Physical Education courses. Focusing this growth I done an investigation at

Federal University of Paraná courses, likewise at in the state University of Ponta Grossa.

The third part of the rehearsal discusses the changes of curriculum above the 003/87 Resolution/Law, by the Federal Council of Education. With its practical useless. To better understanding this curriculum reformulation was studied the changes by this law in these two universities. The purposes like the changes were analysed referencing the theoretic conception of university in the implementation of the superior level of Physical Education.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar o processo de desenvolvimento desta dissertação, fazia algumas indagações como por exemplo: Qual a validade deste trabalho? Qual o retorno deste estudo para a sociedade (um armário ou uma efetiva colaboração para a transformação da mesma)?

Após dois anos e meio trabalhando, percebi uma paixão muito grande nesta construção. Mergulhei de cabeça nesta causa, a fim de superar barreiras as quais surgiam frequentemente. Principalmente se considerarmos as dificuldades existentes em desenvolver a ciência, num país, onde as contradições aparecem de forma brutal (riqueza e pobreza, desenvolvimento e miséria, e tantas outras disparidades sociais, culturais, econômicas e políticas).

Mesmo com todas as dificuldades existentes, percebi que o conjunto das minhas indagações, foram sendo respondidas no decurso desta caminhada. Primeiro, porque a validade deste trabalho, está na contribuição à estrutura conceitual para esta área de conhecimento;

segundo, na perspectiva de uma transformação social, levando-o para os mais diversos encontros, seminários, congressos, a fim de discuti-lo e apresentando resultados objetivos para essa mudança.

O envolvimento com este trabalho, ocasionou frequentes mudanças a fim de superar as dificuldades existentes na apresentação da dissertação, como: o extenso período a ser estudado; as diversas reformulações nos currículos da Educação Física. Não obstante, algumas questões norteadoras estiveram sempre presentes neste trabalho, sobre elas a discussão se desenvolveu:

"- A Educação Física no primeiro momento a ser estudado, começava a se desenvolver a nível de formação profissional, portanto indaga-se: qual a relação existente na constituição das primeiras escolas, de natureza militar, com a prática das instituições militares. Considerando que as primeiras escolas para a preparação de tais profissionais estavam inseridas nessas instituições, questiona-se também a possível continuidade de relação existente entre o período de Vargas (1932 à 1945) com a formação militarista na Educação Física no país.

- A preocupação no segundo momento a ser estudado, é com a reestruturação dos currículos mínimos. Em 1969 e com a Reforma Universitária, bem como a continuidade da relação com a prática militarista instaurada nas Escolas de Educação Física, quando de sua implantação.

— A abertura concedida atualmente, pela legislação em vigor, dada a cada Instituição a possibilidade de propor o seu currículo, eventualmente permitirá construir um objeto definido para a Educação Física. Considera-se possível também reformular a atual estrutura conceitual e as diversas possibilidades de abordagem da Educação Física a nível de formação profissional.”

Estas questões postas acima, delimitam e direcionam este trabalho, outras discussões dados auxiliam na composição da estrutura da dissertação, algumas dessas definições compõem o capítulo I, e a maioria dos dados estão aglutinados no capítulo II.

Do ponto de vista metodológico, o estudo da evolução histórica dos cursos de Educação Física, vem auxiliar na compreensão da atual estruturação organizacional desta dissertação.

Sabe-se também, da existência de outras óticas para a análise deste questão, entretanto utiliza-se Adam Schaff para delimitar esse ponto. O autor no bojo de seu trabalho, evidência a necessidade contínua de reescrever a história, comenta a respeito:

“ No século XX, este problema fascinou um bom número de teóricos da história que aprendiam o fato incontestado da variabilidade da visão do processo histórico no contexto mais amplo das diversas determinantes do conhecimento histórico. As diferentes opiniões expressas sobre este assunto podem ser reduzidas a duas concepções tipológicas que, embora sobrepondo-se, diferem pela explicação que dão deste fenômeno:

1) a reinterpretação da história é função das necessidades do presente.

2) a reinterpretação da história é função dos efeitos dos acontecimentos do passado emergindo no presente." (1).

Esse entendimento, reitera a importância deste trabalho, a fim de compreender o passado, para verificar e analisar os acontecimentos do presente. Considera-se também, uma contínua transformação em nossa sociedade, sendo traduzida objetivamente em mudanças estruturais na Educação Física.

Quando estava sendo definida esta temática e a questão metodológica, havia uma preocupação óbvia em correlacioná-las com os objetivos a serem atingidos. Neste caso, algumas questões de fundo estiveram presentes: são as seguinte maneira:

" - compreender o processo histórico e os problemas atuais da Educação Física, através das análises dos currículos em determinados cursos de formação do profissional em Educação Física, considerando três momentos distintos, mas relacionados entre si. O primeiro momento destaca, as primeiras Instituições de Educação Física a nível de formação; o segundo momento, diz respeito aos motivos que levaram a reestruturação dos currículos efetuados no

(01) SCHAFF, Adam. História e Verdade. 3ed. São Paulo, Martins

Fontes, 1986, pag 270.

período de 1969, com a reforma curricular resultante do Parecer 894 de dezembro de 1969. Finalmente, as questões do presente, são tratadas de modo a evidenciar a reforma curricular proposta para os cursos de formação profissional;

- analisar a viabilidade da reforma curricular proposta pelo Conselho Federal de Educação considerando-se as estruturas teóricas da mudança curricular com a caracterização prática da reforma;

- compreender a função do profissional de Educação Física em relação às necessidades da sociedade brasileira, tendo como pressuposto o decreto da reformulação curricular."

Os objetivos, neste caso, estão auxiliando no direcionamento do trabalho, buscando assim concretizar a relação existente entre os problemas citados e os resultados obtidos a partir dos dados colhidos. No processo de elaboração desta dissertação, começou-se a definir as posições quanto a estruturação metodológica para à análise dos dados obtidos. Principalmente em referência a reformulação curricular, tendo em vista os cursos de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e da Universidade Estadual de Ponta Grossa, esses dois últimos resultantes diretos dessa transformação.

No sentido de viabilizar a articulação destes objetivos com o enfoque teórico metodológico proposto, exposição do tema foi organizado da seguinte maneira:

O Capítulo primeiro, esta composto do referencial teórico, o qual subsidiará a análise dos dados. Dentro desta organização dois tópicos ganham relevância na discussão; o primeiro destaca a Universidade e suas concepções; e o segundo as possibilidades de abordagem da Educação Física no 3º Grau, na sua articulação com os modelos de universidade propostos.

Com referência à Universidade, relaciona a existência de cinco concepções, cada uma delas explicando uma visão de mundo. São elas, "Um Centro de Educação", "Uma Comunidade de Pesquisadores", "Um Núcleo do Progresso", "Um modelo Intelectual" e "Um Fator de Produção". No segundo momento busca-se desenvolver uma separação das diversas possibilidades de abordagem da Educação Física no 3º Grau inserindo as mesmas em concepções próprias. Neste caso, verifica-se três vertentes distintas; Educação Física no 3º Grau enquanto produção de conhecimento específica desta área; Educação Física no 3º Grau e a sua relação entre o fator produtivo e o mercado de trabalho; Educação Física no 3º Grau como auxílio do poder do Estado, fundamentado no materialismo-histórico.

O Capítulo II, recupera a partir da análise histórica, o desenvolvimento dos cursos de Educação Física desde a criação da primeira escola formadora de profissionais, ainda como instrutores, até a última reformulação curricular, analisando as formas pelas quais estas reformulações foram viabilizadas.

Nesta organização expositivas, existem três momentos fundamentais para a compreensão histórica do processo. No primeiro momento, surgem os cursos de formação profissional em Educação Física, iniciando-se com a criação da Escola de Educação Física da Força Pública de São Paulo, uma Instituição militar representativa naquele momento, a passagem para a sociedade civil deu-se com a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. A partir do estudo destas duas Instituições, há uma oportunidade de compreender a importância desta área de conhecimento naquele período. O segundo período a ser trabalhado, neste capítulo, diz respeito a padronização da Educação Física no 3º Grau, decorrente do Parecer nº 894 de 1969, que delimitava um currículo mínimo para todas as Faculdades. Além do documento, faz-se uma descrição dos cursos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). O terceiro momento, trata das questões mais atuais, resgatando a transformação curricular desde as primeiras discussões até a constituição da Resolução 003/87, fruto de um grande debate entre os profissionais da área. Estuda-se também, a viabilidade prática deste documento, para compreender as reformulações curriculares dos programas de Educação Física da UFPR e da UEPG.

No último capítulo, efetiva-se a análise dos dados obtidos, a partir da Resolução 003/87 e dos cursos descritos. Tal análise se efetiva a partir de uma articulação de dois tópicos distintos. O primeiro ponto refere-se a questão da Universidade na sua relação com a Educação Física, o segundo ponto, refere-se as múltiplas implicações desta relação.

Partindo da evolução histórica, destaca-se inicialmente a falta do entrosamento entre a Educação Física e a Universidade, posto que não se verifica sua relação com os pressupostos básicos da Universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). A Educação Física reproduz então os conteúdos pré estabelecidos, determinados fora de sua área de conhecimento. Partindo deste entendimento, compreende-se o distanciamento acadêmico verificado entre os profissionais da área.

Em relação ao segundo ponto, é importante destacar a Resolução 003/87 como fruto desta forma pela qual se deu a ligação histórica entre a Universidade e a Educação Física no 3 Grau de Ensino. Dentro do documento, algumas concepções de Universidade são evidentes, e se aproximam também com uma possibilidade de abordagem para a Educação Física no 3 Grau. Ainda com respeito a essa questão metodológica, cabe ressaltar a análise dos cursos de Educação Física da UFPR e da UEPG nos mesmos moldes do documento, assim caracterizando uma relação entre os três capítulos da dissertação.

CAPÍTULO I

Este capítulo foi organizado em duas etapas, partindo da análise dos currículos dos cursos de Educação Física a serem estudados. A primeira etapa diz respeito às Concepções de Universidade, as quais são base para o desenvolvimento dos pressupostos teóricos que envolvem a estruturação dessas Instituições. Essa coletânea de dados sobre as concepções foram organizadas por J. Debelle e J. Dreze (2), que resgataram a existência de cinco concepções básicas. Numa segunda etapa, tenta-se organizar as diversas possibilidades de abordagem da Educação Física no 3º Grau, na busca de elementos para uma análise em paralelo ao raciocínio desenvolvido na primeira etapa, verifica três abordagens principais na fundamentação das discussões sobre o assunto.

- (2) DREZE, Jacques e DEBELLE, Jean. *Concepções de Universidade*. Trad. Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, Fortaleza Edições Universidade Federal do Ceará, 1983. Esse livro traz de forma organizada as concepções de Universidade existente no mundo.

UNIVERSIDADE

A partir do estudo sobre as concepções de Universidade, houve uma separação em duas características fundamentais. Na primeira, destaca-se a Universidade do Espírito, onde estão inseridas três concepções. São elas: "Um Centro de Educação", "Uma Comunidade de Pesquisadores" e "Um Núcleo do Progresso". Esse tipo de Universidade busca o homem ideal "um vir a ser"; o mesmo é parte de um todo, um ser abstrato dentro de algo imaginário e idealista. Dessa forma, não há ligação com o setor público. Constituindo aí a sua liberdade acadêmica, essa compreendida positivamente, com a sua autonomia pedagógica, administrativa e financeira.

A segunda característica trata da Universidade do Poder, cuja existência se justifica enquanto serviço público, e servindo como engrenagem da administração central e por ela administrada. A mesma compreende o homem, como um ser centrado no real e no concreto, sendo constituído como um ser integrante e participante ativo de toda a sociedade. As concepções existentes, neste caso, são "Um Modelo Intelectual" e "Um Fator de Produção". A partir da apresentação destas características de Universidade, será explicitada mais detalhadamente cada uma das cinco concepções existentes.

CONCEPÇÕES DE UNIVERSIDADE

Em primeiro lugar, destaca-se a concepção " Um Centro de Educação " , que tem como um de seus defensores J.H.Newman (3), e privilegia a conservação e a perpetuação dos conhecimentos teóricos já existentes..

A conservação de conhecimento já construído, e a transmissão do saber intelectual (4) são os pressupostos para estabelecer uma Universidade, a qual perpetua a sua autonomia. A autonomia no sentido de que a Instituição é apenas um lugar de ensino, onde ocorre um agrupamento de homens eruditos, cheios de zelo por sua própria ciência e discípulos uns dos outros..

(3) Op.cit, pag 33. NEWMAN, John Henry Cardinal. The Idea of University. Obra constituída por nove conferências em Dublin no ano de 1852, e defendida no relatório de uma conferência, realizada em 1961, em Oxford, pelo University Teachers Group.

(4) O saber é, em particular, o espírito filosófico que consiste em ver globalmente a verdade em todas as ramificações de uma ciência com outras, suas relações mútuas e seus valores respectivos..

Ao compreender dessa forma a Universidade, verifica-se que a mesma não está ligada a atividade da pesquisa científica, pois ela se caracteriza apenas como um lugar de ensino. Desta maneira, se fosse consagrada a pesquisa científica no seu interior, os estudantes seriam secundários nesse processo. Segundo o autor a formação dos profissionais ou dos pesquisadores deve ocorrer como uma complementação da formação do indivíduo, tornando os homens capazes e sensatos.

Também é importante resgatar, nesta concepção, a ênfase dada à educação liberal. Esta, no sentido de "uma aprovação e conservação do saber, não traz nenhuma consequência além de sua utilização. Busca apenas o seu objetivo: "a perfeição intelectual nem mais nem menos" (5) .

Assim, a Universidade, concebida como um Centro de Educação, deve ser, antes de tudo, um lugar de ensino do saber universal. Isso implica que seu objetivo é a difusão e a extensão do saber antes dos avanços científicos.

Antes de passar para a segunda concepção, é importante fazer alguns questionamentos sobre a mesma: Sem a pesquisa científica na Universidade, como haverá o desenvolvimento da ciência e da tecnologia? Como ocorrerá a relação pesquisa e a comunidade? Como auxiliar no desenvolvimento da comunidade?

(5) Op.cit, pag 37.

A segunda concepção está centrada na Universidade do Espírito, trata-se de "Uma Comunidade de Pesquisadores". Tem-se como idealizador contemporâneo desta concepção o pesquisador K. Jasper (6), que desenvolveu um estudo entre o período de 1923 a 1961, culminando com a obra "Idéia da Universidade" .

O ponto de fundamentação da Comunidade de Pesquisadores é uma busca da humanidade por determinadas verdades científicas, portanto, mantendo a relação da atitude científica com o caráter metódico do raciocínio e da descoberta. Pode-se compreender, então, que "os indivíduos, como a sociedade, querem fundamentar-se nela e nela viver. Mas a verdade nunca é adquirida uma vez por todas é necessário procurá-la, sem cessar, como tal, segundo suas próprias vias, em todas as direções possíveis."(7)

Sobre a busca da verdade, devemos ter uma compreensão ampla, pois, atualmente, o desenvolvimento científico-tecnológico, chegou a um ponto onde a evolução não pára, e os estudos são contínuos. Após cada descoberta, há sempre novas pesquisas utilizando os resultados da descoberta anterior, como um elo indeterminado.

(6) Op.cit, pag 48. JASPERS, K. e ROSSMANN, K. Die Idee der Universität. Springer, Berlin-Göttingen-Heidelberg, 1961.

(7) Op.cit, pag 48

Sendo a busca da verdade científica o pressuposto teórico para tal concepção, fica a encargo da Universidade dar condições básicas para o melhor desenvolvimento da pesquisa científica. Nesse processo de avanço, são dois os princípios que orientarão esse caminho: um deles trata da unidade do saber, e o outro da unidade de pesquisa e ensino.

A unidade do saber é decorrente da evolução da ciência, e é orientada e interligada por uma reflexão filosófica, a qual dará suporte ao desenvolvimento científico; representa, assim, a totalidade dos conhecimentos, através da relação da pesquisa com a reflexão filosófica. Dessa forma, a pesquisa não fica apenas como um princípio técnico, ocorre aí uma superação, posto que existe uma relação com a filosofia.

A unidade da pesquisa e do ensino concebe o aprendizado na Universidade como uma iniciação à pesquisa científica. Somente assim haverá o progresso da ciência; "somente o pesquisador pode, verdadeiramente, ensinar; qualquer um outro se limita a transmitir um pensamento inerte, mesmo se estiver pedagogicamente ordenado, em vez de comunicar a vida do pensamento." (8)

No que diz respeito ao professor e ao aluno, tal concepção propõe a liberdade acadêmica; cabe ao discente escolher seu próprio caminho dentro da Universidade, sem se preocupar com a presença

(8) Op.cit, pág 52

obrigatória em determinados cursos e seminários. Em relação aos docentes, é importante salientar, eles são cientistas e mestres, membros da Universidade e não funcionários do Estado, caminhando livremente para melhorar e desenvolver a ciência.

Com esse pressuposto, deve-se compreender a Universidade como Instituição autônoma e livre, não vinculada aos interesses do Estado, mas ao desenvolvimento da ciência e à busca da verdade para a humanidade.

A última concepção dentro da Universidade do Espírito, "Um Núcleo do Progresso". O seu idealizador contemporâneo é A.N. Whitehead (9). Essa concepção diferencia-se das outras, porque, neste caso, a sociedade vai em busca do progresso e não mais da verdade científica para a humanidade. Neste caso, as Universidades são os principais agentes desta fusão de atividades articuladas num instrumento eficaz para o progresso.

Nesta concepção, existe liberdade da Universidade em relação ao Estado. Respeitando, assim, o desenvolvimento do seu próprio conhecimento, por tanto, constituindo a sua liberdade acadêmica. Argumenta-se, neste caso, que " as condições do progresso numa sociedade não se identificam necessariamente com as necessidades políticas do Estado." (10) Evidenciando assim, a separação no desenvolvimento das pesquisas e o interesse do Estado.

(9) Ibid. pág 64.

(10) Ibid. pág 65.

Com respeito ao progresso, é importante lembrar que :

" Certamente a contribuição própria da Universidade para o progresso se situará, como deve ser no plano de valores intelectuais, antes de tudo: o papel das "artes liberais" será duplamente reconhecido, mesmo numa educação de caráter técnico, mas Whitehead insiste em que a cultura e a ciência desemboquem na ação e encontrem a vontade de progresso, em vez de serem consideradas como fins em si mesmas."

(11)

Para desenvolver este progresso da sociedade, é importante salientar a necessidade do desenvolvimento da pesquisa científica. A pesquisa científica pode ser trabalhada nas empresas ou nas Universidades.. Cabe a estas conceber tarefas tradicionais como o ensino, prolongando-as no plano de novas tarefas, sem tomar conhecimento do Movimento político existente no Estado e das pressões da sociedade..

A organização da Universidade nesta concepção se caracteriza, através de um corpo docente de qualidades comprovadas:

" um bom teste de eficácia geral de um corpo docente é que, no conjunto, ele produz e publica sua cota de idéias originais. Uma tal quota deve ser apreciada pelo peso das idéias e pelo número de palavras." (12) São pressupostos tanto condições de trabalho como liberdade suficiente para o bom andamento da pesquisa científica

(10) Ibid. pag 65.

(11) Ibid. pag 72.

formação de alunos, portadores de qualidades tais como juventude e idéias inovadoras, sem vícios. Tais aspectos são fundamentais para o bom relacionamento entre os agentes (corpo docente e discente) e o progresso das ciências.

Estas propostas, segundo o autor, são mais utilizadas nos Estados Unidos do que em qualquer outro país do mundo, o que é decorrente da forma educacional que impera naquele país. Assim constituída essa concepção, questiona-se sobre a forma de utilização do desenvolvimento científico pela sociedade, tendo em vista não haver existência de uma relação entre a evolução da ciência e as necessidades básicas de uma sociedade.

Apresentar-se-á, agora, a segunda visão de Universidade : a "Universidade do Poder", que aparece destacando outras duas concepções. A primeira a ser estudada é "Um Modelo Intelectual" (13). Esta concepção ainda está organizada no esquema napoleônico, elaborado no século passado na França. Nesse caso entende-se então que : "as estruturas que ele pôs em prática são impostas com uma tal autoridade que as múltiplas reformas tentadas no século XIX, prisioneiras do equívoco inicial, não puderam encontrar o senso autêntico da vocação universitária." (14).

(13) Ibid. pag 83. GUSDORF, G. L'université en question. Paris, Payot, 1964. Com essa obra dá uma contribuição importante, sobre o problema da universidade francesa.

(14) Ibid. pag 84.

No princípio, tal concepção é fundamentada pela nacionalização da Universidade e pela concepção monolítica, constituída por apenas uma idéia pré-estabelecida pelo governo federal. Fato que não permite descobrir relações estreitas entre a história das idéias e a concepções das Universidades. Deve-se ter a compreensão, neste caso, de que o Estado é o centro de tudo, como também organizador e manipulador da cultura.

Devido a essa organização do Estado, é importante destacar o princípio da Universidade; a Instituição deve contribuir para difundir uma doutrina, ou melhor, uma mentalidade geral e idêntica, que atenua as divergências de pontos de vista até mesmo as particulares.

Essa visão de doutrina comum só é possível dentro da Universidade, quando há um corpo docente interligado e submisso aos interesses do Estado. Para o autor, " não haverá Estado político fixo se não houver uma corporação de professores com princípios fixos. " (15) Além do mais, essa doutrina também manipula a pesquisa científica. Esta manipulação faz com que o desenvolvimento do saber fique comprometido.

A organização da Universidade, neste caso, está submetida a uma administração central, que comanda todas as Universidades, tratando assim de todo o ensino superior, tanto de problemas acadêmicos e pedagógicos como de questões administrativas e

(15) Ibid. pag 87

financeiras. Como foi mencionado anteriormente, o professor tem liberdade de expressão e conduta em sala de aula, desde que respeite os programas e os métodos de ensino fixados em escala nacional.

A concepção " Um Modelo Intelectual ", desde a sua formação, até os dias atuais, pouco se modificou, principalmente em seu país de origem, que é a França. Houve, sim, pequenas modificações e reestruturações, mas na sua essência continua tudo na mesma. Referindo-se a esta concepção, Ricouer comenta: " pela primeira vez ela é desafiada para uma tarefa dupla-, e isto no mundo inteiro- por um lado é preciso responder ao desafio do número e tornar-se instituição de massa; por outro lado, é necessário ter sucesso numa difícil operação de selecção interna para escolher um indivíduo, levá-lo à pesquisa e conservar a iniciativa da inovação em todos os domínios. A nenhuma dessas duas exigências ela poderia se subtrair. Por sorte, as respostas a uma e outra questão se completam. Essas respostas se chamam diferenciação e selecção." (16)

Com a centralização do poder na mão do Estado, percebe-se que não há uma possibilidade de questionamento sobre a forma de ação da Universidade, perante a realidade e as necessidades da comunidade na qual a Instituição está inserida. Essa é uma questão importante, a ser repensada sempre que houver discussão sobre Universidade.

A última concepção existente é "Um Fator de Produção", inserida na Universidade do Poder é organizada pelo Conselho de

(16) Ibid. pag 97

Ministros da URSS em 1961. (17)

As finalidades das Universidades são determinadas por sete pontos básicos:

" 1- Formar especialistas altamente qualificados, educados no espírito marxismo-leninismo, bem como a par das realizações científicas e tecnológicas, mais recentes, no país e no estrangeiro, e dos aspectos práticos da produção, capazes de utilizar ao máximo a tecnologia e de inventar a do futuro..

2- Levar a termo as pesquisas que contribuirão para resolvermos problemas criados pela edificação do comunismo..

3- Produzir manuais e instrumentos didáticos de alta qualidade..

4- Formar professores e pesquisadores..

5- Assegurar uma formação avançada aos especialistas, diplomados pelo ensino superior e ocupados nos diversos setores da economia nacional, das artes, da educação e dos serviços de saúde..

6- Difundir os conhecimentos científicos e políticos entre a população..

7- Estudar os problemas ligados à utilização dos diplomados e ao melhoramento de sua formação. " (18)

A concepção " Um Fator de Produção " está fundamentada no marxismo-leninismo, por isso a Escola Superior ou a Universidade, segundo a própria concepção, forma quadros de especialistas,

(17) Ibid. pág 103.

(18) Ibid. pág 103.

altamente instruídos e educados pela causa do povo, sendo eles construtores da sociedade socialista. Em vista desta compreensão, o ensino e a pesquisa se movem num quadro ideológico preciso e com uma finalidade social e política bem determinada.

A concepção de universidade em questão, trabalha com os seus estudantes os conhecimentos científicos, políticos, e tendo como base do estudo a economia política e o materialismo dialético e histórico.

O princípio organizacional da Universidade está centrado no Estado sob uma autoridade central bastante forte. O ensino e a pesquisa são constituídos por elementos do plano que ordena o conjunto do desenvolvimento econômico, social e cultural da nação e integram, por consequência, o planejamento geral da economia. Neste caso, a pesquisa só está presente na universidade em função dos objetivos precisos, em relação às necessidades econômicas, militares ou de prestígio do Estado.

Por fim, a concepção "Um Fator de Produção" reflete a constituição da sociedade e a formação do Estado, buscando assim a superação das classes sociais.

Essa manipulação do Estado, nem sempre responde a todas as necessidades no desenvolvimento científico, pela falta de contato dos dirigentes com a sociedade.

Cada uma destas concepções esta centrada numa visão de mundo diferente. Assim sendo, elas servirão no estabelecimenmtto de relações com as tendências de Educação Física no terceiro Grau, as quais, de alguma forma se fundamentam nestas concepções.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU: COMO VEM SENDO COMPREENDIDA

A segunda etapa deste trabalho refere-se às possibilidades de abordagens da Educação Física no Terceiro Grau, evidenciando-se, neste particular, três posições:

A primeira abordagem considera que os problemas desta área estão inseridos no seu próprio interior, propondo aí maior relevância para a pesquisa científica, com uma análise crítica dos conteúdos sem evidenciar apenas o biológico ou o desportivo. Desta maneira, a Educação Física poderá definir seu objeto de estudo, com o objetivo de promover a pesquisa científica, fica evidente, que está inserida dentro da concepção " Uma Comunidade de Pesquisadores ".

Um dos pesquisadores dentro da Educação Física, inserido

nesta concepção, é J.B.Tojal (19). Para ele existem duas causas nesta relação: uma delas, e a mais importante, é a falta de pesquisa na área; a outra é a não delimitação do campo de atuação dos profissionais. Para enfrentar tal problemática, o pesquisador está propondo uma separação do curso de Educação Física em Licenciatura e em Bacharelado. Neste caso, o Bacharelado ficará praticamente responsável pela pesquisa devido à especialidade em cada área de concentração, delimitando o campo de atuação de cada profissional de acordo com a área pré-estabelecida durante a formação acadêmica na graduação. Deixa a encargo da Licenciatura a prática em escolas de 1 e 2 Grau, fazendo com que a Licenciatura também se preocupe com a questão teórica da Educação Física e com o andamento da pesquisa, mas somente em sua área.

Para chegar a caracterizar este problema, o autor fez uma análise de três escolas do Estado de São Paulo. A partir daí, obteve uma comprovação: inexistência quase total de pesquisa em Educação Física. Em apenas uma dessas Instituições existia a pesquisa, mas deve ficar evidenciado que só havia pesquisa nessa Faculdade porque existia um curso de pós-graduação, o qual pouco contribuía para a formação dos alunos de graduação.

Partindo deste pressuposto, e sentindo a necessidade de

(19) TOJAL, João Batista Andreotti Gomes. Currículo de Graduação em Educação Física a busca de um modelo. Dissertação de Tese Piracicaba, 1989.

pôr em prática sua proposta, melhorando o profissional de Educação Física em seu campo de atuação, o autor põe em discussão sua proposta ao estruturar o curso de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde pela primeira vez ocorreu a separação do Bacharelado e da Licenciatura. Este fato torna-se uma ponte entre a busca do conhecimento e a pesquisa.

Outro pesquisador que inclui-se nesta possibilidade de abordagem para a Educação Física no 3 Grau é A. Gebara (20). Para ele, a principal questão da Educação Física é constituir o próprio campo de conhecimento. Este campo de conhecimento mais aplicado deve articular uma diferenciação entre pesquisa técnica esta ligada a uma atividade física e uma pesquisa mais crítica dos conteúdos, voltada para uma abordagem mais teórica, resgatando seus conteúdos.

Esta proposta de uma pesquisa mais crítica, tanto pode servir para a Educação Física, enquanto disciplina de graduação (prática desportiva), como pode também ser inserida em cursos de graduação próprios de formação de profissionais em Educação Física. Para ficar mais claro, o autor comenta: "... a Educação Física na Universidade brasileira é pensada muito mais em função da prática de exercícios físicos pelos estudantes dos diferentes cursos, do que em função do ensino, da pesquisa e da elaboração crítica de seu próprio

(20) GEBARA, Ademir. Educação Física e Esporte no 3 Grau. Secretaria de Educação Física e Desportos do ministério da Educação, Brasília, 1986.

referencial teórico. " (21)

Como pode ser observado no argumento do autor, todos os profissionais envolvidos nesta área de atuação têm condições de alguma maneira de ajudar a construir a Educação Física, enquanto área de conhecimento. Para isso, é necessária a reelaboração de seus conteúdos de forma mais crítica, bem como a articulação de suas "práticas" a um trabalho de pesquisa e reflexão.

A possibilidade da produção de conhecimento através da pesquisa também é defendida por M.L.Franceschetti (22). A sua posição, em relação à questão da Educação Física a nível de 3 Grau, constitui-se de uma crítica da estruturação sócio-econômico-política do país, sendo que somente a partir daí poderá haver pesquisa interessada na mudança da Educação Física. Não obstante, mesmo destacando a questão sócio-político-econômica, no seu trabalho, ela evidência mais as pesquisas relativas à elaboração do conhecimento científico. Tentando explicar desta forma mais crítica o problema, a autora faz um estudo histórico e conceitual desta questão, realizando uma análise da proposta da prática desportiva da Universidade Estadual de Campinas.

Segundo a autora, um período importante no seu argumento foi após golpe de 1964, com a Lei 5540/68, incentivadora do ensino

(22) FRANCISCHETTI, Maria Lúcia Guedes Pinto. Educação Física no 3 Grau; Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação UNICAMP, 1988.

mais tecnicista. Tal lei provoca uma reprodução de conhecimentos, levando as pesquisas para o interior da Educação Física a resgatar mais os aspectos técnico-desportivo e biológico. Partindo então deste pressuposto, pode-se compreender o porquê da quase ausência de análises críticas e reflexivas sobre a questão sócio-político econômico e cultural na Educação Física brasileira.

A Educação Física com pesquisas sem postura crítica torna-se uma continuidade do ensino de 2º Grau, ocorrendo apenas uma prática de atividade física, sem uma preocupação com a formação dos conteúdos.

Tentando consolidar uma forma de estruturar os conteúdos, a autora considera que até mesmo alunos de outros cursos de graduação podem auxiliar no questionamento da prática desportiva por eles realizadas. Faz assim uma rediscussão do referencial teórico, na busca da transformação desta prática, para que a Educação Física se já entendida como uma área de conhecimento específico.

Complementando esta abordagem, destacamos ainda Ana Maria Pelegrine (23). Para a autora, a formação do profissional está diretamente ligada à dinâmica e às mudanças nas características da sociedade. Infelizmente, a formação do profissional não está seguindo esta dinâmica, mas está havendo, sim, uma continuidade da

(23) PELLEGRINI, Ana Maria. A Formação Profissional em Educação Física. Secretária de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, Brasília, 1986.

estrutura curricular de 10 a 20 anos atrás. Sem a contínua discussão sobre essa questão, não haverá uma melhora na formação do próprio corpo de conhecimento da área.

Após a abertura dos cursos de pós graduação, a Educação Física começa a explicitar um corpo de conhecimentos próprio, entre tanto, a relação com a pesquisa científica, própria da pós graduação, não retorna à graduação. Entre outros motivos, pode-se citar: a falta de divulgação dos trabalhos científicos; o distanciamento entre as faculdades de ponta (pesquisa) e a grande maioria dos cursos; os conteúdos trabalhados nos cursos, normalmente transmissores de conhecimentos técnicos, pedagógicos e biológicos.

Essa é uma discussão, bastante complexa: implica na definição do conceito de Educação Física, a questão do generalista-especialista e o corpo de conhecimento que o profissional da atividade física deve possuir. Para demonstrar a ocorrência desse avanço nas discussões, a autora aponta: "A entrada da Educação Física na Universidade significa, antes de mais nada, a entrada no mundo do saber, do conhecimento. Esta mudança, no entanto, depende da consolidação dos cursos de pós-graduação e da produção científica dos centros de investigação em Educação Física". (24)

Referente ao corpo de conhecimento, inicialmente a Educação Física deve preocupar-se com o desenvolvimento do ser humano e suas capacidades motoras. Primeiro, a educação do movimento,

(24) Ibid. pag 251.

posteriormente, a educação pelo movimento. Trabalhar na Educação Física somente o desenvolvimento do esporte, da recreação, e da dança, é esvaziar o seu próprio conteúdo.

Partindo desse entendimento, talvez pode pensar-se em um curso de Educação Física diferenciado ao de recreação, diferenciado também do de esportes: com isso, formular-se-ia provavelmente um corpo de conhecimento específico a cada uma dessas áreas, ou eventualmente estas especificidades se articulariam ao nível da ação motriz.

A Educação Física tem, na sua origem, um campo de atuação profissional, voltado para a dimensão motora do ser humano. Esse conhecimento deve ser estudado no seu próprio interior, buscando uma sequência integrada, ordenada e lógica, centrado sempre no ser humano, executor de uma atividade física.

Por fim, ao tentar fazer um relato global deste trabalho, verifica-se a grande abrangência da Educação Física. Parte-se, então, para a aquisição de um corpo de conhecimento, elaborado no próprio interior da Educação Física e, tendo como pressuposto básico o movimento humano a partir de uma atividade física pré-estabelecida.

A segunda abordagem analisa a questão da Educação Física no 3º Grau, parte do pressuposto que esta área de conhecimento deve melhorar a relação entre a formação do profissional e o mercado de trabalho e, em consequência, a valorização e o desenvolvimento do

progresso mercantilista.

Nessa busca do progresso, destaca-se J.G.Oliveira (25), que propõe uma separação do curso de Educação Física em Bacharelado e Licenciatura. Isto ocorre pela preocupação com o problema do mercado de trabalho, induzindo a uma abordagem referente à competência do profissional em relação às necessidades deste mercado de trabalho. Desta maneira, considera o Bacharelado como algo mais específico do que a Licenciatura; portanto, aquele poderá aprofundar-se mais em seu campo de conhecimento, respondendo aos anseios do mercado de trabalho.

O autor levanta outras variáveis que interferem nessa separação. Uma delas é o interesse dos alunos de graduação em Educação Física, na busca de trabalho na área não formal. Neste caso, não justificaria o estudo da Licenciatura, pois o objetivo principal destes alunos não é ministrar aulas em 1 e 2 Graus, mas sim realizar outras atividades fora da escola. Uma outra variável é quanto ao campo de conhecimento; para o autor, áreas próprias da Educação Física, como Lazer/Recreação, Dança, estão desmembrando exatamente pela falta de um objeto de estudo próprio da Educação Física.

Justificando desta maneira a separação entre Licenciatura e o Bacharelado, o autor coloca o mercado de trabalho, como meio de

(25) OLIVEIRA, José Guilmar Mariz. Preparação profissional em Educação Física e em Esporte. Texto mimeografado. USP, 1987.

interferência na estruturação da Educação Física e na estruturação do campo de conhecimento; desta maneira, há uma valorização do desenvolvimento do progresso.

A última abordagem da Educação Física no 3º Grau está inserida na concepção "Um Fator de Produção", que se fundamenta no materialismo dialético.

Apolônio do Carmo (26) faz uma análise crítica da sociedade brasileira, relacionando os problemas da Educação Física com as questões sócio-político-econômicas. Segundo o autor, a estrutura curricular deve levar o aluno a uma reflexão sobre as diferenças das classes sociais existente no país

Para chegar a uma conclusão, sobre a estrutura curricular de Educação Física, ele faz um estudo da Resolução 003/87 e a sua relação com a formulação do objeto de estudo da Educação Física. Este objeto de estudo deve estar centrado no movimento humano, tendo em vista suas relações com as classes sociais.

Em um primeiro momento, seu artigo elabora uma análise histórica da economia, da política e da sociedade brasileira, partindo do período militar (pós golpe de 1964) e da maneira autoritária pela qual a sociedade brasileira estava sendo, então,

(26) CARMO, Apolonio A. Resolução 003/87: Conquista da Educação Física ou Recomposição Hegemonica da Burguesia. Texto UFUberlândia, 1987.

governada. Posteriormente, o autor refere-se ao período iniciado com a abertura democrática, onde se deram as primeiras discussões sobre currículo e a reestruturação da Educação Física. Estas discussões virão mais tarde a ajudar a compor a Resolução 003/87.

Tendo em vista os pontos acima citados, o autor faz a seguinte avaliação sobre a questão da relação da Universidade e das classes sociais. Na Universidade, ou mais especificamente na Educação Física, deve haver uma reflexão crítica da sociedade, resgatando os problemas sócio-político-econômicas do país. Partindo deste pressupostos será possível resgatar a melhoria da Educação Física, enquanto área de conhecimento próprio, tendo como objeto de estudo o movimento humano dentro de uma perspectiva de processo histórico. O outro problema é a liberdade concedida às Instituições de Ensino Superior com a separação entre Licenciatura e Bacharelado, pois para o autor esta dicotomia pode tornar a Educação Física mais abstrata e neutra, dando continuidade à atual estrutura da Educação Física.

Dentro desta tendência, pode-se destacar outro autor, Paulo Guiraldelli (27). Ele enfatizou a necessidade de a Educação Física resgatar os conteúdos através de uma ótica de reflexões histórico-crítica, considerando que atualmente existe uma dúvida sobre os conteúdos a serem trabalhados, na medida em que o

(27) GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. Educação Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol.2 n 2, 1990.

pressuposto básico são as discussões para cada conteúdo, através das suas próprias origens históricas. Como exemplo sobre essas discussões dos conteúdos, tem-se o futebol: compreendê-lo é adentrar em sua historicidade, verificando a sua origem e a necessidade da burguesia em construir espaços de conveniência própria, negando a princípio a participação do proletariado. Esse é um exemplo que serve para a formação do profissional de Educação Física. Portanto, é esse saber elaborado que deve integrar o conjunto das disciplinas do Ensino Superior em Educação Física.

Desta forma, o autor comenta: " Para que possamos reconstruir a grade curricular dos cursos de Educação Física e para que cada professor saiba eleger os conteúdos clássicos e universais, como sendo os conteúdos necessários, é preciso estender os exercícios do parágrafo acima para todos os conteúdos tradicionais da Educação Física como a Dança, a Recreação, o Desporto individual e coletivo, e a Ginástica. Ensinar segundo a ótica progressista e sair da prática cega." (28)

A retomada dos conteúdos da Educação Física, através de reflexões histórico-críticas, tem por base o estudo da economia-política e do materialismo dialético, interligando desta maneira essa tendência com a concepção de Universidade " Um Fator de Produção ".

(28) Ibid. pag 13

Próximo a essa tendência, outro autor discute nesta direção. Wagner Moreira (29) ressalta a importância e o compromisso social dos futuros profissionais, então comprometidos com a transformação social. No desenrolar do texto, o autor levanta algumas considerações.

Iniciando por uma retomada da história, onde se verifica a estreita ligação da Educação Física com a gênese militar, o autor, assim motivado, explica a ligação entre a Educação Física e a Uniformidade deste curso. Acentua perceber que a Educação Física vem sendo sustentada em todos esses anos pela sua legalidade na Educação formal. Pressupõe-se que a formação desses profissionais, despontariam no campo profissional com grande competência, desenvolvendo um trabalho de qualidade na Educação Física escolar em todos os níveis (1 , 2 , 3 Graus). Entretanto, ocorre justamente o contrário, ou seja, uma falta de compromisso maior com as questões metodológicas ou didático-pedagógicas relativas a sua aplicação na prática escolar.

Tem-se, então, como resultados das questões acima apresentadas, a herança de poder e de privilégios, tornando os profissionais da área acríticos e com uma aparente neutralidade, submetendo-se à dominação sem aperceberem-se disso; tais profissionais julgam os educandos de uma forma arbitrária, de

(29) MOREIRA, Wagner Wey. - Repensar a Formação Profissional. Secretaria de Educação Física e Desportos do Ministério da Educação, Brasília, 1986.

dentro de modelo pré-fixado. Ao levantar essas questões, o autor propõe um repensar desta formação, questionando a validade de só existir a Licenciatura, procurando em contra posição novas alternativas, tais como o Bacharelado.

O Bacharelado é proposto como uma forma de iniciar uma discussão. Isso ocorre porque a Universidade será caracterizada pela produção de conhecimento, diferenciando-se do ensino atual, onde só existem receitas didático-pedagógicas. Desvinculando desta forma a valorização e o desenvolvimento das pesquisas da graduação e da pós-graduação.

Na tentativa de chegar a uma primeira conclusão, o autor destaca que é importante existir:

" 1- O profissional de Educação Física comprometido com a transformação social e não com um mero ocupar de espaços através do corporativismo;

2- Um currículo sobre atividades físicas montado dentro de uma perspectiva, crítica, justificando-se numa análise histórica do homem em movimento;

3- Formação profissional universitária discutidas nas esferas de ações acadêmicas governamental, de prática pedagógica e de prática política;.

4- Formação profissional que ofereça opções concretas ao corpo discente, através de bacharelado e ou licenciatura, sendo essas habilitações sempre vivenciadas dentro da reflexão anterior."

(30)

(30) Ibid. pag 275.

Com essas conclusões iniciais, o autor demonstra a necessidade da produção de conhecimento pela Universidade, auxiliando desta forma na transformação social. Justifica essa produção de conhecimento na área através de pesquisas embasadas em análises históricas dos homens em movimento. Nas discussões, deve haver sempre um relacionamento com as questões de natureza sócio-político-econômica.

Deve ficar claro que este trabalho de resgate das tendências não pretende esgotar o assunto, posto que existe uma contínua transformação e evolução, no processo das discussões da Educação Física no 3 Grau. Assim, a retomada da questão - Educação Física no 3 Grau - deve ser contínua de acordo com a dinâmica dos fenômenos atinentes a esta temática.

A partir deste trabalho de organização das concepções e das tendências da Educação Física, tentou-se estabelecer relações entre essas duas temáticas. Posteriormente, pretende-se compreender a reformulação curricular de cada Instituição a ser estudada, bem como as reformas estruturadas pelo Conselho Federal de Educação articulando o TEMA em estudo nestes diferentes níveis.

Como primeira conclusão dessas relações, deve ficar claro que autores de uma mesma tendência na Educação Física nem sempre possuem um posicionamento igual em todos os problemas, não obstante partirem de um mesmo pressuposto básico. Caracteriza-se aí, nesse pressuposto básico, a relação entre a concepção de Universidade e a tendência da Educação Física.

A primeira concepção de Universidade, na qual enquadra-se uma tendência da Educação Física, é " Uma Comunidade de Pesquisadores ". Essa concepção entende a Universidade como um centro de pesquisa, buscando sempre o desenvolvimento do conhecimento, a fim de resolver os interesses da sociedade. A constatação do desenvolvimento científico, através da pesquisa, se enquadra na primeira abordagem da Educação Física, levando os autores mencionados a destacar a pesquisa científica, como ponto primordial para a reestruturação da Educação Física.

Neste caso, as pesquisas científicas devem buscar no próprio interior da Educação Física soluções para a falta do corpo de conhecimento próprio ou específico da Educação Física. Dentro desta perspectiva, alguns autores propõem a criação do Bacharelado, outros, o desenvolvimento da Pós-Graduação como meio de uma melhor formação profissional na graduação, ocorrendo daí o desenvolvimento de pesquisas científicas na área.

Por sua vez, o Bacharelado nem sempre representa o interesse na pesquisa científica. Para que ocorra esse interesse, é importante verificar se a instituição que oferece este curso está hintegrada nessa concepção de Universidade. Em segundo lugar, observar se o corpo docente e discente possuem essa formação, com vistas à pesquisa científica, bem como a existência de condições físicas (instalações e materiais) que possibilitem seu desenvolvimento.

Tendo, então, o pressuposto básico fixado no desenvolvimento da pesquisa, buscando sempre os interesses da sociedade, fica evidente a sua estreita ligação com uma tendência de Educação Física também crítica, principalmente pela necessidade da formulação do corpo de conhecimento desta área.

" Um Núcleo do Progresso " é a segunda concepção, centrada no progresso e não mais na verdade da humanidade. Também nesta concepção, procura-se o desenvolvimento da pesquisa científica, que não dá relevância nem ao jogo político nem às pressões da sociedade.

Com essa visão e com esse pressuposto básico, percebe-se que esta concepção se aproxima muito mais da segunda tendência da Educação Física; tal tendência relaciona-se principalmente com a pesquisa e o mercado de trabalho.

Essa possibilidade de abordagem está basicamente preocupada com o progresso. Desta maneira, o desenvolvimento das pesquisas não está atrelado à formação do corpo de conhecimento da Educação Física e nem se relaciona com os interesses da sociedade. O Bacharelado, neste caso, se justifica pela recuperação das áreas próprias da Educação Física como o Lazer/Recreação, a Dança e o Esporte. Com isso, a Educação Física não ficaria restrita somente à atividade formal, servindo assim melhor o mercado de trabalho.

Por fim, a concepção " Um Fator de Produção ", que apresenta como pressuposto básico o estudo da economia política e do materialismo dialético e histórico. A partir deste pressuposto,

pode-se realizar a ligação da concepção com a última tendência da Educação Física no 3º Grau.

Essa tendência, já aqui apresentada, em primeiro lugar demonstra a necessidade de a Educação Física buscar o conteúdo a ser trabalhado na formação do profissional. Tal conteúdo é sempre vinculado a sua historicidade, dando conta das questões sócio-político-econômicas e culturais. Nesta tendência, os autores compreendem a Educação Física apenas como parte integrante da Educação formal, supervalorizando, então, a Licenciatura.

Outros autores, especialmente Moreira, buscam no bacharelado, uma alternativa para o início da discussão, na tentativa de resgatar uma Educação Física mais crítica, dando conta de sua função principal, que é a produção de conhecimento. Retomando assim a pesquisa na graduação, não apenas na pós-graduação, tais Pesquisas devem sempre possuir o mesmo pressuposto teórico, consubstanciado no materialismo dialético e histórico, havendo ainda o reforço permanente de suas relações com as questões sócio-político-econômicas e culturais na sociedade.

Nas relações acima apresentadas, observam-se posicionamentos diferentes, que são de fundamental importância para a análise dos dados desta pesquisa. Esse referencial de análise permite não só o trabalho com dados, como também uma visão global das diversas tendências da Educação Física ao nível do Terceiro Grau no país.

CAPÍTULO II

A elaboração deste capítulo tem como objetivo estudar três momentos na formação dos cursos de Educação Física no 3º Grau. Estes momentos se diferenciam, primeiro, pela instauração das Escolas de Educação Física no início do século, segundo, pela padronização curricular de 1969 e suas peculiaridades e, terceiro, pela atual organização dos cursos, partindo da reformulação curricular de 1987. Iniciaremos, então, por uma descrição mais detalhada de todas essas etapas marcantes da Educação Física no 3º Grau.

CRIAÇÃO DAS ESCOLAS

Os cursos de graduação em Educação Física no Brasil se desenvolveram inicialmente no interior das instituições militares. A primeira Escola de Educação Física a formar profissionais destinados a trabalhar junto à sociedade civil foi a Escola da Marinha do Rio de Janeiro, em 1925. Contudo, anterior a essa data, as Forças Públicas do Estado de São Paulo (atual Polícia Militar), em 1910, com a Lei n 1244 (01), precursora na criação do curso de Instrução Geral, para oficiais e inferiores. Nesse caso, o Governo se responsabilizou pela contratação de professores estrangeiros para instruí-los na esgrima. A partir do Decreto n 2349, de 14 de dezembro de 1913 (02), se formou o corpo escola com característica básica na Educação Física, para formação de instrutores de esgrima e ginástica, objetivando melhor formar os oficiais e os graduados da Força Pública.

(01) SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 1244, 27 de dezembro de 1910

(02) SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 2349, 14 de dezembro de 1913.

Em 1932, é criada, então a Escola de Educação Física da Força Pública, sendo a mesma reconhecida pelo Decreto n 7639, de maio de 1936(03) com as seguintes finalidades:

" a) formar instrutores e monitores da educação physica geral e desportiva;

b) formar mestres de armas e monitores de esgrima;

c) proporcionar aos médicos, conhecimentos gerais de medicina especializada, necessários ao desempenho de suas funções nos corpos e estabelecimentos;

d) ministrar, a officiaes não especializados, os indispensaveis conhecimentos de educação physica geral, desportiva e de esgrima;

e) formar massagistas desportivos;

f) orientar e fiscalizar a pratica da educação physica e dos desportes nos corpos de tropa e estabelecimentos militares, por intermedio dos médicos e officiaes encarregados da educação physica;

g) manter ligação com os institutos congeneres nacionaes e estrangeiros, especialmente com a Escola de Educação Physica da E.N cujo o metodo de ensino adaptará." (04)

Com a implantação desses cursos sob uma ótica militar, verifica-se a utilização de princípios e conceitos de naturaza médica desportiva e militarista. Sendo repassados à sociedade

(03) SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negocios da Segurança Pública. Decreto n 7639, 28 de maio de 1936.

(04) Op.cit, pag 02.

civil através da prática da Educação Física, estes princípios e conceitos estavam ainda fundamentalmente constituídos pela noção de autoridade e disciplina, funções estas próprias dos militares.

Pode-se notar essa passagem para a sociedade civil, com a formação do Departamento de Educação Physica do Estado de São Paulo, sendo efetivado pelo Decreto n 4855 de 27 de Janeiro de 1931 (05). Na tentativa de colaborar com os anseios daquele momento, o documento expõe os seus objetivos da seguinte maneira. " considerando que os esportes aperfeiçoam a raça, combatem o alcoolismo, habituam à disciplina e ao espírito de renuncia pela causa commum; considerando que, ha mais de um século, têm os paizes mais adiantados creados departamentos com o fim especial de orientar e dirigir os esportes; considerando que o esporte attende aos mais altos interesses eugenicos num paiz em que se faz mistér tomar em consideração estes factos: " (06).

Além desses objetivos, o Decreto constituía-se dos seguintes tópicos:

" Artigo 1 - Fica, subordinado á Secretaria do Interior, creado o Departamento de Educação Physica.

Artigo 2 - São seus fins:

(05) SÃO PAULO, Governo do Estado. Decreto n 4855, de 27 de janeiro de 1931

(06) Op.cit. pag 02.

- 1 organizar uma escola de educação physica para a formação de professores tecnicos;
- 2 manter um gabinete tecnico e bibliotheca especializada para o estudo de demonstração dos problemas de educação physica;
- 3 organizar um plano systematico de educação physica como padrão geral;
- 4 promover a sua adoção pelas entidades esportivas, clubes ou fundações; e prohibir-lhes exercicios nocivos á saude;
- 5 estabelecer campos de recreios e jogos;
- 6 organizar e patrocinar provas e demonstração de gymnastica, athletismo e outros esportes, assim como concursos de robustez physica;
- 7 promover a propaganda da educação physica por meios de conferencias, artigos na imprensa e publicação de um periodico;
- 8 incentivar a educação physica feminina, procurando interessar a mulher brasileira da physicultura.
- 9 proceder ao recenseamento esportivo do Estado, e organizar a inscripção official das aggremações e federações esportivas;
- 10 registrar os recordes e campeonatos." (07).

Com estes pressupostos, cria-se a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, em 1931, no entanto, só começou a funcionar a partir do Decreto n 10.034 de 4 de março de março de 1934 (08). Os seus fins eram constituídos da seguinte

(07) Op.cit. pag 02

(08) SÃO PAULO, Governo do Estado. Decreto n 10034, de 4 de março de 1934.

forma..

" Artigo 1. A Escola Superior de Educação Física, criada pelo Decreto n. 4855, de 27 de janeiro de 1931, tem por fim a formação de professores de educação física e a especialização de médicos em educação física. (...) " (09)..

Essa Instituição formava seus profissionais em dois anos e constituía de secções (disciplinas) e de subsecções (especificação maior dentro de uma disciplina). Pode-se citar, como exemplo, a secção de Pedagogia e Metodologia da Educação Física, que tinha as subsecções Educação Física Infantil, Educação Física Feminina, Esportes Aquáticos, Bola ao Cesto, entre outras. Cabia à Congregação autorizar tantas outras subsecções quantas fossem necessárias..

O reconhecimento a nível Federal dessa Escola, ocorreu a partir do Decreto n. 5.723 (10), de 28 de maio de 1940. Regulamentou-se, assim, a Educação Física no 3.º Grau em todas as instâncias possíveis..

Com a descrição destas duas Escolas, nota-se, além das estruturas formais para o funcionamento dessas Instituições, uma garantia de repasse a toda sociedade civil da prática da Educação

(09) Op.cit. pág 02

(10) BRASIL. Ministério da Educação, CFE Decreto Lei n. 5723, de 28 de maio de 1940..

Física. Essa posição fica mais evidente quando da inclusão na constituição de 1937 dos seguintes artigos:

Artigo 131. " A Educação Física, o ensino cívico e os trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência."

Artigo 132. " O Estado fundará instituições ou dará auxílio e proteção às fundações civis, tendo umas e outras por fim, organizar a juventude, períodos de trabalhos manuais nos campos e oficinas, assim como prover--lhes a disciplina moral e o adestramento físico de maneira a prepará-la ao cumprimento dos seus deveres para a economia e a defesa da nação." (11)

Como pode-se observar, o repasse de uma formação eugênica para a sociedade civil chega a tal ponto, que até na Constituição comenta-se sobre o adestramento do físico, como sendo uma forma de salvar a nação. A postura tomada naquele momento, tanto na formação dos dois cursos, quanto na ação do governo via constituição, traduz os anseios de uma política populista do Governo de Getúlio Vargas. Justifica-se essa posição pela legalização da Educação Física em todos os níveis de ensino e a sua aproximação com as práticas militares e o desporto.

Detalhando um pouco mais as questões colocadas, destaca-se, em primeiro lugar, o conceito de disciplina, " Regime de ordem imposta ou livremente consentida. Ordem que convém ao funcionamento

(11) BRASIL. Constituição de 1937, Artigos n 131 e 132.

regular de uma organização (militar, escolar, etc.) Relação de subordinação do aluno ao mestre ou ao instrutor. (...) (12), a organização dessa disciplina traz uma relação muito próxima com o adestramento físico, estando aí um dos objetivos fundamentais da prática dos militares. Prática essa que se pretendia estender a toda sociedade. Uma segunda questão trata-se da eugenia " Ciência que estuda as condições mais propícias à reprodução e melhoramento da raça humana ". (13) Ver a respeito também o trabalho de Sônia Bercito " SER FORTE PARA FAZER A NAÇÃO FORTE. A EDUCAÇÃO FÍSICA NO BRASIL (1932-1945) ". (14) A discussão da eugenia naquele período, servia para consolidar uma postura do governo de Getúlio Vargas. Pretendendo melhorar a forma física dos trabalhadores e da sociedade como um todo, visando ao aprimoramento da " raça brasileira ".

Evidenciando o aprimoramento físico, é possível indicar articulações com a produtividade e a disciplina no trabalho. Os trabalhadores, aprimorando a forma física e a capacidade de

(12) FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed. RJ, Editora Nova Fronteira, 1986. pág 595.

(13) Ibid. pág 734.

(14) BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Ser Forte para Fazer a Nação Forte. A Educação Física no Brasil (1.932-1.945) Dissertação de Mestrado USP Departamento de História, 1991.

reprodução, tornar-se-iam como soldados dentro de suas empresas (15) . Daí a importância da Educação Física naquele momento histórico.

Alguns autores escrevem sobre a questão da industrialização e da disciplina dos trabalhadores. Lenharo, por exemplo, argumenta que: " Com poucas variações, as teses que circulam (pelos textos teóricos da Educação Física enfatizam os três pontos arrolados, a saber: a moralidade do corpo pelo exercício físico, o aprimoramento eugênico incorporado à raça, a ação do Estado sobre o preparo físico e suas repercussões no mundo do trabalho " (16). Com essa afirmação, o autor indica a forma pela qual a Educação Física vinha se estruturando e sendo utilizada por nossos governantes, buscando uma superação de deficiências existentes na população brasileira.

Dentro do panorama exposto, observa-se uma coerência entre necessidade política apresentada acima e a formação das Escolas de Educação Física. A ponte de todas essas propostas para a sociedade civil foi possível, então, através de dois níveis de ensino mais práticos. A busca primeiramente ao nível da Educação Física militar ocorreu com as importações de alguns Métodos de

(15) Ver a respeito. LENHARO, Alcir. Sacralização da Política ed Papyrus Campinas, 1986.

(16) LENHARO, Alcir. Sacralização da Política ed. Papyrus Campinas, 1986

ginástica oriundos da Europa; entre eles pode-se citar o Método Francês, o Método Natural de Hebert, o Método Natural Austríaco, a Calistenia e outros. A partir desses Métodos, ocorreu, em janeiro de 1937, a criação da Divisão da Educação Física dentro do Ministério da Educação e Saúde Pública, qual adotou o Regulamento Geral de Educação Física, embasado no Método Francês. O segundo nível para o repasse das propostas governamentais ocorreu com o incentivo ao esporte. Isso fica evidente com a própria formação da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo, sendo a mesma formadora de professores direcionados a tais atividades.

Com a perspectiva de ensino da Educação Física voltada as práticas do adestramento físico e do esporte, resultante da política governamental daquele momento histórico, observou-se a necessidade de mais profissionais para essa área de conhecimento. Criam-se, então, novas Escolas de Educação Física espalhadas pelo país, mantendo os mesmos princípios da Escola de Educação Física das Forças Públicas de São Paulo e da Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo.

A Educação Física no 3º Grau constituiu-se desta forma, até o final da década de 60, quando se criou um currículo mínimo para todas as Instituições Superiores formadoras de profissionais em Educação Física.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU, SUA PADRONIZAÇÃO.

Passado aquele momento importante para a Educação Física, no sentido de instaurar-se a nível de 3 Grau, demonstrando seus objetivos e suas funções para com a sociedade, surgiria um outro período ditatorial no país (pós golpe de 1964), onde a sociedade se encontrava novamente reprimida pelos governantes. A partir dessa nova postura política, ocorreu uma mudança na forma de tratar a Educação Física, não só no 3 Grau, mas em todos os níveis de ensino.

As modificações propostas então fizeram a prática da atividade física tornar-se obrigatória em todos os níveis de ensino. A efetivação do mesmo, ocorreu com o Decreto-Lei n 705 de julho de 1969, tendo como suporte as práticas desportivo-recreativas e a organização militar. A esse respeito destaca Francischetti, " Pode-se mesmo dizer que a atividade da Educação Física no 3 Grau foi relegada a um segundo plano, quando pensada e confundida com atividade física, desportiva, competitiva e usada para alienar o estudante universitário." (17) Dentro das mudanças desejadas, a formação do profissional desta área de ensino, também

(17) FRANCISCHEITI, Maria Lucia Guedes Pinto. Educação Física no 3 Grau: Um Estudo de Caso. Dissertação de mestrado Faculdade de Educação UNICAMP. 1988.

estava inclusa.

No clima de intervencionismo do Estado naquele momento histórico, ocorreu a normatização da Educação Física no 3.º Grau, a partir do Parecer do Conselho Federal de Educação n.º 894, de 2 de dezembro de 1969. O documento propunha um currículo mínimo obrigatório a todas as instituições superiores e foi elaborado a partir de reuniões com um grupo de trabalho, sob a direção da Diretoria da Escola de Educação Física e Desporto da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Prof. Maria Lenck(18). A implementação destas novas propostas de mudança, ocorreu sob o patrocínio da Divisão de Educação Física do MEC.

Na discussão do documento em suas primeiras versões, além do currículo mínimo, foi tratado de forma significativa a questão do técnico - desportivo, formando, paralelamente com o professor de Educação Física, um técnico de desportos, especializado na modalidade de sua preferência. Para concluir essa formação, seria necessário um curso com duração mínima de 180 horas/aula, ministrado a acadêmicos ou graduados. No que diz respeito aos critérios adotados para a indicação das matérias, destacaram-se os seguintes:

" 1 - Redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário;

2 - De acordo com o Parecer n.º 292/62 do CFE destaque das matérias destinadas à formação educacional incluindo-se na

(18) BRASIL. Ministério da Educação, CFE Secretária de Educação

Física. Parecer n.º 894, de dezembro de 1969.

Didática Geral e da Educação Física e na Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e dos Desportos todas as disciplinas conceituadas como tais, indispensáveis ao Professor de Educação Física.

3 - Relevo maior à prática de ensino que se deve tornar matéria autônoma.

4 - Relegação de certos padrões do passado, como, por exemplo, designações como os Desportos Coletivos Terrestres, Desportos Individuais Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa.(19)''

A efetivação deste currículo mínimo ocorreu a partir da Resolução n 69/69. O objetivo é a formação de professores de Educação Física, conferindo o título de Licenciatura em Educação Física e Técnico de Desportos ao concluinte de curso com a duração mínima de 1800 horas-aula, ministradas no mínimo em 03 anos e no máximo em 05 anos. Desta maneira, constituíam-se os pontos norteadores para instauração da Educação Física no 3 Grau. Como pode ser observado, pouca fundamentação teórica existia nesta proposta de padronização curricular.

A partir desta proposta de currículo mínimo e com a política governamental de incentivar o aumento de Instituições superiores, a Educação Física no 3 Grau explodiu quantitativamente. De 12 Faculdades, fomos para os mais de 104 cursos atuais. Como consequência, ocorreram as criações de Escolas, tanto nas Universidades Federais e Estaduais, quanto, e principalmente, nas

(19) Ibid. pag 02

Escolas particulares, que, na maioria das vezes, enfatizavam o lucro. Ao recuperar o processo de transição e ampliação dos cursos, estudaremos em detalhe o caso de duas Instituições superiores, relacionadas, mesmo de forma indireta, com o desenvolvimento da política do governo Federal.

Deve ser esclarecido que ambas as Instituições são oficiais, uma no âmbito estadual, a Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Esta entidade surgiu em 1973 com a Resolução n. 15 de 14 de dezembro, iniciando suas atividades em 1974. Anterior à criação do curso de Educação Física, a Instituição já tinha a necessidade de pôr em prática as novas determinação do Conselho Federal de Educação, sendo por isso obrigada a ministrar a todos os seus alunos a Prática Desportiva. Foi necessário então arranjar um local adequado para essas atividades. Ironicamente, foi feito, solicitação ao 13 Batalhão de Infantaria Blindada do município de Ponta Grossa, o qual cedeu a Praça de Esporte da Unidade.

Com as diretrizes da política educacional preconizada pelo governo federal, via-se a necessidade de obter, não só o local, mas sim profissionais que correspondessem às ansiedades daquele momento. Para tanto, a criação do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa tinha o objetivo de suprir as necessidades legais do ensino de toda aquela região. O referido curso, fundamentou-se basicamente no currículo mínimo proposto pelo CFE, com pequenas modificações, melhor dizendo, acréscimo de algumas disciplinas, mantendo-se, porém, a estrutura básica das políticas de

ensino, propostas pelo governo militar daquele período..

Esse curso manteve também a mesma proposição da Resolução 69/69, no que diz respeito ao Técnico Desportivo , formando, além do professor em Educação Física, o técnico desportivo da modalidade desejada pelo graduando de forma optativa. A regulamentação desta instituição a nível federal ocorreu o Parecer n 5185/78 (20) do Conselho Federal de Educação.

O outro curso analisado diferencia-se um pouco do curso de Educação Física da UEPG. A estruturação do curso da Universidade Federal do Paraná teve várias etapas na sua constituição. O início de suas atividades ocorreu em 1943. Primeiramente, esta Escola era particular, cumprindo as necessidades de formação de docentes para o 1 e 2 Graus. Passou a ser vinculada ao Estado do Paraná em 1957. O processo de estadualização consolidou a então Escola de Educação Física e Desportos do Paraná, responsável, naquele momento, pela formação de profissionais da área..

Com as mudanças no ensino brasileiro, a partir da ditadura militar, a então Universidade Federal do Paraná tinha a obrigação de ofertar a disciplina Prática Desportiva para todos os alunos da entidade. Isso fez com que fosse criado um centro de desportos, além da necessidade de formar profissionais que atendessem a essa demanda. Em consequência, estuda-se a idéia da incorporação da Escola de Educação Física e Desporto do Paraná pela UFPr..

(20) BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, CFE Parecer n 5.185/78, de agosto de 1978..

Essa incorporação efetivou-se com um convênio entre o governo do Estado do Paraná e a Universidade Federal do Paraná, responsabilizando-se esta pelos discentes e docentes da Escola. Cria-se, então, a partir da Resolução n 07/77 (21) do Conselho Universitário, o curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná. Tal curso, segue as determinações da Resolução 69/69 do CFE. Desta maneira, o currículo pleno está inteiramente de acordo com o documento, apenas não promovendo o desenvolvimento específico do técnico desportivo, ponto esse facultativo da Resolução.

Refletindo as necessidades daquele momento, há uma relação entre o curso desta Instituição e a postura da política educacional determinada pelo governo federal. Fica evidente esta relação, quando ocorre o tratamento do específico, ou seja, do desenvolvimento do esporte nesta Faculdade, tratado neste caso pelo currículo mínimo exigido por esta Instituição

Os dois cursos acima apresentados, servem como exemplo para demonstrar a estruturação curricular de quase todas as instituições e seus cursos de Educação Física, a espinha dorsal, ou seja, o currículo mínimo era único para todas elas, direcionando desta forma a política proposta pelo governo federal.

A postura intervencionista, própria do regime militar,

(21) RESOLUÇÃO n 07/77. Universidade Federal do Paraná, Conselho Universitário. de fevereiro de 1977.

consolidou então a Educação Física e a disciplina Educação Moral e Cívica em todos os graus de ensino, propondo desta forma uma integração do civismo com o esporte.

A relação entre o Esporte e a Educação Física aconteceu até mesmo dentro da Resolução 69/69, destacando-se aí dois pontos fundamentais. O primeiro está inserido no currículo mínimo, mantendo as disciplinas direcionadas para o desenvolvimento biológico e desportivo. Com isso, os dois cursos estudados também apresentam sua fundamentação curricular neste sentido. No segundo ponto, o tratamento técnico-desportivo, desponta como prioridade da Educação Física, tendo em vista a formação exclusiva de técnicos das mais diversas modalidades, ocasionando uma forte tendência vinculando o desempenho esportivo, nesta área de conhecimento.

Os currículos de Educação Física, além deste direcionamento para os esportes, trazem consigo, no decorrer dos anos, uma prática militarista quanto aos métodos, ou seja, campanhas de valorização da atividade física na formação da sociedade. Com esses pressupostos, os profissionais então graduados, em sua maioria, recebiam forte suporte teórico, valorizando a prática da ginástica e do esporte, repassando então esses conhecimentos para a sociedade civil.

Desta maneira, a Educação Física vinha se destacando e demonstrando a sua importância dentro da política governamental. Em consequência disso, foi necessário um aumento significativo de cursos de graduação na área, a fim colocar no mercado de trabalho

mais profissionais com a mesma formação. Essa formação curricular, direcionou os profissionais a trabalharem de igual forma nos três níveis de ensino (1 , 2 e 3 Graus).

O processo de padronização curricular na área da Educação Física trouxe alguns problemas no desenvolvimento da produção de conhecimento. Pode-se citar entre eles: a pouca participação dos profissionais em outras áreas afins; estudos na tentativa de definir o campo de atuação; a falta de trabalhos científicos desta área; a não participação crítica aos acontecimentos político-econômico-sociais do país.

Essa situação começou a ser revertida, a partir do final da década de 70. Consequentemente, houve maior participação dos profissionais da área nas discussões das questões levantadas acima, produzindo uma nova estruturação curricular.

A EDUCAÇÃO FÍSICA E SUA REFORMULAÇÃO CURRICULAR.

Até aquele período, final da década de 70, o país se encontrava sob o regime ditatorial. A partir daquele momento propunha-se a abertura democrática de forma paulatina e gradativa. Não se pode comprovar a existência da relação entre a reformulação curricular e a abertura democrática. Não obstante, essa abertura provavelmente estimulou os profissionais da área a participar de encontros e discussões até então restritas e oficiais. Novas alternativas para a prática deste conteúdo, tão desgastado historicamente, inevitavelmente passaram a compor as discussões levadas a efeito na área.

A partir desses encontros surgiram os primeiros resultados sobre a reformulação curricular. Deu-se início, em 1984, no Conselho Federal de Educação, à elaboração de um anteprojeto, a fim de efetivar as mudanças desejadas pela comunidade acadêmica da Educação Física.

Esse anteprojeto foi enviado às 95 Instituições de Ensino Superior, que naquele momento ofereciam cursos de Educação Física, solicitando, com isso, algumas manifestações sobre o documento. Destas 95 solicitações, 44 Instituições enviaram alguma manifestação oficial, sobre o assunto. Em 1986, reuniu-se um grupo de trabalho, com a finalidade de consolidar uma síntese dos estudos anteriormente

discutidos..

Após essa discussão sobre a Reformulação Curricular, surgiu a Resolução 003/87, propondo uma nova visão para os currículos em Educação Física. Destacam-se, em princípio, três pontos importantes na fundamentação teórica do documento.

O primeiro ponto, diz respeito a necessidade de conceder às Instituições de Educação Física liberdade para realizar as modificações necessárias dentro de suas perspectivas individuais e suas peculiaridades regionais. Neste caso o documento comenta;

" ... para que lhes seja assegurada a liberdade de assumirem integralmente as responsabilidades de condição desse processo de mudança..

Daí a validade e a oportunidade da proposição agora apresentada, que não surge como uma improvisação, ou impregnada em sua inspiração por algum modismo momentâneo, mas sim decorre de longo processo de maturação, permeado de estudos, discussões, consultas e reflexões, na busca, o mais possível de comprometimentos concensuais, com idéias e posicionamentos defendidos.

Está coerente com o momento e aspirações atuais da sociedade brasileira, que está a exigir, entre as mudanças mais

desejadas uma nova postura para o ensino superior.” (22)

Como o próprio documento afirma, as mudanças desejadas sofreram um longo processo de maturação. Com isso, cada Instituição passaria a possuir instrumentos legais, no sentido de elaborar seu currículo, seguindo apenas alguns requisitos pré-estabelecidos no documento.

Essa liberdade cedida a cada curso de Educação Física possui uma característica interessante: a formação do currículo e a real mudança dependeriam, basicamente, dos interesses do corpo docente e discente das Instituições. É a partir desse processo de mudança deflagrado que se verifica a existência de novas propostas de curso, preocupando-se com as transformações da sociedade e com a busca do objeto de conhecimento próprio desta área. Também, verificam-se cursos, onde quase não houve modificações, ocorrendo somente a inclusão de disciplinas, sem mudar a estrutura curricular.

Um segundo ponto de destaque no documento é a questão da falta de identidade própria da Educação Física. Em relação a este problema, o Parecer comenta:

“ A verdade é que a Educação Física não tem sido pensada como campo de conhecimento específico. A maneira como vem sendo concebida pela maioria das Instituições de Ensino Superior que

(22) BRASIL. Ministério da Educação, CFE Secretária de Educação Física, Resolução 003/87, pág 11.

oferecem unicamente a habilidade a nível de Licenciatura voltada para a área da Educação Física no ensino regular de 1 e 2 Graus, sem maiores preocupações com os aspectos da pesquisa, muito tem contribuído para a descaracterização desses profissionais.

... e aí um dos problemas agudos para o desenvolvimento da Educação Física no Brasil ." (23)

Esse problema de falta de objeto próprio da Educação Física e a descaracterização dos profissionais vem corroborar discussão sobre a preparação entre a Licenciatura e o Bacharelado. Com a elaboração da proposta de criação do Bacharelado, a preparação do profissional será mais específica, cada um em sua área. Para tanto, o Parecer comenta:

" Mesmo sem que se tivesse chegado a um consenso quanto a oportunidade, ficou evidente que é importante a valorização do bacharelado , com currículos mais precisos mais estruturados, mais voltados para a pesquisa e para a delimitação do campo profissional específico da Educação Física." (24)

(23) Ibid. pág. 23

(24) Ibid. pág. 25

Deve ficar evidenciado, que a criação do Bacharelado vem servir de mecanismo para uma maior especialização da área. Tal possibilidade é proposta no documento não como forma obrigatória, mas sim, como sugestão para a melhoria da preparação do profissional em Educação Física.

O último ponto importante da Resolução, a ser evidenciado, é a questão do perfil do profissional, tanto para a Licenciatura quanto para o Bacharelado em Educação Física. A esse respeito, o documento estabelece:

“ - possuir destacada capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e atitude diante dela;

- ter consciência das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade;

- dominar instrumentos, métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão respondendo a situações concretas e gerais com condições de liderança e comportamentos éticos, que se ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em pertinente transformação;

- ser capaz de identificar as necessidades regionais e decidir de forma autônoma, propor e aceitar mudanças mantendo-se sempre atualizado no campo de ensino formal e não formal;

- ser capaz de usar adequadamente os conteúdos materiais, equipamentos, espaços e lugares, a fim de auxiliar os alunos a atingirem competência para viver cooperativamente na mais complexa situação;

— ser capaz de identificar e respeitar as diferenças individuais no processo de aprendizagem e estabelecer um ambiente crítico e reflexivo, dentro de uma proposta emancipadora e educativa.”(25)

Estes são os itens propostos no documento, refletindo os anseios da comunidade acadêmica neste momento. Cabe a cada Faculdade estabelecer o perfil do profissional desejado, que melhor se adapte a sua realidade. Como o próprio documento propõe a liberdade de escolha, ocorre então a utilização de outros itens desejados pela comunidade acadêmica de determinada Instituição, a fim de estabelecer uma melhor formação para os profissionais.

A liberdade de ação nesse caso, é de extrema importância, tendo em vista a contínua transformação da sociedade e da Educação Física. Como ambos estão sempre ou buscando novas alternativas ou em transformação, tenta-se, no documento, não delimitar totalmente o perfil do profissional, sendo então, o graduando, modificado sempre que houver novos interesses e propostas para a Educação Física.

Esses pontos destacados acima servem como pressupostos para a análise, considerando tanto as concepções de Universidade quanto as tendências de Educação Física no 3º Grau. Após a apresentação da Resolução 003/87, é necessário, para melhor compreender o processo como um todo, um relato das novas propostas

(25) Ibid. Pag

curriculares da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná. As descrições destas Instituições serviram para verificar a operacionalização prática possibilitada pelo documento analisado..

O curso de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa, regulamentado através do Parecer CEPE n 188/89, optou apenas pela continuidade da Licenciatura, uma prática já existente nessa Universidade. Tem-se como novos objetivos do curso a seguinte proposta:

" - habilitar professores de Educação Física aptos a atender as necessidades do ensino de 1 e 2 graus;

- reconhecer a importância da Educação Física como atividade preocupada com o desenvolvimento integral do ser humano;

- preparar profissionais potencialmente capazes de fazer do trabalho corporal um instrumento para a emancipação humana;

- desenvolver a capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e da atitude crítica diante dela;

- preparar um profissional capaz de identificar as necessidades regionais, refletindo de forma autônoma, propondo e aceitando mudanças;

- capacitar educadores que dominem instrumentos, métodos e técnicas atualizadas;

- conhecer a estrutura anatomo-psico-filosófica do ser humano;

- capacitar recursos humanos capazes de identificar e respeitar as diferenças individuais, no processo de aprendizagem;

— conscientizar o profissional das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade.” (26)

Completando os dados deste curso, o acadêmico deverá perfazer um total de no mínimo de 3060 horas aula, distribuídas em no mínimo quatro e no máximo sete anos letivos. Dentro desta carga horária total e obrigatória, 2278 horas aula são de caráter técnico, 204 horas aula correspondem ao conhecimento da sociedade e filosófico e 578 horas aula correspondem ao conhecimento do ser humano, nos aspectos biológicos e psicológicos.

Tais dados, representam a maneira pela qual o currículo foi estruturado. Nesse processo de organização curricular, não consta qualquer documento apresentado a forma pela qual ocorreu essa estruturação. Verifica-se que, aparentemente, não houve maiores aprofundamentos nas discussões sobre as transformações curriculares. Tal pressuposto é corroborado por entrevistas realizadas com docentes e alunos de então

A proposta curricular da Universidade Federal do Paraná quanto ao novo currículo em Educação Física, tem como resolução final o Parecer do CEP n 628/88 (27). O documento oficializa as

(26) UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Parecer n 188/89

Conselho de Extensão e Pesquisa; Ponta Grossa, 1988

seguintes determinações, quanto à carga horária, de um total de 3210 horas-aula, a divisão se faz: 780 horas-aula para a formação sócio-filosófico-biológica, 1800 horas-aula para a formação técnica e 630 horas-aula correspondem ao aprofundamento. A conclusão da graduação se dá, no mínimo, em quatro e, no máximo, sete anos.

Antes de apresentar os objetivos e o perfil do profissional desejado neste curso, é importante verificar como foi desenvolvida tal discussão e como foi elaborada tal proposta.

Destacam-se dois pontos bastante relevantes sobre a construção da proposta veiculada pelo documento. O primeiro trata de uma pesquisa com os egressos da UFPr, PUC-Pr, bem como com os acadêmicos do curso de Educação Física da UFPr. Foram entrevistados, então, 83 egressos e 222 alunos, sendo a entrevista realizada em forma de questionário(28). Esse trabalho revelou alguns dados significativos e norteadores na elaboração do novo currículo. Dentre esses dados, pode-se destacar que, dos profissionais em atividades na Educação Física, apenas 38,55% trabalham na rede oficial de ensino e 53,01%, em instituições privadas. Essa diferença aumenta em relação aos acadêmicos, porque apenas 8,01% estão empregados na rede oficial contra 65,22, na iniciativa privada. Outro dado importante,

(27) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Parecer n. 628/88, Conselho de Extensão e Pesquisa; Curitiba 1988.

(28) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Faculdade de Educação Física. pesquisa em mimeógrafo, 1987.

refere-se à dicotomia nas quais os entrevistados gostariam de trabalhar e onde estão atuando.

	Gostariam de atuar		Trabalho atual	
	egressos	acad.	egressos	acad.
Ensino de 1 e 2 Graus	27,71	35,13	36,14	10,81
Ensino de 3 Grau	12,04	18,91	-	-
Ensino Superior	38,55	32,43	2,40	-
Técnico Desportivo	43,37	27,02	21,68	18,91
Preparador Físico Desportivo	22,89	27,02	3,61	8,10
Pesquisa	44,57	32,43	4,81	5,40
Administração	28,91	16,21	12,04	-
Educação Física Especial	20,48	29,72	6,02	-
Academias	22,89	32,43	16,86	24,32
Escola de Nataação	16,86	16,21	9,63	10,81
Recreação e Lazer em Clubes	14,45	21,62	2,40	8,10

(29)

Os dados acima apresentam itens relevantes para uma análise. De saída, pode-se destacar o interesse para com a pesquisa. Mais de 44% dos egressos gostariam de trabalhar na realização dessas pesquisas, mas, na prática, apenas 4,8% dos profissionais entrevistados realmente trabalham neste campo de atuação. Entre os acadêmicos, esses dados também não se diferenciam muito, 32,43% preferem exercer trabalhos de desenvolvimento científico contra 5,40% que atualmente o fazem. Outro caso refere-se ao Ensino

(29) Op.cit.

Superior (aulas para os cursos de Educação Física): 38,55% dos egressos optariam por esse tipo de trabalho, mas só 2,40% o realizam. No caso dos alunos, um dado relevante refere-se à Educação Física Especial, pois 29,72% deles, gostariam de trabalhar com deficientes. Na realidade, não encontramos ninguém exercendo essa atividade. O único item onde a ocupação atual supera a desejada é no Ensino de 1 e 2 Graus, verifica-se aí que 27,71% dos alunos gostariam realmente de atuar nessa área, contra 36,14 que objetivamente aí trabalham. Talvez a falta da valorização profissional, ou o pouco retorno financeiro, sejam os responsáveis por essa inversão de expectativas. Os dados acima foram destacados por terem representado uma grande importância na organização e estruturação do currículo.

Em relação às dificuldades encontradas na atuação profissional, em decorrência de não abordagem de questões específicas no curso, destacou-se de um modo geral: a falta de preparo profissional; desencontro entre a teoria e a prática; carências de seriedade, competência e consciência profissional durante o curso; falta de uma ética profissional; falta de estágio.

As falhas apresentadas no andamento dos cursos refletem as diferenças existentes entre os conteúdos trabalhados e a realidade vivida. Essas dificuldades somente serão superadas a partir de uma conscientização maior dos profissionais e num avanço das pesquisas científicas voltadas para a Educação Física no 3 Grau. Assim, haverá condições de dar suporte para a estruturação dos cursos de

15
Educação Física, realizando uma reflexão contínua na sua prática cotidiana.

Por fim, a última questão levantada na pesquisa foi pedir sugestões para as mudanças de currículo, para que a formação do profissional fosse condizente às necessidades do mercado de trabalho. As sugestões foram: mais ensino de Filosofia, História e Política aplicada à Educação Física, como meio de desenvolvimento da consciência profissional que atuam; ética profissional, idéia de classe profissional, direitos e deveres enquanto educador e membro da sociedade; sintetizar materiais em menos tempo; ensino mais humanista; explorar o lado não formal da Educação Física; área biológica direcionada à fisiologia, cinesiologia; estágios em outras áreas; incentivar mais a pesquisa científica.

As sugestões levantadas deram importantes subsídios para a melhoria do curso desta Universidade. A princípio, destaca-se um maior incentivo à pesquisa, posto que sem elas um curso ou uma profissão dificilmente poderão avançar em sua melhora de qualidade, pois haverá sempre uma repetição dos conteúdos existentes. Outro item a ser considerado tratou de uma maior ênfase nas questões da sociedade, da Política, da Filosofia e da História; nesse caso equilibrando as áreas humanísticas com as questões técnico-biológicas, as quais a Educação Física sempre esteve fundamentada. Como última questão a ser levantada, a ética profissional apontou para uma preocupação atual, atribuída a uma pequena conscientização profissional dada a não regulamentação da profissão, indefinindo as atividades próprias da Educação Física.

O segundo ponto a ser ressaltado, na elaboração do currículo, foi a organização de uma comissão de sistematização, dividida em três sub-comissões. Uma do conhecimento do ser humano, "entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo o processo vital, no que concerne aos seus aspectos biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face à presença ou ausência de atividades de Educação Física." (30) Uma segunda sub-comissão tratou do conhecimento Filosófico e da Sociedade, "compreendido como conhecimento filosófico. O resultado da reflexão sobre a realidade, seja no nível da prática, da própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada assim, com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, ou seja, ao nível da teoria, numa apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma práxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica. Entendido como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando a realidade brasileira." (31) A terceira sub-comissão foi a do Conhecimento Técnico "entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos da Educação Escolar e Não-Escolar, contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico." (32)

(30) Op.cit

(31) Op.cit

(32) Op.cit

Em todas as sub-comissões, havia a participação de professores da Universidade, acadêmicos e representantes da Secretária da Educação, Secretária de Esporte, APEF-Pr e da Prefeitura Municipal. O importante dessas sub-comissões foi o fato de haver representantes dos segmentos da sociedade, envolvidos de alguma forma com a Educação Física.

A comissão de sistematização priorizava a definição de um marco conceitual. A mesma partia do homem como um ser concreto, sujeito da sua história, inserido na sua realidade de forma contextualizada, na busca de uma efetiva transformação social. Partindo desse pressuposto, nota-se a concepção de Universidade: "Um Modelo Intelectual" que está por trás desse curso de Educação Física. Competia ainda a essa comissão a elaboração dos objetivos do curso, o perfil do profissional desejado, bem como a estruturação de conteúdos nas disciplinas e na organização da grade curricular, seguindo sempre as determinações preliminares das sub-comissões.

Depois de toda a sistematização ocorrida, a comissão chegou à seguinte caracterização do curso: Predomina a formação do curso em Licenciatura Plena, priorizando uma maior especialização na área formal da Educação Física, ou seja, pré-escola, 1, 2, 3 Graus de Ensino. O ensino formal possuía como característica a formação de um Educador com vistas à otimização do processo ensino-aprendizagem e que esteja vinculado a todo um contexto histórico-sócio-cultural. Não obstante, ocorre também um ensino na área não formal. Mas essa aquisição de conhecimento se torna muito mais genérica, pela maneira como vem sendo tratada.

Após toda essa pesquisa e discussão sobre a transformação curricular, a comissão elaborou os seguintes objetivos deste curso:

" - possibilitar a aquisição integral de conhecimentos e técnicas que permitam prioritariamente uma atuação na área formal (pré-escolar, 1 , 2 e 3 Graus);

- oportunizar a aquisição de conhecimento genéricos da área não formal (academias, condomínios e etc.);

- propiciar a auto realização do estudante, como pessoa e como profissional;

- considerar interesses do aluno, estimulando-o ao aperfeiçoamento contínuo. " (33)

Os objetivos do curso resgatam exatamente a proposta inicial do mesmo, dando uma maior ênfase na área formal e objetivando o ensino escolar. Construindo os objetivos dessa maneira, percebe-se a não inclusão da pesquisa científica como prioridade de curso. Assim, fica ainda mais clara a posição desse curso em relação tanto à concepção de Universidade, quanto à tendência da Educação Física.

A comissão de sistematização organizou também o perfil do profissional, tendo como resultado final a seguinte formação:

(33) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Parecer n 628/88, Conselho de Extensão e Pesquisa; Curitiba, 1988.

" - possuir uma visão ampla da realidade sócio-político-cultural e econômica do país consciente das reais necessidades possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade, num sentimento inovador, criador e democrático;

- ser profissional com visão pedagógica e científica, dominando instrumentos, métodos e técnicas que permitem desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais;

- ter condições de liderança e comportamento ético que se ajusta à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente transformação;

- ser um profissional eficiente no uso de seus conhecimentos, sendo capaz de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo de forma autônoma, propondo mudanças." (34)

O resultado desse perfil traduz os interesses e desejos dos profissionais que foram entrevistados na pesquisa. Alguns exemplos são claros como: uma maior consciência profissional, a ética, trabalhar com a realidade sócio-político-cultural e econômico do país. Tendo como pressuposto essa relação entre a pesquisa e o perfil, fica demonstrada a importância da realização dessas pesquisas para dar o suporte necessário para a melhoria do curso.

Esses itens acima apresentados, primeiro a caracterização do curso, segundo os objetivos do curso e terceiro o perfil do profissional, demonstram a fundamentação teórica que norteia

(34) Op.cit.

a estruturação curricular desse curso de graduação em Educação Física da Universidade Federal do Paraná.

Após essa descrição da Resolução 003/87, bem como do processo de reestruturação curricular dos cursos de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná, para finalizar o desenvolvimento do trabalho, proporemos uma análise de conteúdo dessas mudanças, tendo como pressuposto teórico as concepções de Universidade e as diferentes tendências de Educação Física no 3º Grau.

CAPÍTULO III

UNIVERSIDADE E A EDUCAÇÃO FÍSICA

Nos capítulos anteriores, apresentou-se um desenvolvimento muito mais descritivo do que analítico dos currículos dos cursos de Educação Física. Nesse processo histórico da Educação Física no 3º Grau, observa-se atentamente que esse campo de atuação está relacionado com a integralização da Universidade, entendendo a mesma como um meio de desenvolvimento de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Com a criação das escolas de Educação Física no Brasil, mesmo tendo como objetivo principal a formação de instrutores, não há neste caso nenhuma ligação com as Universidades e suas metas. O resultado foi uma formação puramente técnica neste processo de ensino. A falta de uma relação mais próxima com a Universidade levou

essa área de conhecimento a repassar os conteúdos existentes, sejam esses militares, médicos ou desportivos, sem uma maior preocupação com a problematização referente às atividades de extensão, pesquisa e ensino, funções essas básicas numa entidade de 3 Grau.

A inclusão da Educação Física na Universidade trouxe a essa área de conhecimento um aprofundamento nos conteúdos existentes. Deu-se início, então, a uma perspectiva diferenciada, pois começava a existir uma relação, ainda que sendo tímida, entre a pesquisa e a extensão. Ocorre também, a aproximação no conjunto das idéias, com uma Concepção de Universidade centrada no desenvolvimento das técnicas. Portanto, pode-se relacionar com a concepção chamada de "Um Núcleo do Progresso", busca esta, centrada nos interesses externos a Educação Física.

Verificou-se nos dois momentos descritos anteriormente, tanto na Educação Física formadora de instrutores, quanto na ligação entre Educação Física e Universidade, a falta dos trabalhos científicos, e as poucas discussões sobre o referencial teórico. Com o processo de consolidação dessa área de conhecimento, ocorreu um aumento significativo no número de Instituições que ofereciam cursos de graduação. Nesse processo, dois motivos levaram ao crescimento: primeiro, a política educacional adotada naquele período, ou seja final da década de 60, necessitava de um grande número de profissionais, para atender às exigências governamentais; segundo, a iniciativa privada utilizava esta área de conhecimento, para criar novos cursos, grandes fontes de melhoria financeira.

A consequência natural deste processo foi a formação de profissionais pouco conscientes, tanto em relação aos problemas sócio-político-econômicos vividos pela população, quanto em relação ao universo teórico possível a ser trabalhado na Educação Física.

Pode-se observar, também, que os pressupostos sistematizadores da estrutura curricular da Educação Física daqueles dois primeiros momentos, estavam calcados no desenvolvimento de práticas disciplinares e de esportes. As práticas realizadas eram frutos das políticas educacionais impostas pelos governantes, sejam elas do período do Governo de Getúlio Vargas ou do regime militar pós 1964. A evidência está na legislação sobre a Educação Física, amplamente referenciada e discutida neste trabalho.

Esses pressupostos curriculares ficam evidentes quando, no primeiro momento, descreve-se a criação da Escola de Educação Física da Força Pública do Estado de São Paulo; nesse caso, além de ser compreendida como uma Instituição de formação de "instrutores e monitores", estava calcada nos princípios militares, dando uma maior relevância ao sentido de organização e disciplina, sendo composta também por uma pequena parcela no campo dos esportes.

A criação da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo, vinculado ao Departamento de Educação Física e Desporto da Secretaria do Interior do Estado de São Paulo, tendo por objetivo, neste caso, o desenvolvimento do esporte, completa assim o conjunto do referencial teórico implantado naquele momento histórico, dando suporte à então "necessidade da época", "a melhoria da raça

brasileira, buscando formar homens fortes para construir uma nação forte."

No segundo momento, a preocupação com o avanço técnico desportivo tinha continuidade, objetivando neste momento, a quantificação tanto no aumento do número de Instituições a nível superior, quanto no desenvolvimento da produção científica. Não obstante, a verdade é que neste período, a Educação Física iniciava sua inclusão mais efetiva no seio da Universidade. Como resultado desta política, destacava-se, mais uma vez, a Resolução 69/69, a reestruturação do curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná e a criação do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa, sendo esses dois cursos exemplos entre tantos outros da padronização curricular imposta pelo documento, na direção de esportivização da área.

O avanço da técnica no interior da Educação Física, reflete, além da incorporação com a Universidade, uma relação muito estreita com a concepção "Um Núcleo do Progresso", considerando-se que esta constitui o seu referencial teórico no desenvolvimento da técnica e na busca de resultados, com esse pressuposto, distância dos problemas específicos da Educação Física, compreendendo então, não ser apenas um reprodutor de determinadas teorias, mas sim um agente ativo na transformação da sociedade como um todo.

A compreensão histórica do desenvolvimento curricular na Educação Física é de significativa importância no entendimento da estruturação da Resolução 003/87 do Conselho Federal de Educação. De

certa forma, o documento traduz o processo construído através do tempo nesta área de conhecimento, refletindo também os anseios de uma parcela da comunidade acadêmica, uma ampla transformação dos currículos de todas as Instituições de Ensino Superior de Educação Física.

Entrando na especificidade da Resolução 003/87, alguns itens constituem a essência deste documento, entre eles destacam-se três, os quais são norteadores para uma análise, tendo como referencial as concepções de Universidade e as tendências da Educação Física.

O primeiro ponto a ser analisado no documento, diz respeito à liberdade e à autonomia cedidas às Instituições para desenvolver seu próprio currículo, no sentido de permitir uma melhor adaptação à realidade vivida pela Faculdade, viabilizando os aspectos regionais e suas peculiaridades. Esse novo entendimento frente à liberdade e à autonomia nos cursos de Educação Física, visa uma melhora na estruturação dos currículos, sendo possível somente quando os profissionais envolvidos, tiverem uma consciência acadêmica mais voltada à pesquisa científica.

A melhoria passa também pelo desenvolvimento do referencial teórico, buscando, nesse caso, um avanço na consolidação do processo ensino-aprendizagem, resgatando os princípios básicos da Universidade, sendo eles, ensino-pesquisa-extensão. Esse processo de elaboração curricular, deve ter como pressuposto básico a discussão do referencial teórico da Educação Física; no entanto, deve ser calcado na relação entre o movimento humano e as questões sócio-

político-econômicas da atual realidade do país.

Na tentativa de compreender melhor uma estruturação curricular, deve-se ter como um dos pontos de partida, o incentivo às pesquisas científicas, objetivando uma qualificação necessária para estabelecer padrões científicos cada vez mais avançados no âmbito do movimento humano e suas relações. Dentro da Educação Física, historicamente, esse desenvolvimento deu-se em pesquisas quantitativas, sendo deixados num segundo plano as qualitativas, e, desta forma, não há uma produção de conhecimento suficiente para equacionar os problemas existentes na área.

Sem essa mudança estrutural na elaboração de um currículo, pouca coisa vai mudar na essência das discussões da Educação Física. Isto em virtude da incorporação dos vícios perante a prática das atuações dos profissionais. Dentro deste panorama, observa-se que muitas das propostas que vêm sendo executadas na Educação Física para o 3º Grau são, em realidade, um trabalho mais de aprofundamento dos conhecimentos técnicos desenvolvidos em torno de modalidades esportivas. Com isso, a formação do profissional evidencia uma postura mais prática do que teórica, desvirtuada das reais necessidades de um profissional qualificado para enfrentar os problemas da sociedade.

Mesmo com essas distorções na compreensão da estrutura curricular, a liberdade e a autonomia, traduz-se uma necessidade desta área de conhecimento, fazendo com que a mesma caminhe com os seus próprios referenciais teóricos. Mas, em contrapartida, a

Resolução não possui nenhum mecanismo de garantia na busca de uma melhor qualidade do ensino ministrado pelas Instituições, bem como não garante um retorno dos benefícios, eventualmente produzidos pelos profissionais da Educação Física para a sociedade, financiadora direta ou indireta das Faculdades..

Constitui o primeiro item desta forma a verificação da omissão do Estado em relação à organização curricular da Educação Física no 3º Grau de ensino, ocorrendo, portanto, a necessidade desta área de conhecimento começar a desenvolver-se sozinha, buscando por si própria, o seu referencial teórico..

Sendo a liberdade acadêmica e a autonomia pedagógica a fundamentação básica para a estruturação da "Universidade do Espírito", pode-se afirmar que a Resolução 003/87 está integralmente incorporada a essa concepção. O documento está constituído fundamentalmente pela liberdade acadêmica, compreendida concretamente como a autonomia pedagógica, pressuposto básico de tal concepção.

O segundo ponto de destaque para a análise da Resolução 003/87, trata sobre a falta de identidade no seu referencial teórico, sendo traduzido na forma do campo de atuação dos profissionais da área de Educação Física..

Ao considerar o documento como um instrumento de organização de um curso de nível superior, portanto estabelecedor de normas de funcionamento do mesmo, deve ele possuir alguns mecanismos

que auxiliem na estruturação de todos os cursos de Educação Física no país, a fim de garantir uma maior qualidade e eficiência na produtividade dessas Instituições. Não obstante, há uma necessidade de buscar na pesquisa científica, esse mecanismo de qualidade na trajetória do referencial teórico próprio para essa área de conhecimento, oferecendo, assim, um retorno para a sociedade brasileira.

Deve-se deixar claro que as pesquisas, por si só, não vêm garantir uma melhora na qualidade do ensino. Deve haver uma relação entre essas pesquisas com as questões sócio-político-econômicas da atual realidade do país, buscando aí a compreensão dos atuais problemas da Educação Física e a sua aproximação com a sociedade de nosso país. Sem haver essa relação, as pesquisas não cumpriram com as suas funções sociais, fugindo também da realidade atual e das necessidades estruturais da Educação Física.

Perspectivando uma melhor estruturação nos currículos e na tentativa de suprir a falta de identidade, o documento vem propor na sua organização uma divisão, com a criação do Bacharelado, separando-o da Licenciatura. Essa proposta de separação é entendida, na Resolução, como mecanismo para uma maior especialização da área, pois, compreendendo desta maneira, o Bacharelado vem no auxílio de áreas pertinentes à Educação Física, as quais não estão sendo contempladas de forma satisfatória, áreas como o Lazer e a Recreação, o treinamento desportivo, Educação Física Especial e outras afins. Organizada desta maneira, a divisão de áreas faz com que as necessidades do mercado de trabalho influenciem diretamente

nesta estruturação, principalmente na área não formal, onde os bacharéis devem atuar, porque a Licenciatura sempre estará voltada para o 1º e 2º Graus de ensino.

Com essa estrutura funcional encaminhada pelo documento, observa-se que a separação construída, entre Bacharelado e a Licenciatura, está intimamente ligada à tendência da Educação Física no 3º Grau, desenvolvida primeiramente por OLIVEIRA (1987) (1).

Porque a ênfase dada, tanto na Resolução quanto nesta tendência, está calcada no mercado de trabalho, como meio responsável por esta estruturação. Mais uma vez, é deixado num segundo plano o desenvolvimento da pesquisa científica, da extensão e do ensino propriamente necessário (a produção do conhecimento). Dentro deste mesmo entendimento, surge a Concepção de Universidade "Um Núcleo do Progresso", sendo o pressuposto básico desta concepção, o avanço do progresso da técnica, portanto, o homem é projetado e idealizado.

Dentro deste pressuposto, verifica-se que a divisão entre o Bacharelado e a Licenciatura corresponde a uma posição de fora para dentro, ou seja, o mercado de trabalho interferindo na formação

(1) OLIVEIRA, José Guilmar Mariz. Preparação Profissional em Educação Física e em Esporte. Texto mimeografado USP 1987.

dos futuros profissionais da Educação Física. Não obstante, esses profissionais assim formados, serão apenas repassadores de técnicas pré-estabelecidas pelo sistema em que vivemos.

Por que não é ao contrário essa estrutura? Neste caso, parece que a "carroça está na frente dos bois". Na tentativa de colocar em ordem essa estrutura, entende-se, a princípio, a necessidade de primeiro estabelecer um referencial teórico próprio para essa área de conhecimento tão desgastada historicamente. A partir dessa outra alternativa na organização curricular, poderá ocorrer uma formação do profissional mais coerente junto às prerrogativas de nossa sociedade.

A compreensão do Bacharelado deve passar inicialmente pela produção de conhecimento, através de pesquisas qualitativas referentes os problemas atuais da sociedade, bem como às premissas desta área de conhecimento. O Bacharelado pode justificar-se a partir desse entendimento, a produção de conhecimento através da pesquisa científica e sua reflexão crítica: não obstante, a formação dos futuros profissionais deve manter essa vertente de desenvolvimento científico, superando, assim, as mais diversas contradições existentes em nosso sistema.

Permeando a discussão do documento, faz-se necessário destacar um terceiro ponto para a análise mais profunda do mesmo. Essa questão diz respeito ao perfil do profissional em Educação Física. A Resolução propõe diversos itens, os quais já foram apresentados anteriormente, na tentativa de delinear e projetar um

profissional requerido pelo mercado de trabalho . Aqui, mais uma vez, a estrutura funcional do mercado de trabalho vem interferir no interior dos conteúdos da Educação Física..

Perspectivando uma outra dimensão para o perfil do profissional, a princípio, deve-se ter a compreensão geral de que o documento não pode estar com sua fundamentação acabada, mesmo com as determinantes pré-fixadas, por considerar cada um dos profissionais com sua própria formação, destacando, também, o contexto de cada Instituição, relegadas as peculiaridades regionais e a organização curricular de cada uma das mesmas..

Continuando nesta mesma linha de raciocínio, devem-se considerar na formação do profissional as contradições existentes em nossa sociedade. Dentro deste entendimento, há a necessidade de o profissional resgatar os problemas da realidade atual, tentando uma superação dos mesmos, auxiliando a sociedade e suas diferentes relações..

Os pontos acima destacados vêm nortear e direcionar o documento; portanto, a partir desta estruturação, há uma interferência direta nos cursos de Educação Física. Construída desta maneira, a Resolução 003/87 se caracteriza por compreender o homem, ou o futuro profissional, como um ser abstrato e projetado dentro de um ideal a ser alcançado. Portanto, podemos dizer que organização da Lei está inserida no seio da Universidade do Espírito, mais especificamente na Concepção "Um Núcleo do Progresso ".

A ligação, ou melhor, a visão de mundo que norteia tanto o documento quanto a Concepção, justifica-se, entre outros pontos, pela liberdade acadêmica e sua estreita ligação com a autonomia pedagógica; a independência da estrutura curricular dos cursos de Educação Física em relação às políticas do Estado. Neste caso, não existe influência nenhuma do poder central no âmbito das discussões sobre educação Física no 3 Grau.

Entre esta concepção e o documento, faz-se necessário destacar, também a tendência da Educação Física no 3 Grau, que mais se aproxima dessa visão de mundo e de organização. Tem-se como pressuposto básico para essa tendência o mercado de trabalho e a sua influência na estruturação curricular nos cursos desta área de conhecimento, completando desta forma o ciclo de relações entre a Concepção de Universidade, a Educação Física e a organização curricular.

EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU: REPRODUÇÃO OU REESTRUTURAÇÃO.

Partindo da reformulação curricular proposta pela Resolução, coube a cada curso de Educação Física implementar o seu próprio currículo baseado nos aspectos regionais e nos pontos norteadores do documento. Tal fenômeno ficou bastante claro no estudo analítico, através das estruturações práticas dos cursos de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná.

Com respeito ao curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentam-se duas questões para compreender e analisar a reestruturação curricular desta Instituição. A primeira questão é referente à formação do objetivo deste curso, porque o mesmo traduz, quase que na sua totalidade, uma reprodução fiel da Resolução. Essa cópia ocorreu especialmente sobre o perfil do profissional, ocasionando aí uma contradição, pois não houve uma separação entre o objetivo do curso e o perfil do profissional, o que revela uma compreensão limitada do papel da

EDUCAÇÃO FÍSICA NO 3 GRAU: REPRODUÇÃO OU REESTRUTURAÇÃO.

Partindo da reformulação curricular proposta pela Resolução, coube a cada curso de Educação Física implementar o seu próprio currículo baseado nos aspectos regionais e nos pontos norteadores do documento. Tal fenômeno ficou bastante claro no estudo analítico, através das estruturações práticas dos cursos de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná.

Com respeito ao curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa, apresentam-se duas questões para compreender e analisar a reestruturação curricular desta Instituição. A primeira questão é referente à formação do objetivo deste curso, porque o mesmo traduz, quase que na sua totalidade, uma reprodução fiel da Resolução. Essa cópia ocorreu especialmente sobre o perfil do profissional, ocasionando aí uma contradição, pois não houve uma separação entre o objetivo do curso e o perfil do profissional, o que revela uma compreensão limitada do papel da

Universidade

Entende-se como objetivo do curso o delineamento e a estruturação teórica desta currículo, como exemplo: formar professores para atuarem no ensino de 1 e 2 Graus; estimular a realização da pesquisa científica crítica da sociedade e das questões sócio-político-econômicas do país. Diferente desse posicionamento, o perfil do profissional vem caracterizar a maneira de atuação do profissional em relação à realidade atual da sociedade, dentro de um imaginário. Pode-se citar como exemplo: preparar um profissional capaz de identificar as contradições existente na sociedade e tentar superá-las.

A separação desses dois itens é de fundamental importância, para melhor estruturar qualquer curso. A partir dessa compreensão, pode-se definir um marco conceitual próprio da Instituição, delineando uma Concepção de Universidade, a qual deseja seguir. Caso contrário, se reproduzirá uma tendência tecnicista muito comum em nossas entidades.

A outra questão a ser analisada é a separação entre área de conhecimento e técnica, entre sociedade e filosofia do ser humano. A parte reservada ao conhecimento técnico corresponde a 74,44% de toda a carga horária do curso, o que demonstra a importância dada a esse aspecto de conhecimento. O conhecimento do ser humano (biológico e psicológico) representa 18,90% e, por fim, apenas 6,66% do total da carga horária está a serviço do conhecimento filosófico e da sociedade. Dessa forma, a estruturação,

do curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) confere uma alta valorização do tecnicismo, reproduzindo os currículos anteriores. Mesmo que nessa Instituição as disciplinas do conhecimento filosófico e da sociedade estejam representadas por uma pequena porcentagem no total da carga horária, é importante salientar que essas disciplinas deveriam constituir-se no fundamento básico para uma nova estrutura curricular, superando assim a postura tecnicista, postura que sem ser negada, deve ser subordinada a uma concepção de homem e de educação.

A liberdade e a autonomia concedida pela Resolução 003/87, permita a ocorrência de diferentes posições sobre estrutura curricular. O curso de Educação Física da UEPG não fica distante dessa reformulação e discussão. O curso, contudo, ao confundir o perfil do profissional com seu objetivo, enfatiza, a partir daí, o conhecimento mais técnico. Essa postura é evidente na formulação do documento. Contudo, essa dicotomia é de grande importância no momento histórico em que se encontra a Educação Física no Brasil. Importante, porque existe a necessidade de reflexão permanente sobre a prática, e sua relação com a teoria, superando assim os eventuais problemas que possam surgir de uma visão exclusivamente técnica. A compreensão da relação entre a teoria e a prática, bem como a sua discussão, é fundamental para a Educação Física, devido à própria evolução histórica de sua formação no 3º Grau, marcadamente prática, técnica e instrucional.

Dentro de uma posição mais reflexiva, a relação teoria e prática pode certamente sugerir nova estruturação destes cursos,

devendo ocorrer uma participação maior da comunidade universitária (funcionários, alunos e professores), e dando uma ênfase maior à pesquisa científica, valorizando as questões críticas da realidade atual do país.

Partindo da organização curricular acima apresetada, a relação entre o curso da UEPG e a Concepção de Universidade está diretamente ligada também a Resolução 003/87. Isso ocorre porque o objetivo deste curso é uma reprodução do documento. No pressuposto do curso, observa-se, então, a sua relação com a Universidade do Espírito e com a Concepção "Um Núcleo do Progresso"; a relação está de forma explícita e implícita, posto que se percebe claramente essa ênfase dentro do curso. Nesse aspecto, houve maior aproximação e identidade com o Documento.

O segundo curso analisado é o da Universidade Federal do Paraná (UFPr), existindo aí uma trajetória bastante diferente da do curso da UEPG. Primeiramente pela própria evolução histórica, passando gradativamente de instituição particular para instituição estadual, posteriormente para federal, fazendo com que houvesse a participação mais ativa de toda a comunidade universitária envolvida com a questão. Segundo, pela ampla discussão havida em relação ao novo currículo, sendo constituída uma comissão sistematizadora com representantes de todos os segmentos da sociedade, de alguma maneira relacionados com a Educação Física. As discussões ocorridas dentro das comissões tiveram como suporte, além da Resolução 003/87, uma pesquisa elaborada com os alunos de graduação e egressos desta Universidade, mais os egressos da Pontifícia Universidade Católica

do Paraná. A pesquisa foi de grande importância, para ver as falhas do currículo passado, bem como as sugestões para melhorar o atual.

Após a análise dos dados obtidos com a pesquisa, ocorreram vários encontros, a fim de discutir a reformulação curricular. A partir de então, chegou-se a um consenso quanto ao marco conceitual, os objetivos do curso e o perfil do profissional. O marco conceitual traduz muito bem a compreensão da Universidade que se deseja, naquela Instituição, centrada no homem, sendo ele um ser concreto, sujeito de sua própria história. Dentro deste pressuposto, verifica-se uma clara posição frente à Universidade do Poder; desta forma, ainda, evidencia-se a postura do curso e a sua relação com a Concepção "Um Modelo Intelectual", onde o Estado deve influenciar de alguma maneira na organização e na estruturação do curso, sendo o mesmo responsável pela direção da sociedade..

Quanto aos objetivos do curso, é importante destacar dois deles, os quais o fundamentam: formação na área formal (pré-escolar, 1, 2 e 3 Graus); e o estímulo à Educação Permanente. Os objetivos são importantes para caracterizar o curso, principalmente na sua relação com a área formal, canalizando os esforços para desenvolver um maior aprofundamento na área escolar, deixando, a princípio, o Bacharelado fora de seus objetivos, e evidenciando exclusivamente a Licenciatura e suas ramificações, concordando que o objetivo principal é a área formal. Cabe, aqui, um parêntese com relação aos objetivos. Não há neles qualquer menção à pesquisa científica; a afirmação de objetivos ligados à área formal não deveria impedir uma maior preocupação com a pesquisa científica, considerando-se que a

Universidade é um lugar de construção do saber, e da universalização desse saber. Nessa perspectiva, a pesquisa científica deve se constituir como um dos pontos principais dentro de qualquer objetivo de curso, seja qual for a concepção de Universidade.

No que diz respeito ao perfil do Licenciado desta Universidade, há um ponto a destacar: o licenciado deve possuir uma ampla visão da realidade social, política-cultural e econômica do país, essa proposição ocorre dada a necessidade de os profissionais compreenderem a realidade atual do país, e interagirem de forma mais ativa em nossa sociedade. Um outro ponto de destaque é a necessidade de um comportamento mais ético dos profissionais da área, justamente para sentir um ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente transformação. Esses dois pontos são importantes para que os futuros profissionais possam desempenhar coerentemente as suas atividades, ainda que possam, em alguns momentos, representar mais uma declaração de intenções do que efetivo comportamento profissional.

Dentro do perfil profissional, ocorre uma questão contraditória neste currículo, referente à pesquisa científica. Pode-se observar a contradição quando o perfil objetiva a necessidade de o profissional possuir uma visão pedagógica e científica; nos objetivos do curso nada é citado sobre o assunto. Essa questão deveria ser discutida buscando uma superação desta ambiguidade, entendendo, ainda, que o perfil do profissional e o objetivo do curso devem caminhar em uma só direção, seguindo o pressuposto do marco conceitual.

Como pode observar-se através dos documentos, este curso de Educação Física possui uma clara concepção de Universidade: "Um Modelo Intelectual"; com isso, percebe-se a ligação deste curso com a tendência da Educação Física, que possui o pressuposto teórico no materialismo dialético e histórico. A posição tomada por esse curso só foi possível a partir da liberdade acadêmica e da autonomia pedagógica proposta pela Resolução 003/87, que nega a padronização curricular como ocorreu no período anterior.

Dentro da realidade vivida historicamente pela Educação Física, a Resolução 003/87, num primeiro momento, deu condições aos cursos, pela primeira vez em sua história, de propor a produção de seu conhecimento específico. Descaracterizando a Educação Física no 3º Grau, a sua condição exclusiva de apenas reproduzir o saber, destacando, neste caso, o esporte e a disciplina, fatores ainda hoje tão comuns nas atividades desta área de conhecimento, embora já não exclusivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS .

Ao levantar os dados desta pesquisa, alguns pontos se destacaram para a compreensão deste trabalho. Entre as questões relevantes pode-se destacar: primeiro, a importância da evolução histórica dos currículos da Educação Física; segundo, buscar na lógica interna da própria Educação Física, as explicações para a atual estruturação curricular..

O procedimento metodológico, procurou recuperar a formação dos currículos de Educação Física desde os seus primeiros passos, afim de, responder determinadas questões levantadas no decorrer das investigações.. Partindo deste entendimento, separa-se cronologicamente em três momentos distintos, aqui estudados..

Quando esse trabalho faz referência a criação das escolas de Educação Física, efetivou-se, então, uma imposição do governo

federal, através da legislação brasileira. A formação da escola de Educação Física da Forças Públicas do Estado de São Paulo, levanta, no intuito de responder tal legislação, uma série de proposta, a fim de servir toda a "sociedade". Entre as finalidades propostas, destaca-se: formar instrutores e monitores da Educação Física geral e desportiva; formar mestres de armas e monitores de esgrima; proporcionar aos médicos conhecimentos gerais da medicina especializada; formar massagistas desportivos, e outros. Essas colocações vêm traduzir os objetivos pelo qual, estava sendo organizado o currículo daquela Instituição. Percebe-se, então, a ênfase dada aos embasamentos desportivos, militares e médicos.

Continuando basicamente a mesma orientação e a mesma linha de pensamento, cria-se, então, a primeira escola civil, a Escola Superior de Educação Física do Estado de São Paulo. Objetivando neste caso a formação de professores técnicos de Educação Física e a especialização de médicos nesta área de conhecimento.

A constituição desses cursos, traz uma continuidade no discurso do governo federal, ou seja, a utilização de uma área de conhecimento, então, a Educação Física servindo de engrenagem, para a consolidação, de uma sociedade capaz de executar corretamente os seus deveres.

Seguindo a cronologia dos fatos, década de 60, a Educação Física no 3º Grau muda o seu discurso aparente, mas permanece sendo comandada pela legislação brasileira, ou seja, a partir do Decreto-Lei nº 705 de julho de 1969, ocorreu uma efetiva padronização destes

curros. Fica explicitada essa postura, a partir da pré fixação do currículo mínimo obrigatório à todas Instituições Superiores. Como também há ênfase, ao técnico desportivo, uma formação paralela ao do professor de Educação Física.

Na tentativa de enquadrar os objetivos deste documento aos anseios do governo federal, alguns pontos são considerados pertinentes, são eles: redução das matérias básicas de fundamentação científica; relevo maior à prática no ensino que se deve tornar matéria autônoma; e outras. Esses pontos permeiam toda a padronização dos cursos de Educação Física.

Consolidando o documento existente e a política governamental daquele período, faz-se necessário aparecer novos cursos de graduação. Surgindo, então, entre outros, o curso de Educação Física da Universidade Estadual de Ponta Grossa e a reorganização do curso da Universidade Federal do Paraná.

Estes dois cursos estudados a partir da regulamentação do documento, vem garantir o discurso promovido pela legislação brasileira, ou seja, a manipulação e a utilização desta área de conhecimento, pelos diferentes setores governamentais.

Passado esses dois período da formação curricular da Educação Física no Brasil, começa uma nova fase para essa área de conhecimento. Partindo da Resolução 003/87, onde se propõe uma reformulação curricular para todos os cursos dessa área, surge no seio de seus profissionais, uma perspectiva da Educação Física

caminhar por suas próprias pernas, ou seja, cada curso e/ou cada profissional pode colaborar na construção desta área de conhecimento.

Este documento, vem traduzir uma mudança no discurso e na prática, à formação dos profissionais: Primeiro, porque no discurso muda a imposição do governo federal para a efetiva participação dos envolvidos, ou seja, os profissionais organizando a sua própria área de conhecimento. Segundo, porque na prática os alunos de graduação vem sendo formado a partir de melhora em seus cursos, então melhora na qualificação profissional.

O resultado prático dessa abertura concedida aos cursos de Educação Física do Brasil, fica evidenciado a partir do estudo dos cursos de graduação UEPG e o da UFPR. Onde colocaram suas posições, frente à oportunidade dada pela Resolução 003/87. Deve-se considerar aqui, a análise desse documento e dos cursos, realizados no capítulo anterior.

Concluindo este trabalho, cabe resaltar a relação entre estruturação curricular dos cursos com uma lógica interna própria da Educação Física. Percebe-se, então, que as questões norteadoras desta área de conhecimento estão inseridas no seu interior. Isto quer dizer, que mesmo com a imposição do governo federal na regulamentação da Educação Física, ou com a maior participação dos profissionais nas decisões desta área, a estruturação curricular possuiu mecanismos próprios para enquadrar as suas funções perante a sua evolução histórica.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Ser Forte para Fazer uma Nação Forte. A Educação Física no Brasil (1932-1945), Dissertação de mestrado USP Departamento de história, 1991.

BRASIL. Constituição de 1937, Artigos 131 e 132.

BRASIL. Ministério da Educação, CFE. Decreto Lei n 5723. 28 de maio de 1940..

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Decreto Lei 5540/68

BRASIL.Ministério da Educação, CFE Secretária de Educação Física Lei n 894 de dezembro de 1969

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Decreto Lei n 705 , de julho de 1969

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, CFE. Parecer n 5185/78, 1978..

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Secretaria de Educação Física
Resolução 003/87, 1987.

CARMO, Apolonio A. Resolução 003/87: Conquista da Educação Física ou
Recomposição Hegemonica Burguesa. UFUberlândia, 1987. (texto)

DREZE, Jacques; DEBELLE, Jean. Concepções de Universidade; Trad.
Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, Fortaleza:
UF Ceará, 1983.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA UNIVERSIDADE. et al Solange C.E. Pas
sos, Organizadora, Brasília: Ministério da Educação Secretaria da
Educação Física e Desporto, 1988.

FÉRRER, Aurélio B. de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portu
guesa. 2 ed. Nova Fronteira, 1986, p. 595.

FRANCISCETTI, Maria Lucia Guedes Pinto. Educação Física no 3 Grau:
Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação
UNICAMP, 1988.

GUIRALDELLI, Paulo. Educação Física Progressista. São Paulo, Loyola,
1988.

----- Educação Física e Pedagogia: a questão dos con
teúdos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol. 2, n 2,
1990

LENHARO, Alcir. A Sacralização da Política. Campinas: Papirus, 1986..

OLIVEIRA, Jos Guilmar Mariz. Preparação Profissional em Educação Física e em Esporte. USP, 1986. (texto)

SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 1244. 27 de dezembro de 1910.

SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 2349. 14 de dezembro de 1913.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública. Decreto n 7639. 28 de maio de 1936..

SÃO PAULO, Governo do Estado, Decreto n 4855, 27 de janeiro de 1931..

SCHAFF, Adam. História e Verdade. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986..

TOJAL, João Batista Andretti Gomes. Currículo de Graduação em Educação Física : A Busca de um Modelo. Dissertação de Mestrado, Piracicaba, 1989..

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Parecer n 188/89. Conselho de Extensão e Pesquisa; Ponta Grossa: 1989..

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resolução n 07/77. Conselho
Universitário, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Parecer n 628/88. Conselho de Ex-
tensão e Pesquisa, Curitiba, 1988.

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS OFICIAIS

BRASIL. Constituição de 1937, Artigos 131 e 132.

BRASIL. Ministério da Educação, CFE. Decreto Lei n 5723. 28 de maio de 1940.

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Decreto Lei 5540/68

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Secretária de Educação Física Lei n 894 de dezembro de 1969

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Decreto Lei n 705 , de julho de 1969

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura, CFE. Parecer n 5185/78, 1978.

BRASIL. Ministério da Educação, CFE Secretaria de Educação Física
Resolução 003/87, 1987.

SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 1244. 27 de dezembro de 1910.

SÃO PAULO, Governo do Estado. Lei n 2349. 14 de dezembro de 1913.

SÃO PAULO, Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública.

Decreto n 7639. 28 de maio de 1936.

SÃO PAULO, Governo do Estado, Decreto n 4855, 27 de janeiro de
1931.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA. Parecer n 188/89. Conselho
de Extensão e Pesquisa, Ponta Grossa: 1989.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Resolução n 07/77. Conselho
Universitário, 1977.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. Parecer n 628/88. Conselho de Ex
tensão e Pesquisa, Curitiba, 1988.

LIVROS REFERENTES A QUESTÃO.

ALENCAR, Francisco. História da Sociedade Brasileira. 2, Rio de
Janeiro: ao Livro Técnico.

AZEVEDO, Fernando. Da Educação Física. São Paulo: Melhoramento, 1960.

BERCITO, Sonia de Deus Rodrigues. Ser Forte para Fazer uma Nação Forte. A Educação Física no Brasil (1932-1945), Dissertação de mestrado USP Departamento de história, 1991.

CASTELANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: História que não se Conta. Campinas : Papirus, 1988

CUNHA, Luis Antonio. Educação e Desenvolvimento Social no Brasil. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

DREZE, Jacques; DEBELLE, Jean. Concepções de Universidade. Trad. Francisco de Assis Garcia e Celina Fontenele Garcia, Fortaleza: UFdo Ceará, 1983.

EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE NA UNIVERSIDADE. et al Solange C.E. Passos, Organizadora, Brasília: Ministério da Educação Secretária da Educação Física e Desporto, 1988.

FAORO, Raimundo. Os Donos do Poder: Formação do Padronato Político Brasileiro. 2. Porto Alegre: Globo, 1975.

FERREIRA, Aurélio B. de Holanda. Novo Dicionário da Língua Portuguesa. 2 ed.: Nova Fronteira, 1986, p. 595.

GUIRALDELLI, Paulo. Educação Física Progressista. São Paulo, Loyola, 1988.

----- . Educação Física e Pedagogia: a questão dos conteúdos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, Vol. 2, n 2, 1990

LENHARO, Alcir. A Sacralização da Política. Campinas: Papirus, 1986.

MARINHO, Inezil Penna. História da Educação Física no Brasil: Exposição, Bibliografia, Legislação. São Paulo: Brasil s.d.

MEDINA, João Paulo Subirá. A Educação Física Cuida do Corpo e "Mente". 2ed Campinas: Papirus, 1983.

OLIVEIRA, Vitor Marinho. O que é Educação Física. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RIBEIRO, Maria Lucia dos Santos. História da Educação Física Brasileira. São Paulo: Moraes, 1982.

ROMANELLI, Otaiza de Oliveira. História da Educação no Brasil. 6 ed. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

SANTIN, Silvino. Educação Física Uma Abordagem Filosófica da Corporiedade. Ijuí: Ijuí, 1987.

SAVIANI, Dermeval. Escola e Democracia. São Paulo: Cortez, 1987.

-----, Educação: do Senso Comum a Consciência Filosófica. São Paulo: Cortez, 1986.

SERGIO, Manuel. A Prática e a Educação Física. Lisboa, Compedium, 1978.

-----, Para Uma Epistemologia da Motricidade Humana. Lisboa, Compedium: s.d.

SCHAFF, Adam. História e Verdade. 3ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

VIERA, Evaldo A. Estado e Miséria Social no Brasil: São Paulo, Cortez, 1981.

TESES E ARTIGOS REFERENTES AO ASSUNTO.

CARMO, Apolonio A. Resolução 003/87: Conquista da Educação Física ou Recomposição Hegemonica Burguesa. UFUberlândia, 1987. (texto)

FRANCISCHETTI, Maria Lucia Guedes Pinto. Educação Física no 3º Grau: Um Estudo de Caso. Dissertação de Mestrado Faculdade de Educação UNICAMP, 1988..

OLIVEIRA, Jos Guilmar Mariz. Preparação Profissional em Educação Física e em Esporte. USP, 1986. (texto)

TOJAL, João Batista Andretti Gomes. Currículo de Graduação em Educação Física : A Busca de um Modelo. Dissertação de Mestrado, Piraicaba, 1989..

ANEXOS

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1943, 122.º da Independência e 55.º da República.

GETÚLIO VARGAS, Presidente da República
Gustavo Capanema
Henrique A. Gullhem

NOTAS: A Constituição da República Federativa do Brasil encontra-se à pág. 81 do vol. 1 da Coletânea de Legislação Federal de Ensino de 1.º e 2.º Graus — CENP/SE e à pág. 81 deste volume.
Vide Decr.-Lei n.º 5.343, de 25-3-43, à pág. 42 deste volume.
Vide Decr.-Lei n.º 6.936, de 6-10-44, à pág. 44 deste volume.
Vide Lei n.º 3.177, de 11-6-57, à pág. 44 deste volume.
Vide Decr.-Lei n.º 1.043, de 21-10-69, à pág. 55 deste volume.
Vide Lei n.º 6.478, de 1.º-12-77, à pág. 91 deste volume.

DECRETO-LEI N.º 6.936, DE 6 DE OUTUBRO DE 1944

Estende a diplomados pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo as regalias dos licenciados em educação física e dos médicos especializados em educação física e desportos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Artigo 1.º — Os diplomas de instrutor e de monitor de educação física e os de médico especializado em educação física e desportos expedidos até o ano escolar de 1942, pela Escola de Educação Física da Força Policial do Estado de São Paulo, ficam equiparados, para todos os efeitos, aos diplomas de licenciados em educação física e aos de médico especializado em educação física e desportos, respectivamente.

Artigo 2.º — Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1944, 123.º da Independência e 56.º da República.

GETÚLIO VARGAS, Presidente da República
Gustavo Capanema

NOTAS: A Constituição da República Federativa do Brasil encontra-se à pág. 81 do vol. 1 da Coletânea de Legislação Federal de Ensino de 1.º e 2.º Graus — CENP/SE e à pág. 81 deste volume.
Vide Decreto-Lei n.º 5.343, de 25-3-43, à pág. 42 deste volume.
Vide Decreto-Lei n.º 5.975, de 9-11-43, à pág. 43 deste volume.
Vide Lei n.º 3.177, de 11-6-57, à pág. 44 deste volume.
Vide Decreto-Lei n.º 1.043, de 21-10-69, à pág. 55 deste volume.
Vide Lei n.º 6.478, de 1.º-12-77, à pág. 91 deste volume.

LEI N.º 3.177, DE 11 DE JUNHO DE 1957

Estende as regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1.º — As regalias conferidas pelo Decreto-lei n.º 6.936, de 6 de outubro de 1944, são extensivas aos diplomados pela Escola de que trata aquele diploma legal, a partir do ano escolar de 1943, desde que comprovem a conclusão do curso ginasial.

Artigo 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro em 11 de junho de 1957; 136.º da Independência e 69.º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK, Presidente da República
Clóvis Salgado

NOTAS: Vide Decreto-Lei n.º 5.343, de 25-3-43, à pág. 42 deste volume.
Vide Decreto-Lei n.º 5.975, de 9-11-43, à pág. 43 deste volume.
Vide Decreto-Lei n.º 1.043, de 21-10-69, à pág. 55 deste volume.
Vide Lei n.º 6.478, de 1.º-12-77, à pág. 91 deste volume.
de Lei n.º 6.936, de 6-10-44, à pág. 44 deste volume.

LEI N.º 4.024, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1961

Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional
(Artigos que permanecem em vigor)

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I

Dos Fins da Educação

Artigo 1.º — A educação nacional, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim:

- a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade;
- b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem;
- c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional;
- d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum;
- e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitam utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio;
- f) a preservação e expansão do patrimônio cultural;
- g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicções filosóficas, políticas ou religiosas, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça.

TÍTULO II

Do Direito à Educação

Artigo 2.º — A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.

Parágrafo único — A família cabe escolher o gênero de educação que deve dar a seus filhos.

Artigo 3.º — O direito à educação é assegurado:

I — Pela obrigação do poder público e pela liberdade de iniciativa particular de ministrarem o ensino em todos os graus, na forma da lei em vigor;

da iniciativa privada, como de Poder Público, onde não seria possível e, como consequência, nem aconselhável uma única sessão por mês, o que convém mesmo é a flexibilidade na aplicação da lei.

A Divisão de Educação Física do MEC cabe, no espírito da LDB por em execução as normas do Conselho, motivar os educandários para essa importante prática educativa e, principalmente, dar assistência para que os estabelecimentos possam ministrar Educação Física de maneira eficiente.

Entretanto, a distribuição horária das sessões de Educação Física, não obstante a importância do fundamento biológico, tem de obedecer a um critério pedagógico e, por isso, não pode ser a mesma em todo o país.

Na implantação de escolas que, de certo tempo a esta parte, foi acelerada, talvez, por exiguidade de recursos, não houve, infelizmente, a previsão de áreas necessárias à prática da Educação Física e de desportos. É uma situação de fato.

As normas do Conselho permitem ao órgão competente corrigir as deformações intencionais da Lei, quando praticadas, e também ajustar-se a situações materiais existentes, a fim de não se perverter uma prática educativa de valor em um artificialismo legal destituído de qualquer ação formativa.

2.º) A segunda sugestão parece carecer de sentido pedagógico.

Todos reconhecemos a necessidade e o benefício de exercícios físicos em qualquer idade, desde que devidamente adaptados.

Entretanto, a razão de ser da obrigatoriedade prescrita na Lei não é tanto o benefício, e sim o seu papel de fator formativo, que inclui atitudes físicas, mentais e morais.

Por isso a obrigatoriedade da Educação Física se ajusta bem aos cursos de nível médio, que, segundo diz a LDB, se destinam à formação do adolescente.

Ultrapassada essa faixa de formação, a prática de exercícios físicos já deve ser um hábito agradável e saudável, resultante de um processo formativo.

Nada impede que, nas escolas superiores haja diversas modalidades de exercícios físicos. O que parece não caber mais é obrigatoriedade de Educação Física.

3.º) A terceira sugestão perde a sua razão de ser pelo seguinte:

A LDB menciona, destacadamente, as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, por se tratar das Faculdades destinadas à preparação de professores de todas as disciplinas, menos as específicas. Entretanto, todas as outras, embora não mencionadas, estão incluídas no art. 5º, que dispõe o seguinte... "A preparação de professores de disciplinas específicas de Ensino Médio Técnico, será feita em cursos especiais de Educação Técnica".

Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras não é escola destinada ao preparo de professores de uma única disciplina de natureza específica, por isso é que vem mencionada nominalmente na lei.

Por estar a matéria já incluída no art. 5º da Lei 4.024, de 1961, o Conselho Federal de Educação aprovou o Par. 221/65, da Câmara do Ensino Primário e Médio, que autoriza as Escolas de Educação Física do Poder Público a realizarem os exames de suficiência, conforme dispõe o art. 117 da LDB, de acordo com o Par. 354/63.

A Câmara do Ensino Primário e Médio é, pois, de parecer que, não obstante o excelente espírito com que são apresentadas, não devem ser aceitas as sugestões da Associação dos Professores de Educação Física de São Paulo.

S. S., em 3-agosto-1966 — (a) Cons. José Borges dos Santos — relator.

NOTA: A Lei n. 4.024, de 20-12-61, encontra-se à pág. 45 deste volume.

ASSUNTO: Currículo mínimo de Educação Física

RELATOR: Cons. José Borges dos Santos

Após anos de aplicação e experiência nas condições mais variadas está o currículo de Educação Física em condições de ser apreciado para as modificações que forem julgadas convenientes.

Solicitadas pelo Presidente da Comissão, o eminente Cons. Henrique de Toledo Dodsworth, além de algumas contribuições isoladas de Escolas e profissionais, vieram as apreciações, estudos e sugestões de duas reuniões de representantes de todas as Escolas de Educação Física do País, e de vários setores de desportos.

Houve, primeiro, a reunião de um grupo de trabalho, sob a direção da Diretoria da Escola de Educação Física de Desportos da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a prof.ª Maria Lenck, Professora de natação e ex-campeã mundial brasileira. A reunião foi feita a pedido do Sr. Diretor da Divisão de Educação Física do MEC. O estudo e anteprojetos elaborados por esse grupo foram enviados ao CFE e à Comissão Especial. Contou o Grupo com a colaboração de representantes das Escolas de Educação Física de Goiás, São Paulo, São Carlos, Espírito Santo, Minas Gerais, Educação Física do Exército e da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Presidente do Conselho Nacional de Desportos e de Divisão de Educação Física do MEC.

Em novembro de 1968, de 8 a 9, reuniram-se em São Paulo, convocados pela Divisão de Educação Física do MEC, as Escolas de Educação Física do Brasil, para estudar e propor um novo currículo.

Confrontados os estudos feitos pelo grupo reunido na Guanabara com os da reunião das Escolas de Educação Física do Brasil, em São Paulo, verifica-se que a concordância é quase total.

Há diferenças de somenos importância.

Na reunião das Escolas de Educação Física realizada em São Paulo "tomaram-se como base os estudos já feitos por cada uma das unidades e, considerada a sua semelhança com os demais, tomou-se como ponto de partida o estudo apresentado pelo Grupo de Trabalho que se tinha reunido no Rio de Janeiro, sob os incentivos da Divisão de Educação Física".

A primeira questão abordada para uma conveniente modificação foi a formação de "Técnico esportivo".

Verificou-se que o sistema adotado de acordo com o Par. 298/62 do CFE, de cursos paralelos de Professor de Educação Física e Curso de Técnico Desportivo, na prática não se mostrou exequível. O resultado foi realizar-se nas Escolas apenas o Curso de Professor de Educação Física com a complementação do de Técnico.

Analisada a Lei que rege a profissão de "Técnico Desportivo" verificou-se que não está podendo ser cumprida porque as Escolas não estão aparelhadas para manter cursos regulares das muitas especialidades existentes no País.

Por isso o mercado de trabalho não está podendo ser atendido, nem na quantidade, nem na qualidade.

Conforme dados oferecidos pelo Conselho Nacional de Desportos "enquanto cerca de trezentos (300) técnicos estão registrados naquele órgão, mais de dezessets mil (16.000) associações desportivas estão em funcionamento".

O Decreto-lei n.º 1.212, no Capítulo VI, art. 38, exige para o exercício da profissão de "Técnico Desportivo", de qualquer desporto, o diploma de "técnico desportivo" especializado no respectivo desporto; exige também o mesmo decreto-lei que, nas cidades com mais de 100.000 (cem mil) habitantes, as associações desportivas só poderão contratar "técnicos desportivos" assim diplomados. O resultado é que, na prática, as associações desportivas atendem às exigências

dos seus associados, proporcionando-lhes técnicos improvisados, autodidatas, que, nas boas hipóteses, se destacaram como exímios campeões desportivos, mas não receberam qualquer formação pedagógica ou científica, isto é, sem a devida formação profissional.

O curso teria a duração mínima de 180 horas.

A prof.^a Maria Lenck sugere outra solução:

A Lei deve ser modificada para que a profissão de "Técnico de Desportos" seja exercida pelos licenciados em Educação Física, e pelos portadores de diplomas de curso superior de Educação Física. Para isso além das matérias básicas obrigatórias do currículo mínimo, o aluno terá de escolher uma ou duas modalidades desportivas para sua especialização.

Na constituição do currículo mínimo para o Curso Superior de Educação Física (de professor licenciado) foram tomadas em consideração sugestões e apreciações de escolas profissionais e especialmente do Grupo de Trabalho reunido anteriormente na Guanabara.

Entre os critérios adotados para indicação das matérias destacaram-se as seguintes:

- 1) Redução das matérias básicas de fundamentação científica ao estritamente necessário.
- 2) De acordo com o Parecer n.º 292/62 do CFE destaque das matérias destinadas à formação educacional incluindo na Didática Geral e da Educação Física e na Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e dos Desportos todas as disciplinas conceituadas como tais, indispensáveis ao Professor de Educação Física.
- 3) Relevância maior à prática do ensino que se deve tornar matéria autónoma.
- 4) Relegação de certos padrões do passado, como, por exemplo, designações como os Desportos Coletivos Terrestres, Desportos Individuais Aquáticos, Desportos de Ataque e Defesa.

Verificou-se um agrupamento das matérias em três grupos:

1. O setor das matérias de fundamento biológico.
2. O setor das matérias didáticas.
3. O setor das matérias gímnicas desportivas.

Não ficam incluídas no Currículo Mínimo matérias de importância circunstancial mas não fundamentais ao exercício da profissão.

I — Setor das matérias de fundamento biológico:

1. Anatomia.
2. Biometria.
3. Fisiologia.
4. Cinesiologia.
5. Higiene (desde que tenha programa aprovado).
6. Socorros de urgência (adotou-se este título em lugar de Cinesioterapia, considerando-se que num curso de Educação Física não deveria constar assunto de terapêutica, podendo, entretanto, haver entre as matérias facultativas ginástica corretiva e massagens, para serem aplicadas sob a orientação de médico).
7. Filosofia, História e Sociologia da Educação Física e Desportos.
8. Didática Geral e da Educação Física.

II — Do Setor das matérias Gímnicas Desportivas:

9. Ginástica — devendo haver ginástica feminina e masculina.
10. Rítmica — (Esta designação substitui a de dança, por se verificar que dança não teria receptividade entre os estudantes do sexo masculino).
11. Recreação.

12. Natação.
13. Atletismo.

Leva-se em consideração ainda o seguinte:

1. Nada impede que a Escola, a seu critério, acrescente, a esse currículo mínimo, qualquer matéria, ou matérias que julgar necessárias, salvaguardadas as dimensões razoáveis da carga horária.

2. Cada Escola estabelecerá a lista de matérias facultativas para oferecer à escolha obrigatória de duas para fins de habilitação ao exercício da profissão de "Técnico de Desportos", como, por exemplo, a seguinte lista organizada pela Prof.^a Maria Lenck, diretora da Escola de Educação Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

1. Arco e Flexa.
2. Basquetebol.
3. Box.
4. Esgrima.
5. Futebol de Campo.
6. Futebol de Salão.
7. Ginástica Olímpica.
8. Halterofilismo.
9. Handebol.
10. Jiu-Jitsu — Judô — Karatê.
11. Remo.
12. Saltos Ornamentais.
13. Tênis.
14. Vela — Canoagem.
15. Voleibol.
16. Pólo Aquático.

VOTO DO RELATOR

1. Considerando que o currículo apresentado e aprovado na reunião das Escolas de Educação Física, em São Paulo, de 8 a 9 de novembro de 1968, representa bem o ponto de vista dos professores de Educação Física ali reunidos, dada a unanimidade com que foi aprovada a quase totalidade das matérias constantes no anteprojeto aprovado; e considerando também a conveniência de um curso único para formação adequada de Professor de Educação Física e "Técnico de Desportos" voto pela adoção do seguinte currículo mínimo integrado para formação de Professor de Educação Física e "Técnico de Desportos".

1. Biologia.
2. Anatomia.
3. Biometria.
4. Fisiologia.
5. Cinesiologia.
6. Higiene.
7. Socorros Urgentes.
8. Sociologia.
9. Didática (as matérias pedagógicas serão dadas de acordo com o Par. 672/69 que dispõe sobre o assunto).
10. Ginástica.
11. Rítmica.
12. Natação.
13. Atletismo.
14. Recreação.

A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno da lista de desportos oferecida pela Escola para integrar o currículo.

O curso terá a duração de 3 anos letivos.

Duração mínima: 180 horas.

C. R., 6-novembro-1969. — (aa) — Henrique Dodsworth, Coordenador, José Borges dos Santos, Relator, Rubens Maciel, Mariano da Rocha, José Milano.

ANEXO:

RESOLUÇÃO N.º 69/69

Fixa os mínimos de conteúdo e duração a serem observados na organização dos Cursos de Educação Física

O Conselho Federal de Educação, na forma do que dispõe o art. 26 da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, levando em conta as conclusões do Parecer n.º 894/69, que se incorpora a esta Resolução, homologada pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura,

Resolve:

Art. 1.º — A formação de professores de Educação Física será feita em curso de graduação que conferirá o título de Licenciado em Educação Física e Técnico de Desportos.

Art. 2.º — O currículo mínimo será constituído pelas seguintes matérias:

1. Matérias Básicas:

- 1.1 Biologia.
- 1.2 Anatomia.
- 1.3 Fisiologia.
- 1.4 Cinesiologia.
- 1.5 Biometria.
- 1.6 Higiene.

2. Matérias Profissionais:

- 2.1 Socorros Urgentes.
- 2.2 Ginástica.
- 2.3 Rítmica.
- 2.4 Natação.
- 2.5 Atletismo.
- 2.6 Recreação.
- 2.7 Matérias pedagógicas de acordo com o Par. 672/69.

Parágrafo único — A estas matérias serão acrescentadas mais duas escolhidas pelo aluno da lista de desportos oferecida pela Escola para integrar o currículo, para a obtenção do título de Técnico Desportivo.

Art. 3.º — O curso terá a duração mínima de 1.800 horas-aulas, ministradas no mínimo em 3 anos e no máximo em 5 anos.

Art. 4.º — As escolas poderão oferecer apenas o curso de licenciatura em Educação Física, deixando de incluir os dois desportos exigidos para o título de Técnico Desportivo. Analogamente o aluno poderá optar somente pelo curso de licenciatura, mesmo quando a escola ofereça a possibilidade da obtenção do título de Técnico Desportivo.

Art. 5.º — Os atuais diplomados pelo curso superior de Educação Física poderão completar o curso de Técnico Desportivo mediante o estudo e aprovação nas matérias que para tanto lhes faltarem.

Comissão Central de Revisão dos Currículos

Parecer

A Comissão Central de Revisão dos Currículos, tendo examinado o anexo projeto relativo aos mínimos dos estudos a serem incluídos nos currículos de licenciatura, apresentado pelo 2.º Grupo e relatado pelo Cons. José Borges dos Santos Junior, é de Parecer que o projeto atende às normas fixadas por este Conselho para regular a matéria, recomendando a sua aprovação pelo Plenário.

C.F.E., 6-novembro-1969. — (aa) Alberto Deodato, Presidente interino, Clóvis Salgado, Coordenador do 4.º Grupo, José Borges dos Santos, Relator, T. D. de Souza Santos, substituindo o Coordenador do 3.º Grupo, Roberto F. Santos, Coordenador do 1.º Grupo.

NOTAS: Encontram-se na Coletânea de Legislação Federal de Ensino de 1.º e 2.º Graus — CENP/SE:
Decreto-lei n.º 1.212, de 17-4-39, à pág. 230 do vol. 1 e à pág. 33 deste volume;
Par. CFE n.º 672/69 à pág. 96 do vol. 4;
Lei n.º 5.540, de 28-11-68, à pág. 364 do vol. 1 e à pág. 51 deste volume.

PARECER CFE N.º 919/69 — CLN — Aprovado em 3-12-69

ASSUNTO: Abono de faltas por motivo de doença contagiosa

INTERESSADO: Ministério da Educação e Cultura

RELATOR: Celso Kelly

PROCESSO: 825/69 — CFE

HISTÓRICO

1. Encaminhado de ordem do Senhor Ministro pelo seu Gabinete a este Conselho, e requerimento do Prof. Nilo Gollo pretende uma "resposta" às seguintes perguntas adiante transcritas:

"Um aluno, por motivo de enfermidade comprovada por atestado médico, falta pelo espaço de um mês, ou mais, às aulas. Estas faltas podem ser abonadas? No caso em que a falta seja motivada por se tratar de enfermidade contagiosa, há motivo a mais para o abono? Dependeria isto de critério dos professores ou a autorização pode vir da cúpula da Faculdade?"

VOTO DO RELATOR

2. Em princípio, a jurisprudência do Conselho tem sido abundante em afirmar e reafirmar a inexistência do abono. No regime da frequência obrigatória, a presença constitui fator essencial à promoção e, por vezes, à admissão às provas. Todavia, não se exige frequência total, porém um percentual que plane acima de 70%. Na margem de um quarto se situariam as faltas, inferiores ou não, que as circunstâncias determinassem. Dentro desse índice de comparecimentos, aceita-se a presunção de satisfatório aproveitamento nas aulas e participação nas atividades. As doenças e outros impedimentos, se contidos naquela margem de ausências, não afetarão a normalidade do curso.

3. E a hipótese de doença, particularmente a doença contagiosa. Em recente Par. 780/69, o Conselho examinou a possibilidade de ser estabelecida "uma exceção, com relação à exigência de frequência mínima, no caso de estudantes de nível médio portadores de enfermidades crônicas ou afecções contingências, que lhes impeçam atender aquela "exigência" e oferecer à alta contribuição do Senhor Ministro um anteprojeto, em que:

a) considera merecedores de tratamento excepcional os alunos de qualquer nível de ensino portadores de afecções congênicas ou adquiridas, infec-



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Estado do Paraná

Of. nº 608/72

21 julho 72

Em 21 de julho de 1972

Senhor Comandante

Esta Universidade, no cumprimento de legislação federal específica, deverá ministrar aos seus alunos a disciplina de Educação Física, na modalidade de Práticas Desportivas.

Considerando que no momento não dispomos de local adequado para a ministração dessas práticas, venho pelo presente, complementando entendimentos verbais anteriormente mantidos, consultar Vossa Excelência sobre a possibilidade de cessão da Praça de Esportes da Unidade sob o seu comando, no horário vespertino às quartas-feiras e matinal aos sábados, para a efetivação das aulas da disciplina de Educação Física, nas modalidades de atletismo, vôlei e bola ao cesto.

Excelentíssimo Senhor

Coronel Aroldo José Machado da Veiga

DD. Comandante do 13º Batalhão de Infantaria Blindada

Nesta.



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Estado do Paraná

Cf. nº 608/72 - Cont.

A colaboração que ora solicitamos será do mais alto valor e decisiva para que possamos ajustar nosso ensino às diretrizes da política educacional preconizada pelo governo federal, no setor em referência.

Certo de, um vez mais, contarmos com a prestimosa cooperação desse Comando, antecipo agradecimentos, renovando os meus protestos de estima e apreço.

GFV/lr

Alvaro Augusto Cunha Rocha

R E I T O R



ASSA
PTG320 / 19800

RESOLUÇÃO Nº 15 DE 14 DE DEZEMBRO DE 1973.

Súmula: Cria os Cursos de: Engenharia Civil, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Estudos Sociais 1º grau e Serviço Social, bem como aprova os respectivos currículos.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, atendendo deliberação do Conselho Universitário em sua reunião do dia 1º de junho de 1973,

RESOLVE:

ART. 1º - Criar, para funcionamento a partir do ano letivo de 1974, os cursos a seguir especificados com os respectivos números de vagas:

CURSOS

1. Engenharia Civil - 1º vestibular 80/ 2º vest. 40 vagas.
2. Licenciatura em Educação Física: Masculino 25 vagas
Feminino 25 vagas.
3. Licenciatura em Estudos Sociais - 1º grau 60 vagas.
4. Serviço Social 30 vagas.

ART. 2º - Aprovar os currículos dos cursos criados pelo Art. 1º, cujos créditos, cargas horárias e elenco de disciplinas que vão a seguir especificados:

1. CURSO DE ENGENHARIA CIVIL

Para completar o curso de Graduação em Engenharia Civil, o aluno deverá perfazer um mínimo de 208 (duzentos e oito créditos), num total de três mil, novecentas e noventa horas-aula, em, no mínimo oito (8) e, no máximo (16) dezesseis períodos letivos.

EDUCAÇÃO FÍSICA - MASCULINO

Para completar o curso de Licenciatura em Educação Física, masculino, o aluno deverá perfazer um mínimo de cento e dez (110) créditos, num total de duas mil, duzentas e sessenta e cinco (2265) horas-aula, em no mínimo seis (6) e, no máximo dez (10) períodos letivos.

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	CRÉDITOS
DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS			
221013	Fundamentos de Biologia	45	3.0.0
112013	Fundamentos de Química	45	3.0.0
111303	Física Básica	45	3.0.0
DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO			
221025	Biologia Geral	90	4.1.0
221093	Anatomia Geral	60	2.1.0
221114	Fisiologia	90	2.2.0
221262	Higiene Social II	30	2.0.0
221213	Primeiros Socorros	75	1.2.0
221273	Cinesiologia	45	3.0.0
221283	Fisiologia Biométrica	60	2.1.0
221512	Ginástica M-I	45	1.1.0
221432	Ginástica Rítmica M-I	45	1.1.0
221293	Natação I	75	1.2.0
221533	Atletismo M-I	75	1.2.0
221552	Recreação M	45	1.1.0
333123	Psicologia da Aprendizagem	45	3.0.0
333123	Psicologia da Adolescência	45	3.0.0
333423	Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Grau	45	3.0.0
333313	Didática I	45	3.0.0
233841	Prática de Ensino de Educação Física	15	1.0.0
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS			
221033	Biologia Educacional I	45	3.0.0
221582	Ginástica M-II	45	1.1.0
221592	Ginástica M-III	45	1.1.0
221303	Basquetebol I	75	1.2.0
221613	Pesos e Halteres M-I	75	1.2.0
221313	Volibol I	75	1.2.0
221632	Judô M-I	45	1.1.0
221322	Volibol II	45	1.1.0
221332	Basquetebol II	45	1.1.0
221343	Natação II	60	2.1.0

RESOLUÇÃO Nº 15

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	f1.5 CRÉDITOS
221652	Atletismo M-II	45	1.1.0
221673	Judô M-II	75	1.2.0
221752	Futebol I	45	1.1.0
221762	Futebol II	45	1.1.0
221353	Andebol	75	1.2.0
221693	Ginástica Olímpica M-I	75	1.2.0
221701	História da Educação Física	15	1.0.0
332013	Estudo de Problemas Brasileiros	45	3.0.0
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS			
221043	Biologia Educacional II	45	3.0.0
221722	Ginástica M-IV	45	1.1.0
221742	Ginástica Olímpica M-II	45	1.1.0
221362	Ginástica de Reabilitação I	45	1.1.0
221372	Ginástica de Reabilitação II	45	1.1.0
221443	Ginástica Rítmica II	60	2.1.0
221453	Ginástica Rítmica III	60	2.1.0
221463	Ginástica Rítmica IV	60	2.1.0
221473	Ginástica Rítmica V	60	2.1.0
221482	Ginástica Rítmica VI	45	1.1.0
221772	Boxe I	45	1.1.0
221782	Boxe II	45	1.1.0
221792	Caratê I	45	1.1.0
221802	Caratê II	45	1.1.0
221382	Esgrima	45	1.1.0
221392	Natação Sincronizada	45	1.1.0
221812	Pesos e Halteres M-II	45	1.1.0
221822	Polo Aquático	45	1.1.0
221403	Saltos Ornamentais	75	1.2.0
221412	Tênis	45	1.1.0
221422	Tênis de Mesa	45	1.1.0

O aluno deverá completar, no mínimo, noventa (90) horas, ou seja, quatro (4) créditos, nas disciplinas oferecidas acima.

DISCIPLINAS ELETIVAS

O aluno deverá cumprir (3) créditos, ou seja, (45) horas, no mínimo, em disciplina eletiva.

Para expedição do diploma correspondente ao curso de Educação Física, masculino, será exigido um estágio supervisionado, correspondente a dois (2) créditos, ou seja, noventa (90) horas, no mínimo.



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

(RECONHECIDA PELO DECRETO RAL N.º 73.269 DE 07/12/73)

RESOLUÇÃO R. SG. N.º 018 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1975.

F. U. E. P. G.	
REITORIA	
PROTOCOLO N.º	1074
Em 31 de	12 de 1978

Súmula: Reformula os Currículos e duração dos Cursos de Licenciaturas em Educação Física e Técnico em Desportos, constantes do Catálogo Geral de 1975.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, atendendo a deliberação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em sua reunião de 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

- Art. 1º - Os currículos dos Cursos de Licenciaturas em Educação Física e Técnico em Desportos - Masculino e Feminino, constantes das páginas 52 a 57 do Catálogo Geral para 1975, ficam reformulados no seu tempo de duração, número de créditos, carga horária e disciplinas, consoante o seguinte:
- CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E TÉCNICO EM DESPORTOS - MASCULINO
- Para completar o Curso em Licenciatura em Educação Física - Masculino, o acadêmico deverá cumprir um mínimo de noventa e dois créditos, num total mínimo de um mil, oitocentos e quinze (1.815) horas, distribuídas, no mínimo, em seis (6) e no máximo, em dez (10) períodos letivos regulares.

Ao Acadêmico é obrigatória a matrícula em disciplinas que totalizem, no mínimo, dez (10) e, no máximo, dezoito (18) créditos por período letivo regular.

É o seguinte o elenco de disciplinas que compõem o curso:

I- DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS

CÓDIGOS		CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITOS	
atual	ANTERIOR ATUAL	atual	anterior	atual	anterior
333013	Filosofia I	45-3.0.0			
333253	Sociologia I	45-3.0.0			
334013	Economia I	45-3.0.0			
II - DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO					
221025 221025	Biologia Geral	90-4.1.0	90-4.1.0		
221853 221114	Fisiologia II	60-2.1.0	90-2.2.0		
221093 221093	Anatomia Geral	60-2.1.0	60-2.1.0		
221262 221262	Higiene Social II	30-2.0.0	30-2.0.0		
221213 221213	Primeiros Socorros	75-1.2.0	75-1.2.0		
221273 221273	Cinesilogia	60-2.1.0	60-2.1.0	221853	221114.
221283 221283	Biometria	45-3.0.0	45-3.0.0	221853	221114.
333133 333133	Psicologia da Adolescência	45-3.0.0	45-3.0.0		
333123 333123	Psicologia da Aprendizagem	45-3.0.0	45-3.0.0		
333423 333423	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	45-3.0.0	45-3.0.0		
337064 333313	Didática I	60-4.0.0	45-3.0.0	333123	333123
337161 333841	Prática de Ensino em Educação Física	30-0.1.0	30-0.1.0	337064	333313

CÓDIGOS		NOME DAS DISCIPLINAS		CARGA HORÁRIA		PRÉ-REQUISITOS	
Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior
337322	333982	Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	90-0.0.2	90-0.0.2		
333493	221293	Natação I	Natação I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333533	221343	Natação II	Natação II	60-2.1.0	60-2.1.0	333493	221293
333053	221432	Rítmica M	Ginástica Rítmica M-I	75-1.2.0	45-1.1.0		
331183	221533	Atletismo M-I	Atletismo M-I	60-2.1.0	75-1.2.0		
333193	221652	Atletismo M-II	Atletismo M-II	75-1.2.0	45-1.1.0	333183	221533
333333	221512	Ginástica M-I	Ginástica M-I	60-2.1.0	45-1.1.0		
333343	221582	Ginástica M-II	Ginástica M-II	75-1.2.0	45-1.1.0	333333	221512
333353	221592	Ginástica M-III	Ginástica M-III	75-1.2.0	45-1.1.0	333343	221582
333393	221552	Recreação M	Recreação M	60-2.1.0	45-1.1.0		
DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS							
332401	221701	História da Educação Física	História da Educação Física	15-1.0.0	15-1.0.0		
332362	332362	Estudo de Problemas Brasileiros I	Estudo de Problemas Brasileiros I	30-2.0.0	45-3.0.0		
332372	332372	Estudo de Problemas Brasileiros II	Estudo de Problemas Brasileiros II	30-2.0.0	30-2.0.0	332362	332362
335013		Expressão Oral e Escrita		45-3.0.0			
333543	221303	Basquetebol I	Basquetebol I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333582	221332	Basquetebol II	Basquetebol II	45-1.1.0	45-1.1.0	333543	221303
333593	221313	Volibol I	Volibol I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333832	221322	Volibol II	Volibol II	45-1.1.0	45-1.1.0	333593	221313
333843	221353	Andebol	Andebol	75-1.2.0	75-1.2.0		
333873	221613	Pesos e Halteres M	Pesos e Halteres M-I	75-1.2.0	75-1.2.0		

CÓDIGOS		NOME DAS DISCIPLINAS		CARGA-HORÁRIA		PRÉ-REQUISITOS	
Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior
333853	221632	Judô M	Judô - M-I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333892	221752	Futebol I	Futebol I	45-1.1.0	45-1.1.0		
333902	221762	Futebol II	Futebol II	45-1.1.0	45-1.1.0	333892	221752
333963	221693	Ginástica Olímpica M	Ginástica Olímpica M-I	75-1.2.0	75-1.1.0		

NOTA: O Acadêmico deverá completar, no mínimo, cento e sessenta e cinco (165) horas, ou seja, sete (7) créditos em disciplinas escolhidas da relação acima.

V - DISCIPLINAS ELETIVAS

Ao Acadêmico é obrigatório o cumprimento de um mínimo de quarenta e cinco (45) horas, ou seja, três (3) créditos em disciplinas eletivas.

VI - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As noventa (90) horas de estágio supervisionado poderão ser distribuídas em quarenta e cinco (45) horas, a serem desenvolvidas após o terceiro Período regular do acadêmico, no assessoramento dos professores de prática esportiva, e/ou com arbitragens em jogos oficializados pela UEPG. As quarenta e cinco horas (45), restantes serão desenvolvidas obrigatoriamente no último-período regular ao acadêmico - curso.

VII- TÉCNICO EM DESPORTOS

Ao acadêmico é facultada a obtenção do título de técnico em desportos, mediante complementação de, no mínimo cento e oitenta horas (180) aula, em matérias relacionadas com Disciplinas Optativas.

Art. 2º - CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E TÉCNICO EM DESPORTOS - FEMININO

Para completar o curso de Graduação em Educação Física - Feminino, a acadêmica deverá cumprir um mínimo de noventa e dois (92) créditos, num total mínimo de um mil, oitocentos e quinze (1815) horas-aula, distribuídas, no mínimo, em seis (6), e, no máximo, em dez (10) períodos regulares letivos.

A acadêmica é obrigada a matricular-se em disciplinas que totalizem, no mínimo dez (10) e, no máximo dezoito (18) créditos por períodos letivo regular.

É o seguinte o elenco de disciplinas que compõem o curso:

I - DISCIPLINAS FUNDAMENTAIS

CÓDIGOS		NOME DAS DISCIPLINAS		CARGA-HORÁRIA		PRÉ-REQUISITOS	
Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior
333013		Filosofia I		45-3.0.0			
333253		Sociologia I		45-3.0.0			
334013		Economia I		45-3.0.0			

II - DISCIPLINAS DO CURRÍCULO MÍNIMO

221025	221025	Biologia Geral	Biologia Geral	90-4.1.0	90-4.1.0		
221853	221114	Fisiologia II	Fisiologia	60-2.1.0	90-2.2.0		
221093	221093	Anatomia Geral	Anatomia Geral	60-2.1.0	60-2.1.0		
221262	221262	Higiene Social II	Higiene Social II	30-2.0.0	30-2.0.0		
221213	221213	Primeiros Socorros	Primeiros Socorros	75-1.2.0	75-1.2.0		
221273	221273	Cinesiologia	Cinesiologia	60-2.1.0	60-2.1.0	221853	221114
221283	221283	Biometria	Biometria - Fisiologia				
			Biométrica,	45-3.0.0	45-3.0.0		
333133	333133	Psicologia da Adolescência	Psicologia da Adolescência	45-3.0.0	45-3.0.0		
333123	333123	Psicologia da Aprendizagem	Psicologia da Aprendizagem	45-3.0.0	45-3.0.0		
333423	333423	Estrutura e Funcionamento do Ensino - 1º e 2º Graus	Estrutura e Funcionamento do Ensino - 1º e 2º Graus	45-3.0.0	45-3.0.0		
337064	333423	Didática I	Didática I	60-4.0.0	45-3.0.0	333123	333123
337161	333841	Prática do Ensino de Educação Física	Prática do Ensino de Educação Física	30-0.1.0	30-0.1.0	337064	333313
337322	333982	Estágio Supervisionado	Estágio Supervisionado	90-0.0.2	90-0.0.2		
333493	221293	Natação I	Natação I	75-1.2.0	75-1.2.0		

RESOLUÇÃO R. SG. Nº 018

fl.6

CÓDIGOS		NOMES DAS DISCIPLINAS		CARGA-HORÁRIA		PRÉ-REQUISITOS	
Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior	Atual	Anterior
333533	221343	Natação II	Natação II	60-2.1.0	60-2.1.0	333493	221293
333153	221493	Rítmica F-I	Ginástica Rítmica F-I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333173	221443	Rítmica F-II	Ginástica Rítmica F-II	60-2.1.0	60-2.1.0	333153	221493
333313	221523	Atletismo F-I	Atletismo F-I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333323	221642	Atletismo F-II	Atletismo F-II	75-1.2.0	45-1.1.0	333313	221523
333363	221503	Ginástica F-I	Ginástica F-I	60-2.1.0	60-2.1.0		
333373	221563	Ginástica F-II	Ginástica F-II	75-1.2.0	75-1.2.0	333363	221503
333383	221572	Ginástica F-III	Ginástica F-III	75-1.2.0	45-1.1.0	333373	221563
333413	221543	Recreação F	Recreação F	60-2.1.0	60-2.1.0		
III - DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS							
332401	221701	História da Educação Física	História da Educação Física	15-1.0.0	15-1.0.0		
332362	332362	Estudo de Problemas Brasileiros I	Estudo de Problemas Brasileiros I	30-2.0.0	30-2.0.0		
332372	332372	Estudo de Problemas Brasileiros II	Estudo de Problemas Brasileiros II	30-2.0.0	30-2.0.0	332362	332362
335013		Expressão Oral e Escrita		45-3.0.0			
IV - DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OPTATIVAS							
333543	221303	Basquetebol I	Basquetebol I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333582	221332	Basquetebol II	Basquetebol II	45-1.1.0	45-1.1.0	333543	221303
333593	221313	Volibol I	Volibol I	75-1.2.0	75-1.2.0		
333832	221322	Volibol II	Volibol II	45-1.1.0	45-1.1.0	333593	221313
333843	221353	Andebol	Andebol	75-1.2.0	75-1.2.0		
333883	221602	Pesos e Halteres F	Pesos e Halteres F-I	75-1.2.0	45-1.1.0		
333863	221622	Judô F	Judô F-I	75-1.2.0	45-1.1.0		
333963	221683	Ginástica Olímpica	Ginástica Olímpica F-I	75-1.2.0	75-1.2.0		

NOTA: A acadêmica deverá completar, no mínimo, cento e sessenta e cinco (165) horas-aula, ou seja, sete (7) créditos em disciplinas escolhidas da relação acima.

V - DISCIPLINAS ELETIVAS

A acadêmica é obrigatório o cumprimento de um mínimo de quarenta e cinco (45) horas, ou seja, três (3) créditos em disciplinas eletivas.

VI - ESTÁGIO SUPERVISIONADO

As noventa (90) horas, de Estágio Supervisionado poderão ser distribuídas em quarenta e cinco (45) horas a serem cumpridas após o 3º período regular da acadêmica no assessoramento dos professores da prática desportiva, ou em arbitragens de jogos oficiais ou oficializados pela UEPG; as quarenta e cinco (45) horas restantes serão desenvolvidas obrigatoriamente no último período regular do curso.

VII - TÉCNICA DESPORTIVA

A acadêmica é facultada a obtenção do título de Técnico em Desportos mediante complementação de, no mínimo, mais cento e oitenta (180) horas-aula, em matérias relacionadas como disciplinas optativas.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Reitoria da Universidade Estadual de Ponta Grossa

Dê-se Ciência e Cumpra-se.

ODENI VILLACA MONGRUEL
REITOR



REITORIA

RESOLUÇÃO R. SG/D13 DE 31 DE DEZEMBRO DE 1.975

Súmula: Transfere a setorização do
Curso de Licenciatura em Edu-
cação Física.

O REITOR DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE
PONTA GROSSA, no uso de suas atribui-
ções legais e estatutárias, atendendo
a deliberação do Conselho de Ensino,
Pesquisa e Extensão, tomada na sua
reunião do dia 22 de dezembro de 1975,

RESOLVE:

ART. 1º

Transferir o Curso de LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO
FÍSICA, com habilitação em Técnico em Desportos,
do Setor de Ciências Biológicas e da Saúde pa-
ra o Setor de Letras e Ciências Humanas.

ART. 2º

Esta Resolução entrará em vigor na data
de sua publicação, revogadas as disposições em
contrário.

Reitoria da Universidade Estadual de Ponta
Grossa.

~~Dê-se Ciência e Cumpra-se.~~

ODENI VILLACA MONGRUEL
REITOR



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
CONSELHO FEDERAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO/MANTENEDORA		UF
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA		PR
ASSUNTO		
Reconhecimento dos cursos de Serviço Social e Educação Física, com as habilitações - Licenciatura e Técnico em Desportos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.		
RELATOR: SR. CONS. Nair Fortes Abu-Merhy		
PARECER N.º 5185/78	CÂMARA OU COMISSÃO CESu, 1º Grupo	APROVADO EM 29/08/78
		PROCESSO N.º 887 e 888/77
I - RELATÓRIO		
<p>Pelo Parecer nº 2.194/78, da CESu - 1º Grupo, foi baixado em diligência o processo em que a Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa requerera reconhecimento dos cursos de Serviço Social e Educação Física, este com as habilitações em Licenciatura e Técnico em Desportos.</p> <p>Visava a diligência a que a requerente juntasse os seguintes documentos:</p> <ol style="list-style-type: none">1) planejamento curricular;2) relação do corpo docente;3) complementação de documentação de uma professora;4) comprovação de que dispõe das instalações exigidas pela Portaria deste Conselho, sob nº 29/73, indicando, se necessário, prazo para completá-las. <p>Pelo Ofício nº 167, de 21/08/1978, vem o Magnífico Reitor cumprir a diligência.</p> <p>Exame da Documentação</p> <p>Passo à análise dos documentos na ordem em que indicados os diversos itens da diligência.</p>		

1. Planejamento Curricular

A Universidade Estadual de Ponta Grossa, cujo Estatuto e Regimento Geral foram aprovados pelo Parecer nº 2.175/73' deste Conselho, é estruturada em três áreas:

- a - Setor de Ciências Exatas e Naturais
- b - Setor de Ciências Biológicas e da Saúde
- c - Setor de Letras e Ciências Humanas.

Os cursos de Serviço Social e de Educação Física, ora sob reconhecimento, encontram-se vinculados ao Setor de Letras e Ciências Humanas.

Pelo planejamento curricular, agora juntado, verificamos que a universidade possui um 1º Ciclo de disciplinas fundamentais para cada Setor - sendo três delas comuns a todos os cursos compreendidos em cada setor. As demais são diferenciadas pelos diversos cursos.

No Setor de Letras e Ciências Humanas, há uma subsetorização: Letras, de um lado; Ciências Humanas, de outro. As disciplinas comuns ao subsetor de Ciências Humanas são: Filosofia, Sociologia, Economia.

O curso de Serviço Social é oferecido em 2.835 horas, sendo o 1º ciclo - com 375 horas (em um período) e com 2.460 no ciclo profissional.

Este Currículo atende à Resolução de 13/03/1970, decorrente do Parecer nº 242/70 - que fixa o currículo mínimo do curso de Serviço Social, cuja duração mínima é de 2.500 horas. É oferecido em três anos.

O curso de Educação Física é oferecido em 1.890 horas, sendo 330 do 1º ciclo e 1.560 do ciclo profissional. Obedece à Resolução nº 69, de 06/11/1969, que fixa os conteúdos mínimos e duração do curso de Educação Física em 1800 horas.

Neste curso são oferecidas duas habilitações: Licenciatura, com a duração referida, e Técnico de Desportos, abrangendo um ou dois tipos de esportes, com um acréscimo de 180 a 300 horas, conforme a natureza do desporto e a escolha de um único ou dois.

Nos anexos III e IV do Parecer original estão os planos curriculares.

2. Relação do Corpo Docente

Conforme o anexo I do Parecer original, já estão aprovados os professores do curso de Serviço Social. Em diligência estava a indicação da Professora de Pesquisa Social e Política Social. Havia, também, dúvida se o Professor Edil-
lon Joaquim Teixeira Biscaia, que fora aprovado como titular pelo Parecer nº 2.194/78, passara à categoria de supervisor. A universidade esclarece, agora, que este último professor se mantém como titular. Quanto à diligência relativa à professora é examinada no item seguinte.

3. Complementação da Documentação da Professora

Maria Cristina Martins da Silva - Pesquisa Social e Política Social. Solicitava o Parecer anterior que juntasse o histórico escolar do curso de mestrado, que teria sido feito na PUC de S. Paulo.

A universidade informa que a requerente ainda não concluiu o curso de mestrado em Ciências Sociais na PUC de São Paulo, razão por que não requereu o histórico escolar. Deve completá-lo no final deste ano. Todavia comprovou ter a indicada feito curso de especialização em 711 horas, curso esse que incluiu as disciplinas: Metodologia da Pesquisa, Política Nacional do Bem-Estar do Menor, Fundamentos Sócio-Econômicos da Educação, Filosofia Geral, Filosofia da Educação e Sociologia. Além disso, tem boa experiência profissional, especialmente a de magistério superior. Pode ser aceita.

4. Instalações

Neste processo, a universidade comprova o planejamento do que ela chama de Centro de Desportos e Recreação, que passará a denominar-se Núcleo de Desportos e Recreação - planta aprovada em 1975. Grande parte já foi construída, prevendo-se a complementação das obras no final de 1979.

Já foram feitas as seguintes instalações:

- 4 quadras polivalentes
- Campo de futebol
- 4 Blocos com oito vestiários
- Quadra de Atletismo e Pista de Atletismo
- Ginásio coberto - para Prática de Ginástica Rítmica e Prática de Judô
- Ginásio de Esportes polivalente - com capacidade para platéia de 1.600 pessoas.
- Sala de Musculação
- Barras fixas em sala especial

Além disso, mantém Convênio com o Clube Guaíra, para utilização de uma piscina térmica coberta e de piscina ao ar livre, campos de futebol e quadras desportivas polivalentes.

Os equipamentos encontram-se distribuídos nos seguintes gabinetes e laboratórios:

01 - Gabinete de Anatomia - com esqueletos, peças ósseas, outras em gesso e ainda algumas em conservação.

Utiliza-se, ainda, dos laboratórios dos cursos de Farmácia Bioquímica e Odontologia, que são bem equipados.

02 - Sala de Fisioterapia, com equipamentos para estudos de Fisiologia Aplicada e material de Fisioterapia, a saber: Forno de Buhler Turbilhão, Aparelho de Infra-Vermelho, Aparelho de ondas curtas, roda de ombro, esfigmomanômetro de mercúrio - manual e automático, balança, diapasão e cronômetro, espirômetro, estimulador elétrico. Para o ensino da Fisiologia, utiliza-se dos laboratórios dos cursos de Farmácia Bioquímica e de Odontologia.

Como no parecer anterior se fazia referência a uma modesta biblioteca para o curso de Educação Física, com 208 títulos e 440 exemplares, a universidade apressou-se a melhorar este setor, adquirindo maior número de títulos e muito maior número de exemplares. Assim, agora a biblioteca específica para Educação Física é constituída de 687 títulos e 2.948 exemplares. Assina 3 revistas especializadas e recebe, com regularidade, mais 5 outras, além de diversos periódicos.

Conforme se verifica do Parecer nº 2.319/77, a Biblioteca do curso de Serviço Social é constituída de 1665 títulos e maior número de exemplares, não tendo sido precisa

dos quantos. Assina seis revistas especializadas.

II - VOTO DA RELATORA

Havendo sido satisfatoriamente cumprida a diligência, é a Relatora de parecer que merecem ser reconhecidos os cursos de Serviço Social e Educação Física, com as habilitações em Licenciatura e Técnico de Desportos, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, mantida pela Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, com sede naquela cidade do Estado do Paraná.

III - CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Superior, 1º Grupo, aprova o voto da Relatora.

Sala das Sessões, em 28/8/78

(a.) Ruy Carlos de Camargo Vieira - Pres., Nair Fortes Abumeryhy - Rel., Antonio Martins Filho - J. C. Milano.

/ipo.

CÂMARA DE GRADUAÇÃO

PARECER CEPE Nº 188/89

ASSUNTO: Proposta para o currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física - Regime Seriado Anual.

PROTOCOLO Nº 2.126, de 18.09.89

RELATÓRIO

O Colegiado do Curso de Educação Física atendendo ao disposto na Resolução Universitária nº 11/89, de 1º de agosto de 1989, encaminha para apreciação dos Conselhos Superiores da Instituição, proposta para implantação do currículo do referido curso, no regime seriado anual, previsto para vigorar a partir de 1990.

VOTO DA CÂMARA

Considerando que a proposta atende o estabelecido pelas Resoluções do Conselho Federal de Educação nº 03, de 16/06/87, e nº 09/69 e as normas para a montagem dos currículos dos cursos de graduação para o regime seriado anual na UEPG, esta Câmara aprova o currículo do Curso de Licenciatura em Educação Física a vigorar a partir de 1990, conforme consta no anexo deste parecer.

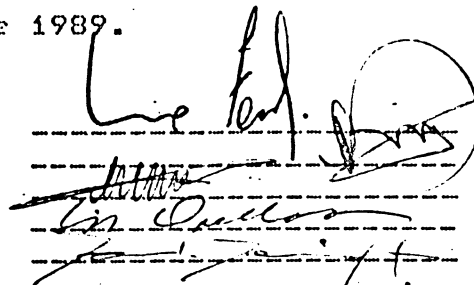
O desdobramento de matérias em disciplinas e as ementas das disciplinas ficam aprovados conforme o proposto nas folhas 6A a 8A e 12A a 22A, respectivamente, do processo em análise.

Com relação à grade de equivalência entre disciplinas do currículo semestral e do currículo anual, a Câmara deixa de apreciar, por entender que este assunto se esgota a nível do Colegiado do Curso (artigo 93, inciso IV do Regimento Geral da UEPG), cabendo a PROGRAD tomar conhecimento da grade de equivalência e proceder as adaptações de alunos, quando necessárias.

É o voto da Câmara, para o qual solicita o mesmo procedimento ao Plenário deste douto Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Ponta Grossa, 29 de novembro de 1989.

Lauro Fanchin (Presidente)
Carlos Luciano S. Vargas
Leide Mara Schmidt
Emigdio Enrique Orellana Jimenez
Paulo Francisco Reusing Júnior





ANEXO DO PARECER CEPE Nº 188/89

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA TURNO: INTEGRAL/NOTURNO

Reconhecido pelo Decreto Nº 82.413, de 16.10.78

Para completar o curso de graduação em Licenciatura em Educação Física, o acadêmico deverá perfazer um total mínimo de 3.060 (três mil e sessenta) horas aula, distribuídas em, no mínimo, 04 (quatro) e, no máximo, 07 (sete) anos letivos regulares.

É o seguinte o elenco de disciplinas que compõem o curso:

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
304016	Atividades Físicas de 1ª a 4ª Séries	68
304009	Atletismo I	68
304017	Atletismo II	68
304018	Basquetebol I	68
304026	Basquetebol II	68
304023	Biomecânica	68
304024	Cineantropia	68
304019	Dança Folclórica	68
304001	Futebol I	68
304010	Futebol II	68
304002	Ginástica I	68
304011	Ginástica II	68
304003	Ginástica Olímpica I	68
304012	Ginástica Olímpica II	68
304020	Handebol I	68
304027	Handebol II	68
304007	História da Educação Física	68
304004	Judô I	68
304025	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física I	68
304021	Musculação I	68
304005	Natação I	68
304013	Natação II	68
304015	Organização da Educação Física e dos Desportos	68
304031	Métodos e Técnicas de Pesquisa em Educação Física II	68
304030	Reabilitação Motora	68
304006	Recreação	68
304014	Rítmica	102
304008	Teoria da Educação Física	68
304029	Treinamento Desportivo	68
304022	Voleibol I	68
304028	Voleibol II	68
303005	Anatomia Humana e do Movimento	68
303006	Bases Biológicas da Atividade Física	68
303009	Fisiologia do Exercício	68
303007	Neuro-Anatomia	68
303008	Noções Básicas de Saúde e Urgência em Educação Física	68

DISCIPLINAS COMPLEMENTARES OBRIGATÓRIAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
501013	Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1º e 2º Graus	68
501019	Psicologia da Educação II	102
501020	Sociologia Aplicada à Educação Física	68
503001	Didática	68
503016	Metodologia e Prática de Ensino de Educação Física	136
401051	Estudos de Problemas Brasileiros	68
502016	Português Instrumental	68

DISCIPLINAS OPTATIVAS

CÓDIGO	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA
304032	Educação Física Especial	68
304033	Esportes Complementares	68
304034	Ginástica Rítmica Desportiva	68
304035	Marketing em Educação Física	68
304036	Musculação II	68
304037	Atividades em Academia	68
304038	Lazer	68
304039	Judô II	68
203010	Informática Básica III	68

Nota: O acadêmico poderá cursar, no máximo, 306 (trezentas e seis) horas aula, em disciplinas optativas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO

O estágio supervisionado será desenvolvido na disciplina de Metodologia e Prática de Ensino de Educação Física e de conformidade com o respectivo regulamento aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Para obter a sua graduação, o acadêmico deverá cumprir, no mínimo, 153 (cento e cinquenta e três) horas em atividades complementares, reconhecidas pelo Colegiado do Curso de Educação Física.

Curso de Licenciatura em Educacao Fisica - Fluxograma

urno Integral/Noturno

<div>1a. Serie</div> <div>81624</div>	<div>Futebol I</div> <div>3040010682</div>	<div>Ginastica I</div> <div>3040020682</div>	<div>Ginastica Olimpica I</div> <div>3040030682</div>	<div>Judo I</div> <div>3040040682</div>	<div>Natacao I</div> <div>3040050682</div>	<div>Recreacao</div> <div>3040060682</div>	<div>Sociologia Aplicada a Ed. Fisica</div> <div>5010200682</div>
<div>2a. Serie</div> <div>81624</div>	<div>Atletismo I</div> <div>3040090682</div>	<div>Futebol II</div> <div>3040100682</div>	<div>Ginastica II</div> <div>3040110682</div>	<div>Ginastica Olimpica II</div> <div>3040120682</div>	<div>Natacao II</div> <div>3040130682</div>	<div>Ritmica</div> <div>3040141023</div>	<div>Organizacao da Ed. Fisica e dos Desportos</div> <div>3040150682</div>
<div>3a. Serie</div> <div>81624</div>	<div>Atividades Fisicas de 1a. a 4a. Series</div> <div>3040160682</div>	<div>Atletismo II</div> <div>3040170682</div>	<div>Basquetebol I</div> <div>3040180682</div>	<div>Danca Folclorica</div> <div>3040190682</div>	<div>Handebol I</div> <div>3040200682</div>	<div>Musculacao I</div> <div>3040210682</div>	<div>Voleibol I</div> <div>3040220682</div>
<div>4a. Serie</div> <div>61218</div>	<div>Basquetebol II</div> <div>3040260682</div>	<div>Handebol II</div> <div>3040270682</div>	<div>Voleibol II</div> <div>3040280682</div>	<div>Treinamento Desportivo</div> <div>3040290682</div>	<div>Nocoes Basicas de Saude e Urgencia em Ed. Fisica</div> <div>3030080682</div>	<div>Reabilitacao Motora</div> <div>3040300682</div>	<div>Metodos e Tec. de Pesquisa em Ed. Fisica II</div> <div>3040310682</div>

Historia da Ed. Fisica		
304007	068	2

Teoria da Ed. Fisica		
304008	068	2

Anatomia Humana e do Movimento		
303005	068	2

Bases Biologicas da Atividade Fisica		
303006	068	2

Portugues Instrumental		
502016	068	2

Estrutura e Funcionamento do Ensino de 1o. e 2o. Graus		
501013	068	2

Fisiologia do Exercicio		
303009	068	2

Neuro-Anatomia		
303007	068	2

Psicologia da Educacao II		
501019	102	3

Biomecanica		
304023	068	2

Cineantropia		
304024	068	2

Metodos e Tec. de Pesquisa em Ed.Fisica I		
304025	068	2

Didatica		
503001	068	2

E. P. B.		
401051	068	2

Metodologia e Pratica de Ensino de Ed. Fisica		
503016	136	4



Universidade Estadual de Ponta Grossa

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

OBJETIVOS DO CURSO

- . Habilitar professores de Educação Física aptos a atender as necessidades do ensino de 1º e 2º graus.
- . Reconhecer a importância da Educação Física como atividade preocupada com o desenvolvimento integral do ser humano.
- . Preparar profissionais potencialmente capazes de fazer do trabalho corporal um instrumento para a emancipação humana.
- . Desenvolver a capacidade de análise e síntese, com ampla visão da realidade e atitude crítica diante dela.
- . Preparar um profissional capaz de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo de forma autônoma, propondo e aceitando mudanças.
- . Capacitar educadores que dominem instrumentos, métodos e téc-nicas atualizadas.
- . Conhecer a estrutura anatomo-psico-fisiológica do ser humano.
- . Capacitar recursos humanos capazes de identificar e respeitar as diferenças individuais, no processo de aprendizagem.
- . Conscientizar o profissional das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade.



1ª CÂMARA

PROCESSO Nº 13352/88-53

INTERESSADO: Coordenação do Curso de Educação Física

ASSUNTO : Proposta de reformulação do Currículo Pleno

EMENTA: Opina favoravelmente

HISTÓRICO: Pelo Of. nº 065/88 de 27/06/88 a Coordenação do Curso de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas, encaminha proposta de reformulação do Currículo Pleno daquele Curso tendo em vista determinação do Conselho Federal de Educação em Resolução 03/87-CFE que fixa os seus mínimos de conteúdo e duração. A partir do estabelecimento desses novos mínimos, o Colegiado do Curso promoveu amplo estudo para elaboração de proposta curricular, que envolva trabalhos em comissões, participação em encontros de escolas de Educação Física e inúmeras reuniões do Colegiado de Curso. Após consulta aos professores do Curso, definiu o Colegiado que o novo Currículo contemplaria apenas a oferta de Licenciatura, dando ênfase à formação do professor qualificado, com visão ampla da realidade social, política, cultural e econômica do país. As alterações curriculares são significativas, uma vez que pela Resolução 03/87-CFE não são definidas matérias do currículo mínimo e sim áreas do conhecimento (filosófico, do ser humano, da sociedade e técnico) a partir das quais as IES elaborarão seus currículos plenos. A proposta foi analisada pela Pró-Reitoria de Ensino e Pesquisa, tendo sido dado parecer favorável pela Coordenação Geral dos Cursos de Graduação e DAA. A integralização curricular será feita em 3.210 horas, distribuídas entre formação sócio-filosófica e biológica (780 h) formação técnica (1.800h) e aprofundamento (630h), ocorrendo a graduação no mínimo em 04 (quatro) e no máximo em 07 (sete) anos. A carga horária semanal pode oscilar entre 16 e 35 horas. A carga horária total de disciplinas optativas é de no mínimo 480 horas

PARECER: Diante do exposto, opinamos favoravelmente à reformulação curricular do Curso de Educação Física do Setor de Ciências Biológicas conforme consta das folhas 63, 121, 122 e 123 dos autos, passando o novo Currículo Pleno a vigorar a partir do ano letivo de 1989, para os alunos que nele ingressarem.
É o parecer, S.M.

Sala das Sessões, em 23 de dezembro de 1988.

Maria Lucia Accioly Pinto
Profª MARIA LÚCIA ACCIOLY PINTO

Relatora

A Câmara acompanha o
parecer da Relatora.

Leandro
STELLA
muniz



1 INTRODUÇÃO

Os movimentos levados a efeito sobre a valorização da Educação Física, procuram conscientizar os profissionais da área, da importância e da necessidade de sua prática; buscam meios de fazê-la reconhecida e valorizada pela sociedade como um todo. Contribuindo com esse posicionamento, a Coordenação do Curso de Educação Física da Universidade Federal do Paraná, vem há algum tempo, preocupando-se com a formação de seus acadêmicos, com a qualidade ofertada pelo curso e sua aplicabilidade no campo de trabalho.

Em vista destas preocupações, percebeu-se a necessidade de uma reestruturação do currículo, porém, uma reestruturação feita sobre bases sólidas e reflexões minuciosas, para que se possa fazê-la de maneira mais satisfatória possível.

Assim, a Coordenação do Curso fez vários estudos junto a acadêmicos, a egressos e a outras instituições, buscando subsídios que fundamentassem de modo concreto as propostas para o Novo Currículo.

A pesquisa aqui apresentada foi feita junto a egressos e acadêmicos da Universidade Federal do Paraná e egressos da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, fornecendo dados importantes da realidade do profissional da Educação Física, que podem, sem dúvida alguma, corrigir falhas do processo de formação profissional.



2 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa tipo Survey, com levantamento de dados junto a egressos do Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal do Paraná e da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, e formandos do referido curso da Universidade Federal do Paraná.

3 SELEÇÃO DA AMOSTRA

Foram levantados nome e endereço dos formandos dos anos de 1983, 84, 85 e 86 dos Cursos de Licenciatura em Educação Física nas duas Universidades, num total de 451 sujeitos, remetendo a cada um, um questionário (anexo I), a ser respondido e devolvido.

A aleatoriedade da amostra ficou garantida pelo retorno de 18,62% (83 questionários) instrumentos respondidos, sendo que dos demais, 10,2% (45) foram devolvidos pelo correio por não terem sido localizados os destinatários e o restante de 71,18% não foi devolvido, ficando aproximadamente na margem prevista de perdas da amostra. Quanto aos acadêmicos, o questionário foi aplicado em sala de aula, sendo respondido por 37 alunos.

4 COLETA DE DADOS

Da aplicação dos questionários, resultaram as seguintes tabelas:

Tabela 1. Demonstrativo da distribuição da amostra

INSTITUIÇÃO	SEXO		IDADE MÉDIA		MÉDIA DE LICENCIADO		TRABALHAM NA ÁREA (%)		TRABALHAM FORA DA ÁREA (%)	
	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
UFPR (EGRESSOS)	31	29	26,3	25,2	2,1	2,0	87,09	79,31	29,03	27,58
PUCPR (EGRESSOS)	07	16	24,7	24,9	1,1	4,0	71,42	75,00	28,57	31,25
UFPR (ACADÊMICOS)	13	24	23,1	22,6	-	-	92,30	54,16	-	20,83

Tabela 2. Carga horária de trabalho semanal

CARGA HORÁRIA SEMANAL	UFPR (EGR) NM=31 NF=29				PUCPR (EGR) NM=07 NF=16				UFPR+PUCPR N=83	
	C/ED.FÍS (%)		FORA DA ÁREA (%)		C/ED.FÍS (%)		FORA DA ÁREA (%)		C/ED.FÍS (%)	FORA DA ÁREA (%)
	M	F	M	F	M	F	M	F	GERAL	GERAL
Menos que 10hs	3,22	10,34	3,22	3,44	-	12,5	-	6,25	7,22	3,61
10 a 20hs	9,67	27,58	3,22	6,89	14,28	12,5	-	12,50	16,86	6,02
21 a 30hs	16,12	17,24	-	3,44	14,28	25,00	-	-	18,07	1,20
31 a 40hs	16,12	24,13	16,12	10,34	14,28	18,75	14,28	6,25	19,27	12,04
Acima/Livre	41,93	-	3,22	3,44	28,57	6,25	14,28	6,25	19,27	4,81

CARGA HORÁRIA SEMANAL/ACAD. UFPR	C/ED.FÍS (%)		FORA DA ÁREA (%)		C/ED.FÍS (%)	FORA DA ÁREA (%)
	M	F	M	F	GERAL	GERAL
Menos que 10hs	15,38	25,00	15,28	8,33	21,62	8,10
10 a 20hs	38,46	12,50	-	-	21,62	-
21 a 30hs	23,07	12,50	-	-	16,21	-
31 a 40hs	-	-	-	-	-	-
Acima/Livre	7,69	-	-	4,16	2,70	2,70

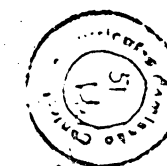


Tabela 3. Frequência de salários em percentual

FAIXA SALARIAL MENSAL	UFPR (EGR) NM=31 NF=29				PUC (EGR) NM=07 NF=16				UFPR + PUC N=83	
	C/ED.FÍS		FORA DA ÁREA		C/ED.FÍS		FORA DA ÁREA		C/ED.FÍS	FORA DA ÁREA
	M	F	M	F	M	F	M	F	GERAL	GERAL
Menos que 10.000,00	12,90	31,03	-	10,34	-	31,25	-	12,50	21,68	6,02
10 a 15.000,00	19,35	27,58	9,67	6,89	28,57	12,50	-	6,25	21,68	7,22
16 a 20.000,00	19,35	10,34	12,90	3,44	-	18,75	-	-	14,45	6,02
21 a 25.000,00	9,67	-	3,22	-	14,28	12,50	-	-	6,02	1,20
26 a 30.000,00	3,22	-	-	-	-	-	14,28	-	1,20	1,20
31 a 35.000,00	6,44	3,22	-	-	-	-	-	-	2,40	1,20
36 a 40.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima/Livre (%)	6,44	3,22	-	-	-	-	-	12,50	2,40	3,61
ACADÊMICOS UFPR										
Menos que 10.000,00	46,15	45,69	7,69	8,33					45,44	8,10
10 a 15.000,00	23,07	-	-	4,16					7,22	2,70
16 a 20.000,00	-	4,16	-	-					2,70	-
21 a 25.000,00	-	-	-	4,16					-	2,70
26 a 30.000,00	7,69	-	-	-					2,70	-
31 a 35.000,00	-	-	-	-					-	-
36 a 40.000,00	-	-	-	-					-	-
Acima/Livre (%)	-	-	-	4,16					-	2,70



Tabela 4. Local de atuação (Instituição Oficial/Privada)

INSTITUIÇÃO	UFPR (EGR) (%)		PUCPR (EGR) (%)		UFPR + PUCPR (%)		UFPR + PUCPR
	M	F	M	F	M	F	GERAL
<u>C/ED.FÍSICA</u>							
OFICIAL	38,70	34,48	71,42	31,25	44,73	33,33	38,55
PRIVADA	64,51	41,37	42,85	56,25	60,52	46,66	53,01
<u>FORA DA ÁREA</u>							
OFICIAL	9,67	10,34	16,12	17,24	21,05 ⁶	17,77	19,27
PRIVADA	12,90	13,79	6,45	13,79	15,78	7,69	16,86
<u>ACADÊMICOS UFPR</u>							
<u>C/ED.FÍSICA</u>							
OFICIAL	7,69	8,33					
PRIVADA	34,61	45,83					
<u>FORA DA ÁREA</u>							
OFICIAL	-	4,16					
PRIVADA	7,69	20,83					

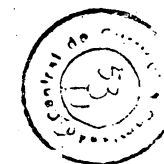


Tabela 5. Áreas em que GOSTARIAM de atuar (Egressos da UFPR e da PUCPR) (Prioridade maior, 1 até 3 pontos)

ÁREAS	M N=38		F N=45		GERAL N=83	
	%	\bar{x}	%	\bar{x}	%	\bar{x}
Ensino de 1º e 2º Graus	15,78	1,83	37,77	2,05	27,71	2,00
Ensino de 3º Grau	5,26	1,50	17,77	2,25	12,04	2,10
Ensino Superior	52,63	1,70	26,66	2,08	38,55	1,84
Técnico Desportivo	65,78	1,92	24,44	1,72	43,37	1,86
Preparação fís.desportiva	36,84	2,35	11,11	2,20	22,89	2,31
Pesquisa	42,10	1,93	61,76	1,61	44,57	1,75
Administração	34,20	2,07	24,44	2,09	28,91	2,08
Ed.Fís.em condições esp.	13,15	1,20	61,76	2,08	20,48	1,82
Academia	5,26	1,00	37,77	1,82	22,89	1,73
Escola de Natação	7,89	1,33	24,44	2,36	16,86	2,14
Recreação e Lazer em Clubes	10,52	3,00	17,77	2,12	14,45	2,41

ACADÊMICOS M N=13 F N=24 GERAL N=37

Ensino de 1º e 2º Graus	30,76	2,00	37,50	2,00	35,13	2,00
Ensino de 3º Grau	15,38	1,00	20,83	1,60	18,91	1,42
Ensino Superior	30,76	2,25	33,33	1,75	32,43	1,91
Técnico Desportivo	61,53	1,50	8,33	1,00	27,02	1,40
Preparação Fís.desportiva	61,53	2,12	8,33	3,00	27,02	2,30
Pesquisa	23,07	1,66	37,50	1,77	32,43	1,75
Administração	-	-	25,00	1,66	16,21	1,66
Ed-Fís.em condições esp.	7,69	3,00	41,66	2,10	29,72	2,18
Academia	7,69	2,00	45,83	1,54	32,43	1,58
Escola de Natação	-	-	25,00	2,83	16,21	2,83
Recreação e Lazer em Clubes	38,46	2,60	12,50	2,33	21,62	2,50

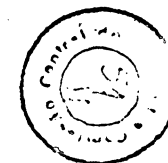


Tabela 6. Áreas em que JÁ ATUARAM (Egressos da UFPR e da PUCPR)

ÁREAS	M N=38		F N=45		GERAL N=83	
	%	\bar{x}	%	\bar{x}	%	\bar{x}
Ensino da 1ª e 2ª Graus	36,84	-	66,66	-	53,01	-
Ensino de 3ª Grau	2,63	-	4,44	-	3,61	-
Ensino Superior	2,63	-	4,44	-	3,61	-
Técnico Desportivo	60,52	-	24,44	-	40,96	-
Preparação Fís.Desportiva	23,68	-	4,44	-	13,25	-
Pesquisa	10,52	-	6,66	-	8,43	-
Administração	26,31	-	11,11	-	18,07	-
Ed.Física em Condições Especiais	23,68	-	13,33	-	18,07	-
Academias	39,47	-	60,00	-	50,60	-
Escolas de Nataçã	18,42	-	26,66	-	22,89	-
Recreação e Lazer em Clubes	23,68	-	33,33	-	28,91	-
Outras	5,26	-	4,44	-	4,81	-

	ACADÊMICOS M N=13		F N=24		GERAL N=37	
Ensino de 1ª e 2ª Graus	38,46	-	54,16	-	48,64	-
Ensino de 3ª Grau	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	4,16	-	2,70	-
Técnico Desportivo	69,23	-	4,16	-	27,00	-
Preparação Fís.Desportiva	38,46	-	-	-	13,51	-
Pesquisa	7,69	-	-	-	2,70	-
Administração	-	-	4,16	-	2,70	-
Ed.Física em Condições Especiais.	7,96	-	4,16	-	5,40	-
Academias	30,76	-	37,50	-	35,13	-
Escolas de Nataçã	38,46	-	54,16	-	48,64	-
Recreação e Lazer em Clubes	46,15	-	33,33	-	37,83	-
Outras	-	-	-	-	-	-

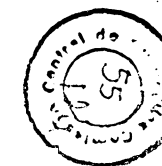


Tabela 7. Áreas em que ESTÃO ATUANDO (Egressos da UFPR e da PUC)

ÁREAS	M N=38		F N=45		GERAL N=83	
	%	\bar{x}	%	\bar{x}	%	\bar{x}
Ensino de 1º e 2º Graus	28,94	-	42,22	-	36,14	-
Ensino de 3º Grau	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	4,44	-	2,40	-
Técnico Desportivo	36,84	-	8,88	-	21,68	-
Preparação Fís.Desportiva	5,26	-	2,22	-	3,61	-
Pesquisa	5,26	-	4,44	-	4,81	-
Administração	21,05	-	4,44	-	12,04	-
Educação Fís. em Condições Especiais	13,15	-	-	-	6,02	-
Academias	7,89	-	24,44	-	16,86	-
Escolas de Nataçã	10,52	-	8,88	-	9,63	-
Recreação e Lazer em Clubes	2,63	-	2,22	-	2,40	-

	ACADÊMICOS da UFPR		M N=13	F N=24	GERAL N=37	
Ensino de 1º e 2º Graus	15,38	-	-	8,33	10,81	-
Ensino de 3º Grau	-	-	-	-	-	-
Ensino Superior	-	-	-	-	-	-
Técnico Desportivo	46,15	-	-	4,16	18,91	-
Preparação Fís.Desportiva	23,07	-	-	-	8,10	-
Pesquisa	-	-	-	8,33	5,40	-
Administração	-	-	-	-	-	-
Educação Fís. em Condições Especiais	-	-	-	-	-	-
Academias	30,76	-	-	20,83	24,32	-
Escolas de Nataçã	7,69	-	-	12,50	10,81	-
Recreação e Lazer em Clubes	7,69	-	-	8,33	8,10	-

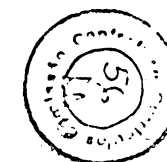


Tabela 3. Prioridades no mercado de trabalho. (Egressos UFPR e PUCPR) (Prioridade maior, 1 até 5 pontos)

ÁREAS	M N=38		F N=45		GERAL N=83	
	%	\bar{x}	%	\bar{x}	%	\bar{x}
Ensino de 1º e 2º Graus	89,47	1,35	88,88	1,35	89,15	1,35
Ensino de 3º Grau	2,63	3,40	46,66	3,19	37,34	3,25
Técnico Desportivo	52,63	3,45	37,77	3,05	44,57	3,27
Preparação Fís.Desportiva	31,57	3,16	44,44	3,05	71,11	3,09
Administração	50,00	3,26	33,33	4,20	75,55	3,38
Pesquisa	63,15	2,41	42,22	2,94	51,80	2,65
Academia	23,68	2,55	33,33	3,53	28,91	3,16
Recreação e Lazer em Clubes	36,84	3,21	37,77	2,94	37,43	3,06
Educação Fís. em Condições Especiais	47,36	2,88	57,77	2,61	53,01	2,72

ACADÊMICOS da UFPR M N=13 F N=24 GERAL N=37

Ensino de 1º e 2º Graus	92,30	1,16	91,66	1,18	91,89	1,17
Ensino de 3º Grau	23,07	3,00	58,33	3,28	45,94	3,23
Técnico Desportivo	-	-	-	-	-	-
Preparação Fís.Desportiva	61,33	3,25	33,33	3,00	43,24	3,12
Administração	46,15	3,75	33,33	3,50	37,83	3,00
Pesquisa	30,76	3,75	25,00	4,16	16,21	4,00
Academia	30,76	1,50	54,16	3,30	45,94	2,88
Recreação e Lazer em Clubes	23,07	3,00	54,16	2,66	43,24	2,68
Educação Fís. em Condições Especiais	30,76	1,75	58,33	2,80	48,64	2,61





Tabela 9. Maiores dificuldades encontradas na atuação profissional em decorrência de não abordagens no Curso

ITENS	EGRESSOS N = 83	ACADÊMICOS N = 37
* NO PROCESSO DE ENSINO, detectou-se:		
- Falta de preparo profissional; prática de ensino, psicologia, pedagogia, estrutura e funcionamento de 1º e 2º Graus, sociologia, didática mal dadas ou incoerentes com a realidade do país; falta ensinar a ensinar;		
- Insegurança na aplicação, improvisações inadequadas, falta uma abordagem mais crítica dos problemas educacionais;		
- Desencontros entre a teoria e a prática:		
- Carência de bases científicas (projetos e pesquisas)	56,62%	16,21%
* EM RELAÇÃO ÀS DISCIPLINAS (Necessidades)		
- Fisiologia (intensidade e duração dos exercícios; características das faixas etárias de 1º e 2º Graus); aspectos clínicos e terapêuticos e sua relação com a Educação Física; anatomia; cinesiologia; educação física especial; psicomotricidade; educação física para 1º e 2º Graus; pedagogia e didática para deficientes	42,16%	16,21%
* RELATIVO À PROFISSÃO		
- Ética profissional; valorização profissional; questão salarial; falta de preparo profissional; redação de textos (requerimentos, ofícios, relatórios, etc); postura e linguagem frente às turmas; condições precárias de trabalho, falta de recursos;		
- Sem cobrança de seriedade, competência e consciência profissional durante o curso	28,91%	16,21%
* RELATIVO AOS ESTÁGIOS		
- Falta de estágios (prática vivenciada, atuação) nas diversas áreas profissionais; faltam experiências em estágios; envolvimento com a realidade de trabalho com o povo, com atletas	37,34%	18,91%



Tabela 9. Maiores dificuldades encontradas na atuação profissional em decorrência de não abordagens no Curso (...Cont.)

ITENS	EGRESSOS N = 83	ACADÊMICOS N = 37
* REFERENTE AO PLANEJAMENTO E CONTEÚDOS		
- Conhecimento de exercícios básicos que o povo procura fazer; trabalho em academias; musculação; dança; conteúdos mais aprofundados; realidade da Educação Física perante a opinião pública; maior adequação dos conteúdos de sala de aula aos campos de trabalho; planejamento e conteúdo escolar e de treinamento.	19,27%	32,43%

Tabela 10. Sugestões para mudança de currículo, para que a formação profissional seja condizente às necessidades do mercado de trabalho.

ITENS	EGRESSOS N = 83	ACADÊMICOS N = 37
*QUANTO À CONSCIÊNCIA PROFISSIONAL		
- Consciência profissional; ensino da filosofia, história e política aplicado à Educação Física como meio de desenvolvimento da consciência profissional; valorização da Educação Física;		
- Conhecimento da situação atual da profissão	53,01%	48,64%
* COM REFERÊNCIA AO CORPO DOCENTE E DISCENTE		
- Professores com maior consciência da realidade profissional atual; que transmitam mais as experiências adquiridas aos alunos; maior atuação do professor como principal estimulador, como exemplo positivo aos alunos;		
- Conscientização do corpo docente e discente quanto à formação do profissional-educador em primeiro lugar, depois o técnico desportivo; compromisso com a pessoa humana	97,59%	62,16%



Tabela 10. Sugestões para mudança de currículo, para que a formação profissional seja condizente às necessidades do mercado de trabalho (...Cont.)

ITENS	EGRESSOS N = 83	ACADÊMICOS N = 37
* QUANTO À ÉTICA PROFISSIONAL		
- Abordar questões referentes à ética profissional: idôia de classe profissional, direitos e deveres enquanto educador, membro de uma sociedade, enquanto pessoa	27,71%	18,91%
* QUANTO ÀS DISCIPLINAS DO CURSO		
- Sintetizar matérias em menos tempo e agregá-las a outras afins;		
- Melhor organização das matérias dentro do próprio curso para maior aproveitamento; ensino mais humanista; nova metodologia; currículo mais adequado à realidade do mercado de trabalho e às comunidades a serem atendidas; pesquisas nas áreas específicas junto a pessoal especializado atuante, para melhor estruturar os conteúdos e as reais necessidades; mais pesquisas em busca de renovação; ênfase na formação de profissionais para atuação na pré-escola e 1º Grau (1a. à 4a. e 5a. à 8a. séries);		
- Explorar o lado não-formal da Educação Física, aproveitando o folclore e os costumes de uma comunidade (carente ou não);		
- Modernização do currículo com inclusão da ginástica aeróbica, jazz exercise, bioenergética, terceira idade;		
- Educação Física Especial (deficientes) e em condições especiais (hospitais, condomínios, indústrias, penitenciárias, etc)		
- Eliminar "matérias frias"		

Tabela 10. Sugestões para mudança de currículo, para que a formação profissional seja condizente às necessidades do mercado de trabalho (... Cont.)



ITENS	EGRESSOS	ACADÊMICOS
	N = 83	N = 37
- Área biológica direcionada; maior carga para fisiologia, cinesiologia;		
- Português e estatística aplicada;		
- Psicologia da educação e didática melhoradas;		
- Psicomotricidade e desenvolvimento da criança	100,00%	62,16%
* QUANTO A OFERTAS ESPECIAIS		
- Oferta de disciplinas optativas para que o acadêmico possa realmente vivenciar a área em que objetiva trabalhar. Ex.: técnicas desportivas, arbitragem, administração, etc.;		
- Promoção de seminários, cursos, simpósios, debates entre acadêmicos e professores de outras universidades para maior consciência e capacitação profissionais	19,27%	2,70%
* QUANTO AO ESTÁGIO		
- Atuação em academias e outras áreas a partir do segundo ou terceiro anos;		
- Residência em áreas práticas por um ano ou seis meses com rodizio, como acontece na medicina, odonto, farmácia, etc.		
- Recreação para todos (infantil, adulto, terceira idade)	12,04%	-
* QUANTO À PESQUISA		
- Trabalhar mais a vivência de pesquisa com os alunos; cobrar mais leituras e posicionamentos coerentes, com mais embasamento científico; estimular os alunos a se filiarem e a participarem de eventos da APEF, SBPC, CBCE, etc.	15,66%	-

Tabela 11. Motivos que o levaram a não trabalhar com a Educação Física



RAZÕES	EGRESSOS
	N = 83
- Baixa remuneração; sem retorno financeiro pelo que é exigido;	14,45%
- Pouco respeito em relação ao aluno no direcionamento das atividades; má organização do ensino	4,81%
- Falta de oportunidade para atuar nessa área, ou por ser iniciante	6,02%
- Insatisfação profissional; sem condições de progresso (estagnação profissional); falta de reconhecimento; falso companheirismo; falta de organização de classe; mercado de trabalho melhor fora da área	24,09%

MARCO CONCEITUAL

Uma reflexão sobre a realidade brasileira mostra a necessidade de uma revisão no processo de formação do professor de Educação Física, face a formação de um educador com vistas à otimização do processo ensino-aprendizagem e que esteja vinculado a todo um contexto histórico sócio-cultural. Perceber o HOMEM como um ser concreto, sujeito da sua história, inserido na sua realidade de forma contextualizada, na busca de uma efetiva transformação social. Partindo de situações concretas de sua realidade pessoal e social, deverá abandonar a forma de mecanismo reprodutor de idéias e se comprometer com uma formação de questionamentos, proporcionando um desvelamento da realidade objetiva.

O caráter descompromissado e circunstancial da Educação e por extensão da Educação Física, é reacionário e reprodutor de uma ordem política que tenta perpetuar a sua ideologia e hegemonia social. Isto significa esquecer que são precisamente os homens que transformam as circunstâncias e que o próprio educador deve ser educado.

A Educação Física enquanto ciência, educação e arte, estuda o homem em movimento como ser individual e social. Nesse aspecto é cultura em seu sentido mais amplo e, é transmissora de cultura, mas pode ser acima de tudo transformadora de cultura.

Hoje, ela apresenta-se sob seus diferentes aspectos, como um fenômeno social de marcante universalidade. Componente de uma educação permanente, objetiva contribuir para o desenvolvimento integral de indivíduos autônomos, críticos e participativos dos

processos de decisão e realização, atendendo a todos os seres humanos sem discriminação.

Considerando a busca deste indivíduo, as peculiaridades regionais, o contexto institucional, interesses e necessidades da comunidade escolar, optou-se pela formação em licenciatura plena, habilitando o professor de Educação Física a exercer sua função educadora, prioritariamente na área formal (pré-escolar, 1º, 2º e 3º graus), contudo, possibilitando a aquisição de conhecimentos genéricos na área não formal (academias, clubes, condomínios, etc.). Após esta formação a instituição deve oportunizar o aprofundamento dos estudos nas áreas formal, não-formal e do esporte performance através de cursos de especialização.

ÁREAS DE CONHECIMENTO

Conhecimento Filosófico

- Compreendido como conhecimento filosófico o resultado da reflexão sobre a realidade, seja no nível de práxis, a própria existência cotidiana do profissional de Educação Física, relacionada com eventos históricos, sociais, políticos, econômicos, seja no nível de teoria, ^{numa}apresentação rigorosa através das ciências dessa mesma práxis. O conhecimento filosófico deve consistir na articulação da práxis pedagógica com as teorias sobre o homem, a sociedade e a técnica.

Conhecimento do Ser Humano

- Entendido como o conjunto de conhecimentos sobre o ser humano, durante todo o ciclo vital, no que concerne aos seus aspectos

biológicos e psicológicos, bem como sua interação com o meio ambiente, face à presença ou ausência de atividades de Educação Física.

Conhecimento da Sociedade

- Entendido como a compreensão da natureza social das instituições, sistemas e processos, com vistas a uma efetiva contribuição da Educação Física para o desenvolvimento do indivíduo e da sociedade, considerando ~~especificamente~~ a realidade brasileira.

Conhecimento Técnico

- Entendido como o conjunto de conhecimentos e competências para planejar, executar, orientar e avaliar atividades da Educação Física, nos campos da Educação Escolar e Não-Escolar contribuindo para a geração e a transformação do próprio conhecimento técnico.

O licenciado em Educação Física, deverá apresentar as seguintes competências técnicas para o seu desempenho profissional na sociedade.

- Possuir uma visão ampla da realidade social, política cultural e econômica do País, consciente das reais necessidades e possibilidades do cidadão e das características apresentadas pela sociedade, num sentido inovador, criador e democrático.
- Ser profissional com visão pedagógica e científica, dominando instrumentos, métodos e técnicas que permitam desenvolver sua profissão, respondendo a situações concretas e gerais.
- Ter condições de liderança e comportamento ético que se ajuste à dinâmica do processo de uma sociedade em permanente trans-

formação.

Ser um profissional eficiente no uso de seus conhecimentos , sendo capaz de identificar as necessidades regionais, refletindo e decidindo de forma autônoma, propondo mudanças.

INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

Formação sócio-filosófica e biológica	780 hs
Formação técnica	1000 hs
Aprofundamento	<u>630</u> <u>630</u> hs
Total Geral	3210 hs

As disciplinas de caráter pedagógico totalizarão 360 horas, mínimo exigido pelo CFE, conforme Parecer 672/69, (Estrutura e Funcionamento do Ensino 1º e 2º Grau, Psicologia da Educação, Didática, Metodologia do Ensino da Educação Física e Prática de Ensino).

A Graduação deverá ocorrer no mínimo de 04 (quatro) anos e no máximo em 07 (sete) anos.

A Carga Horária semanal poderá oscilar entre o mínimo de 16 (dezesseis) horas e no máximo de 35 (trinta e cinco) horas.

Nas disciplinas optativas será determinado o limite mínimo de 10 (dez) alunos inscritos e no máximo 30 (trinta). Caso o limite não seja alcançado, a Coordenação poderá, ouvido o Departamento, autorizar o seu funcionamento.

A carga horária total das disciplinas optativas no Curso será de no mínimo 480 (quatrocentos e oitenta) horas, nada impedindo o aluno que faça maior número de disciplinas, caso seja este seu interesse.

- Aprendizagem Motora
- Desenvolvimento Motor
- Ritmo e Música em Educação Física
- Futebol A
- Ginástica Escolar A
- Ginástica Escolar B
- Basquetebol A
- Ginástica de Aparelhos
- Ginástica Rítmica Desportiva A
- Avaliação da Educação Física Escolar
- Estrutura e Funcionamento de Ensino de 1º e 2º graus
- Métodos e Técnicas de Pesquisa Educacional
- Prática de Ensino de Educação Física A
- Prática de Ensino de Educação Física B
- Didática A
- Metodologia do Ensino da Educação Física
- Seminário de Monografia
- Psicologia da Educação D
- Estudo de Problemas Brasileiros

APROFUNDAMENTO

A) DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

Atividades Físicas Complementares

Orientação de Atividades para Aptidão Física e Saúde

B) DISCIPLINAS OPTATIVAS

Atividades Físicas de Academia

Metodologia Especial da Educação Física

Aplicação Profissional na Área Não-Formal

ÁREAS DE CONHECIMENTO

CONHECIMENTO DO SER HUMANO

- Anatomia Humana e do Movimento
- Citologia e Histologia Geral
- Genética e Evolução Aplicada à Educação Física
- Bioquímica Fundamental
- Fisiologia Humana e do Esforço
- Socorros de Urgência e Prevenção de Acidentes

CONHECIMENTO FILOSÓFICO E DA SOCIEDADE

- História da Educação Física
- Teoria da Educação Física
- Introdução à Filosofia da Educação Física
- Diagnose da Realidade Contemporânea

CONHECIMENTO TÉCNICO

- Organização e Administração da Educação Física
- Atletismo A
- Lazer e Recreação
- Cinesiologia
- Antropometria
- Atividades Rítmicas
- Higiene Escolar
- Voleibol A
- Lutas Aplicadas à Educação Física
- Natação A
- Handebol A

Dança Aplicada à Educação Física

Handebol B

Voleibol B

Natação B

Atletismo B

Judô

Karatê

Esgrima

Capoeira

Tênis de Campo

Básquetebol B

Ginástica Artística Masculina

Ginástica Artística Feminina

Futebol de Salão

Organização de Competições

Futebol B

Laboratório I

Orientação Bibliográfica A

Metodologia de Ensino na Prê-Escola

Psicologia do Excepcional I

Ginástica Rítmica Desportiva B

Seminário de Atividades Físicas em Condições Especiais de Saúde.